

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 14 de Junho de 1995 • Preço: 150\$00 (IVA Incluído) • N.º 1123 • Director: Carlos Brito

40 horas PCP avança projecto de lei

• Entrevista com
Octávio Teixeira

Pág. 13

Encontros Distritais

Reforçar a CDU para mudar à esquerda

Págs. 4 a 7



Carlos Carvalho apelou ao reforço da CDU nos encontros distritais da CDU em que participou no passado fim-de-semana. Na foto, um momento da sua intervenção no Porto.

Pouca transparência muita demagogia

• Artigo de
João Amaral

Pág. 19

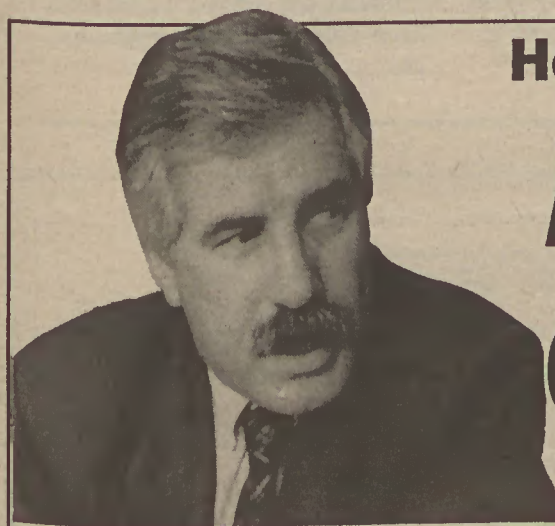
PRIVATIZAÇÕES sucessos escandalosos

Págs. 10 e 11

Moeda Única – vem aí a campanha

• Artigo de
Anabela Fino

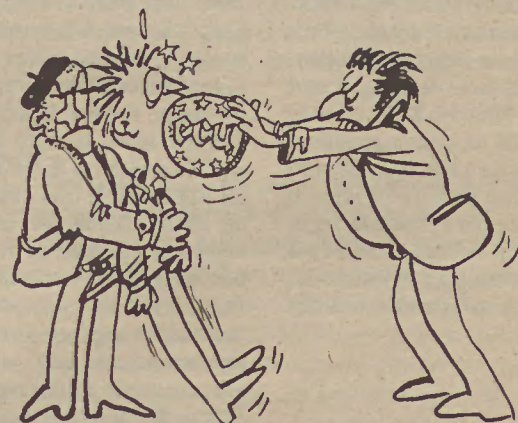
Pág. 20



Honório Novo ao «Avante!»

A água de todos nós

Em entrevista
por Anabela Fino Centrais





Carvalhas participa em Encontros Distritais da CDU do Porto e de Braga

RESUMO

7
Quarta-feira

Termina o debate sobre a transparência em que o PSD e o PS acordaram em legislação insuficiente ■ A CGTP comemora os seus 20 anos com um colóquio sobre as conquistas do 25 de Abril ■ O Porta-Voz do Ministro indonésio dos Negócios Estrangeiros desmente que o Governo de Jacarta pense em libertar Xanana Gusmão ■ Sérvios bósnios libertam cerca de cem capacetes azuis ■ A epidemia Ébola faz 200 vítimas mortais no Zaire.

8
Quinta-feira

A Associação Nacional das Empresas do Comércio Automóvel pede ao Governo apoios financeiros para a troca e venda de veículos usados por novos, com o objectivo de evitar a crise no sector e o abandono dos automóveis na via pública ■ Os autarcas das juntas de freguesia de Lisboa, que pretendem debater o problema da segurança da população na cidade, dão um prazo de 21 dias ao Ministro Dias Loureiro para serem recebidos ■ Fernando Nogueira recusa debate sobre a Europa, a realizar-se na SIC entre os quatro líderes partidários ■ O secretário de Estado americano, inicia mais uma missão ao Médio Oriente, para continuação das conversações de paz entre Israel e Síria ■ Tem início, em Lisboa, o Fórum Europeu de Apoio à Vítima.

9
Sexta-feira

O Secretário-Geral do PCP visita o matadouro de Penafiel, fechado desde há vários anos, onde foi investido um milhão e duzentos mil contos. Carvalhas participa nesta mesma noite, no encontro distrital da CDU no Porto ■ A população do bairro de S. Tomé, no Porto, declara guerra ao tráfico de droga e cria mais uma milícia popular ■ Os trabalhadores da Ladriger, empresa de ladrilhos cerâmicos de Coimbra, estão em greve para protestar contra o atraso do pagamento de salários, num montante que atinge os 50 mil contos ■ Bill Clinton embarga a venda de armas a todas as partes envolvidas na guerra da Bósnia ■ Os chefes de Estado russo e ucraniano entram em acordo sobre a frota do mar Negro que dificultava a normalização das relações entre Kiev e Moscovo ■ Do primeiro congresso nacional de ecologistas russos saiu a conclusão de que a atmosfera poluída é a segunda causa de morte na Rússia ■ Segunda noite de violência, perto de Paris, entre polícia e jovens mascarados, que em grupo provocam distúrbios.

10
Sábado

Encontro Distrital da CDU sobre as eleições legislativas reali-

za-se em Braga, com a participação de Carlos Carvalhas ■ Em Belém reúnem-se antigos militares no II Encontro Nacional de Combatentes do Ultramar, sendo ali produzidas declarações de carácter fascista ■ A Presidência da República condecora, no Dia de Portugal, de Camões e das comunidades portuguesas 125 personalidades e instituições, em cerimónia realizada no Porto ■ Em Pombal, os motoristas de taxi realizam o I Encontro Nacional de delegados da ANTRAL ■ Os editores que participaram nas feiras do livro em Lisboa e no Porto afirmam que a venda de livros foi um sucesso ■ Sporting ganha a Taça de Portugal em futebol, vencendo o Marítimo por 2-0, em jogo disputado no Estádio Nacional.

11
Domingo

O Secretário Geral do PCP, Carlos Carvalhas, visita o Distrito de Leiria ■ Uma greve nacional é decretada pelo sindicato independente dos médicos, até ao dia 16 ■ John Major e Jacques Chirac encontram-se em Paris e expressam a opinião de que é urgente achar uma saída para a crise na Bósnia ■ Na madrugada, um numeroso grupo de cabeças rapadas, oriundos de vários pontos do país, juntam-se no Bairro Alto, em Lisboa, e agridem sistematicamente transeuntes de origem africana, causando ferimentos em doze deles. A polícia só aparece no local horas depois dos acontecimentos, tendo detido nove suspeitos ■ Os resultados da primeira volta das eleições municipais em França apontam para o reforço da extrema-direita ■ Um referendo em Itália dá a vitória a Berlusconi no tocante à questão da propriedade de vários canais de televisão por uma só entidade privada.

12
Segunda-feira

Morre uma das vítimas das agressões racistas do Bairro Alto. Alcino Monteiro, de 27 anos, era de origem angolana e tinha a nacionalidade portuguesa ■ O PCP reclama do Governo e das autoridades firme combate e exemplar punição dos grupos de actividades de carácter fascista e racista ■ Os nove suspeitos do assassinato são ouvidos no Tribunal de Instrução Criminal, após o que o juiz decide a prisão preventiva de todos eles até julgamento ■ Dias Loureiro, em visita à China, escusa-se a comentar a atitude da polícia durante as agressões racistas ■ O PCP recebe representantes de associações ambientalistas que apresentam as suas razões para travar a construção da nova ponte do Montijo ■ É anunciada como provável a escolha de Freitas do Amaral para o cargo de presidente da Assembleia da ONU ■ Realizam-se em Lisboa as tradicionais marchas populares.

A quadra de 10 de Junho foi marcada por graves acontecimentos que põem em evidência, tanto algumas das graves doenças que afectam a vida do país, como a imperiosa necessidade de uma viragem à esquerda para que sejam adoptadas medidas efectivas de cura.

O mais grave destes acontecimentos foi a verdadeira orgia racista desencadeada, na madrugada de 10 para 11 de Junho, por um grupo neofascista de «cabeças rapadas» (skinheads), em pleno centro de Lisboa, no Bairro Alto.

Durante cerca de 2 horas este grupo controlou a área e agrediu com requintes de selvajaria todos os negros que encontrou, sem que se verificasse qualquer eficaz intervenção policial para os deter.

Tão revoltante como a bestialidade dos «skinheads» é esta inexplicável inoperância policial. Há que dizer que ambas são o resultado dos últimos dez anos de Governo e política de direita.

Nem o conhecimento da consumação da morte do jovem Alcino Monteiro, de nacionalidade portuguesa e ascendência cabo-verdiana, em consequência das bárbaras agressões dos «cabeças rapadas», foi suficiente para sobressaltar a consciência do Governo, que, pela pessoa do Secretário de Estado da Administração Interna, ainda insistia, na noite de 12 de Junho, em asseverar nas câmaras de televisão e perante o país que «foi adequada a actuação da polícia», que «acontecimentos destes dão-se em todas as capitais europeias» e que «a política de segurança não precisa de ser alterada».

Mais grave ainda: este membro do Governo, na esteira do Ministro da respectiva pasta, continuou a insistir na ligação do aumento da criminalidade no nosso país à imigração ilegal de africanos, mesmo depois de ser questionado sobre se esta tese não constituiria um incitamento ao racismo.

O que os acontecimentos põem também em evidência é a estranha tolerância e a permissividade do Governo, das suas polícias e serviços de informações em relação às actividades criminosas dos «skinheads». Compare-se o que se passou no Bairro Alto com a ferocidade com que os corpos especiais de intervenção policial têm reprimido algumas pacíficas e legais manifestações de trabalhadores.

A orgia racista dos «cabeças rapadas» veio aumentar o sentimento de insegurança que se apossou dos portugueses e reforçar o receio de que o Estado tenha deixado de ser capaz de enfrentar a criminalidade, com todas as consequências que isto comporta e onde se incluem as chamadas «milícias

Viragem imperiosa

populares». Veio sublinhar muito especialmente o completo fracasso da política do Governo do PSD na área fundamental da segurança dos cidadãos.

Cavaco Silva afirmou em recente entrevista que «com as questões de segurança não se brinca». Parece que é o que o Primeiro-Ministro anda a fazer, se tivermos em conta a maneira extrema com que a insegurança se agravou durante os seus governos.

Agora, em relação aos «cabeças rapadas» é preciso um castigo exemplar, em nome da justiça, da cultura e das tradições do nosso povo e da dignidade do nosso país.

Estas mesmas exigências implicam que o Governo preste cabais esclarecimentos sobre as razões da inoperância da polícia na madrugada de 11 para 12 e em geral em tudo que se relaciona com as actividades criminosas dos «skinheads».

As questões da segurança, como todas as questões fundamentais do nosso povo, essas só encontrarão um caminho de resposta com uma nova política e uma viragem à esquerda na vida do país.

A violência que os cabeças rapadas trouxeram às ruas de Lisboa tinha sido antecedida por apelos à violência e gritos de ódio à democracia e ao 25 de Abril lançados a partir de uma concentração de conhecidos fascistas, naquilo a que chamaram o «II encontro nacional de combatentes do ultramar».

Tão revoltante como a bestialidade dos «skinheads» é esta inexplicável inoperância policial. Há que dizer que ambas são o resultado dos últimos dez anos de Governo e política de direita.

Lideraram o conclave dos saudosista da ditadura figuras tão sinistras como Alpoim Galvão, conhecido pelas suas atrocidades na guerra colonial, indigitado director da PIDE-DGS, cargo de que só não tomou posse pela eclosão do 25 de Abril e depois dele mandante confesso do «MDLP» e da rede bombista.

Pois são personagens deste jaez que se permitem insultar e apelidar de traidores os resistentes antifascistas e os que lutaram contra a guerra colonial.

Mas pior do que isso, atenção, já se reclamam «representantes desse milhão de portugueses que, de 1961 a 1974, se bateram por dever e por direito, em terras de África».

Em nome de quê e para quê é que se reclamam dessa representação? Representação que, evidentemente, ninguém lhes conferiu e que é absolutamente absurda se pensarmos na própria génese do 25 de Abril e a adesão maciça do nosso povo à restauração da liberdade e da democracia no nosso país.

Atenção, voltamos a dizer, é que os fascistas e a extrema-direita não dão ponto sem nó e talvez queiram imitar o que acontece noutros países comunitários.

De notar a participação de Duarte Pio de Bragança, o «simpático noivo» dos Jerónimos, no encontro dos fascistas.

É uma evidência da nossa história recente que a direita levantou cabeça entre nós, tomou força e se apossou do Governo e da condução do país, em grande medida, pelas transigências, os erros, a falta de uma política coerente, a recusa de entendimentos à esquerda e no campo da democracia, as alianças espúrias, a mão estendida e os efectivos encorajamentos de que beneficiou da parte do PS.

Um flagrante exemplo deste encorajamento à direita foi a última cerimónia de «medalhões» do dia 10 de Junho. Mais uma vez, Mário Soares evidenciou o seu gosto em condecorar figuras de direita que se distinguem por qualquer coisa ou até por coisa nenhuma.

Lá foi condecorar mais dois deputados das bancadas da direita, mas não «lobrigou» do lado esquerdo do hemiciclo, e menos ainda na bancada do PCP quem lhe merecesse igual distinção, mesmo que vice-presidente e com vinte anos de Assembleia.

Lá voltou a dar medalhas a resistentes antifascistas (e merecidas estas, sublinhe-se), mas não lhe «ocorreu» que existem nas fileiras do PCP grandes resistentes antifascistas, com longos anos de prisão e de clandestinidade.

É o que se chama um consumado jeito para discriminar.

Este jeito discriminatório revela-se melhor quando se vê o Presidente da República condecorar dois ministros das finanças dos governos de Cavaco Silva responsáveis pela política ruinosa que aí está e que ele aparentemente tem criticado.

Talvez acabe condecorando o próprio Cavaco Silva, em acto de gratidão pela ajuda, por este em tempos prometida, para que terminasse com dignidade o seu mandato.

Em face de tudo isto, quem se pode admirar que o ainda Primeiro-Ministro tenha defendido que a não haver uma maioria absoluta do PSD: «que governe Guterres»?

Justamente afirmou Carlos Carvalhas que «a escolha não está entre a Coca e a Pepsi, porque são ambas cola».

Dizendo por outras palavras: para haver viragem e uma nova política é preciso votar na CDU.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socio Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socio Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex. 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7.º A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$000. CRC matrícula: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!» — Av. Almirante Reis, 90, 7.º A,
— 1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL

DELTAPRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rosa — Linhó — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B L. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.º A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7.º A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)
50 números: 6 750\$00;
25 números: 3 487\$50

ESPAÑA
50 números: 13 300\$00

EUROPA
50 números: 24 750\$00

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU
50 números: 26 650\$00

EXTRA-EUROPA
50 números: 39 950\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____ Telef. _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

Sobre o "voto útil"

Mostra a experiência que cada campanha eleitoral constitui um novo passo em frente em relação à campanha anterior quer no que respeita à falsificação do que está em jogo no acto eleitoral, quer em relação à tendência para transformar a campanha num espectáculo que, cada vez mais, rejeita o debate de ideias e assume o aspecto de ridícula palhaçada.

Pelo que estamos a ver, tudo indica que o pior ainda está para vir e que a actual campanha vai ultrapassar as mais negras previsões.

PS e PSD são os principais interessados nesse estilo de campanha e os que dele fazem a sua forma preferencial de intervenção eleitoral. Sabem, um e outro, que este é o tipo de campanha que melhor serve a política de direita que ambos, cada um à sua maneira, defendem e se propõem prosseguir. A comunicação social dominante acolhe com entusiasmo assumido toda esta comédia. Por razões várias e óbvias, a principal das quais se prende

com o facto de a generalidade da dita comunicação social estar completamente dominada por grandes grupos económicos que são, como se sabe, os maiores e mais directamente beneficiários da continuação da política de direita.

A bipolarização constitui, por tudo isto, um objectivo comum ao PS, ao PSD e aos referidos grupos económicos. Todos sabem que a aceitação generalizada de tal ideia, complementada com a falsa ideia de que as eleições têm como finalidade eleger o primeiro-ministro, seria muito mais do que meio caminho andado para a consolidação, através do voto, da política de direita. Daí a insistência de todos eles em esconder ao eleitorado o objectivo das eleições: eleger os 230 deputados que compõem a Assembleia da República.

Depois, na perspectiva mais do que provável de nenhum partido vir a obter a maioria absoluta, o futuro governo e o futuro primei-

ro-ministro dependerão não necessária ou exclusivamente da força mais votada mas essencialmente da maioria parlamentar capaz de dar expressão à formação de um governo.

De facto, a alternativa que se vai colocar ao eleitorado é a de votar na continuação da política de direita ou utilizar o voto para derrotar essa política e impor uma política de esquerda.

Só com uma informação não falseada, não manipulada, verdadeira, dando conteúdo clarificador à expressão "voto útil" é possível criar condições para que os eleitores votem em consciência, utilizando o seu voto de acordo com as suas reais intenções, em consonância com os seus interesses e anseios. Se, ao contrário da manipulação desinformadora em curso, se procedesse democraticamente à necessária e ampla clarificação das intenções e objectivos reais de cada força política, a separação das águas daí resultante conferiria serieda-

de à utilização da expressão "voto útil" e daria a dignidade necessária a qualquer dos apelos nesse sentido.

Ou seja: em tal situação seria evidente que para os cidadãos ou cidadãs que se sentem satisfeitos com a política que tem vindo a ser aplicada, o "voto útil" é no PSD; para os que consideram boa esta política mas acham que ela deve agora passar a ser aplicada por outra força política, o "voto útil" é no PS; para os que consideram que esta política não foi suficientemente longe nos ataques aos direitos dos trabalhadores, à democracia política, etc., o "voto útil" é no CDS/PP; finalmente para os que se sentem profundamente insatisfeitos com esta política, a consideram a principal responsável da situação desastrosa a que chegou o País, e defendem a sua substituição por uma política de esquerda, o "voto útil" é na CDU.

■ José Casanova

Se...

Se uma ministra da educação chega ao ponto de afirmar que "a raiva dos alunos é saudável", pois para ela pior seria que a admirassem, porque, enquanto estiver no Ministério da Educação vai primar "pela exigência e pelo rigor" ("Público" de 11/6)...

Se a mesma ministra divulga um estranho relatório sobre faltas de docentes às aulas em duas centenas de escolas, e no seu afã de arranjar um bode expiatório para o descalabro educativo, não repara no facto de ter levado mais de seis meses a "descobrir" a dimensão da não substituição de professores, situação pela qual ela é a primeira responsável...

Se na sua mente obcecada, qual Pina Manique ou ministro do antigamente, já concebe a deslocação às escolas da Inspeção do Ensino acompanhada por um corpo de polícia...

Se já não consegue falar senão em iniciativas das pequenas secções do seu partido, tal é o isolamento e o descrédito do Governo na área educativa...

Se à porta do Ministério, ao fim de quinze anos de ministros da educação do PSD, apareceu o fantasma ugetista da dr^a Manuela Tei-

xeira, a "protestar" enquanto não é demasiado tarde...

Se a consciência da ministra está de tal forma obscurecida que repete, que "estamos no bom caminho" e que ainda não estamos na "média europeia, mas (que) esperamos que não se levem agora dez anos para colmatar as diferenças existentes" ("Público" de 8 de Junho)...

Então a conclusão não pode ser outra: de facto já não existe qualquer ministra da educação.

■ Edgar Correia

Os skins de Aveiro

As colunas dos jornais enchem-se com essa monstruosidade da repetição da «Noite de Cristal» nazi que um bando de skins desencadeou no passado sábado no Bairro Alto.

Herdeiros da selvajaria das SA de Hitler, os skins anunciam a escalada de uma vaga de intolerância que se vem acrescentar a uma crescente vaga de preocupação com a segurança dos cidadãos, o crescendo do problema da toxicodependência, a questão da criminalidade.

A polémica e as críticas ao Governo crescem de tom.

Mas parece haver algum descentramento nesta polémica e nestas críticas.

O papel desempenhado pelo ministro Dias Loureiro no Parlamento foi seguramente mais um episódio da bancarrota política do governo PSD e do ocaso do cavaquismo - para felicidade do País, mas também para nossa desgraça, a braços com uma sombria herança de destruição do tecido económico e de um infundável cortejo de chagas sociais, do desemprego ao tráfico de droga.

A crítica ao cavaquismo pela incapacidade da sua política de segurança é justa. A crítica ao cavaquismo por ter gerado, com o seu obscuro liberalismo económico, a destruição do aparelho produtivo e o crescimento em flecha do desemprego, com todas as suas consequências sociais - essa crítica é mais que justa. A crítica ao cavaquismo pela sua incapacidade (e desinteresse) em assegurar uma política de prevenção e reintegração na questão da toxicodependência, de que a operação de fachada das Taipas e o seu posterior abandono são apenas um exemplo, é igualmente justa e generalizada.

Mas se tudo isto é o caldo de cultura político e social de dez anos de política de direita que gera esta perversa e revoltante escalada do racismo, há que implacavelmente denunciar que, por detrás dela, há também um edifício ideológico que é tão ou mais responsável pelo que se passa.

Porque não se pode separar a violência skin da complacência concordante com o discurso ultra dos generais fascistas que animam provocações contra o Presidente da República. Porque não se pode separar a

violência skin da complacência concordante com a revisão da História, a reabilitação do fascismo e do colonialismo, o insulto a capitães de Abril como sucedeu com Salgueiro Maia.

No mesmo dia em que os jornais noticiavam a «Noite de Cristal» do Bairro Alto, anunciavam igualmente que outro bando fascistóide, só que desta feita designado por Assembleia Municipal de Aveiro, recusava que a uma escola da cidade que viu nascer José Estêvão fosse dado o nome de Mário Sacramento - como o desejam, note-se bem, professores e alunos. Um membro dessa Assembleia Municipal, que talvez não tenha a parte exterior da cabeça rapada como um skin, mas tem o interior dela repleta da mesma intolerância, argumentava que não podia ser porque a escola podia passar a ser considerada «a escola dos comunistas».

Para que esse cavalheiro e os seus pares, skins com cabelo, pudessem instalar-se no poder local democrático, homens como Mário Sacramento conheceram masmorras, prisões, torturas, perseguições e, acima de tudo, foram exemplos de dignidade, de coragem, civismo - e tolerância. Quando o fascismo e o colonialismo arrastavam o povo português para uma guerra colonial, foram homens como Mário Sacramento que estabeleceram com os povos das ex-colónias os laços de solidariedade e fraternidade de uma luta comum contra um inimigo comum, base sólida de um relacionamento fraterno, negação mesma do racismo e da intolerância.

O que separa os skins da Assembleia Municipal de Aveiro dos skins que assassinam no Bairro Alto são pormenores de circunstância e local. Ideologicamente são, pura e simplesmente, a direita.

Com ela se ajustaram contas em 25 de Abril de 1974. Para que a democracia que ontem se começou a construir não seja abalada há que prosseguir a luta. Contra o racismo, contra a intolerância - contra a política de direita.

Há que não esquecer-lo - e muito menos no próximo Outubro.

■ Ruben de Carvalho

BLOQUEIOS ILEGAIS e governos fora da lei

A nova ordem mundial traçada pelos EUA e seus aliados tem como característica, entre outras, a de impor a certos países bloqueios, em nome de princípios que contradizem o direito internacional.

Com efeito, como resultado de campanhas de intoxicação da opinião pública, não será de estranhar que haja quem pense que os dirigentes iraquianos, líbios, cubanos ou da nova Jugoslávia violem normas em que assenta o direito internacional. Mas a verdade é que estes países se conformam com as normas do direito internacional, o que não deixará de constituir admiração para muito boa gente, levada pelas ondas das campanhas.

O Iraque cumpre todas as resoluções da ONU e o bloqueio mantém-se.

Cuba sofre um vergonhoso bloqueio "apenas" porque optou pelo socialismo a escassas dezenas de milhas do Império.

A Líbia, que se tornou uma obsessão de Reagan a ponto de este ordenar o bombardeamento do local onde estava o seu dirigente máximo, o coronel Khadafi, continua na mira dos EUA, que mantêm o bloqueio a ver se consegue enfraquecer ou fazer cair o regime.

A Sérvia e o Montenegro, porque são a coluna vertebral da ex-Jugoslávia e porque quer para os EUA, quer para o "Occidente", o Partido Socialista no poder em Belgrado constitui um entrave aos seus desígnios nos Balcãs.

Estes bloqueios têm como fundamento fazer cair os regimes cubano, líbio, sérvio e enfraquecer o Iraque e impondolhe eventuais amputações na sua soberania e integridade territorial que o impeçam de ter o papel que tem tido ao longo das últimas décadas no mundo árabe.

Um dos aspectos mais graves destes bloqueios assenta no facto do Conselho de Segurança da ONU os apoiar.

E é tanto mais chocante quanto países que violam grosseira e frontalmente o direito internacional passeiam-se de braço dado nos grandes areópagos internacionais com os chanceleres dos países ocidentais, tratando de ultimar grandes negócios, dos quais dependem as multinacionais desses países.

Era assim, ontem, com o regime do *apartheid*, mesmo sabendo-se que ele detinha a arma nuclear.

É hoje assim com a Indonésia, que invadiu e ocupou Timor-Leste a custo do genocídio do povo timorense. Apesar de Portugal pertencer à União Europeia, todos os seus parceiros fazem com a Indonésia grandes negócios não só de vendas de armas, mas de outros produtos.

É assim com Israel, que mantém sob o seu domínio militar territórios da Palestina, Síria e Líbano, violando resoluções da ONU. Mas o manto protector dos EUA, quando é necessário, impõe o seu veto no Conselho de Segurança para que Israel prossiga a sua política expansionista e belicista.

E que dizer da hipocrisia que faz os EUA e o "Occidente" desencadear campanhas e mais campanhas contra a Coreia do Norte, com a alegação deste país poder eventualmente produzir a arma nuclear enquanto Israel já a tem e é, à luz do direito internacional, um país fora da lei?

Os bloqueios contra o Iraque, Líbia, Cuba e nova Jugoslávia atingem profundamente as necessidades materiais dos povos daqueles países. São ilegais. Ilegítimos. Injustos. Causam no caso do Iraque milhares e milhares de mortos entre as crianças e os idosos. Impedem Cuba de se desenvolver. Impõem condições dramáticas de vida aos povos desses países. E visam servir-se dessas enormes carências para fomentar saídas políticas favoráveis às pressões hegemónicas dos EUA. Este é o seu verdadeiro objectivo. É por isso que eles devem ser denunciados por todos os homens e mulheres livres.

■ Domingos Lopes

A mudança pela esquerda exige o reforço da CDU

Eleger quatro deputados pelo distrito do Porto é o objectivo da CDU proclamado na passada sexta-feira, no decorrer de um encontro que juntou muitas centenas de militantes, apoiantes e simpatizantes, num hotel da cidade.

João Amaral, Cristiano Ribeiro, José Calçada e Rui Sá encabeçam a lista de candidatos que brevemente será divulgada na totalidade. Com Vidal Pinto a dirigir os trabalhos, a primeira intervenção coube a Emídio Ribeiro, que depois de sublinhar a importância da batalha das legislativas, referiu-se ao grande conjunto de iniciativas que a DORP já promoveu este ano, onde se destacam quatro dezenas de debates, dezenas de sessões evocativas do aniversário do Partido e do 25 de Abril, inúmeros contactos com a população com a distribuição de documentos, sobressaindo a recente jornada de propaganda,

durante a qual foram entregues pessoalmente cerca de 40 mil jornais CDU.

É aliás da continuação deste grande esforço de esclarecimento e mobilização, referiu aquele dirigente, que dependerá o êxito da CDU nas próximas legislativas.

Convívio-Norte

Ultimada a programação das iniciativas da pré-campanha e campanha, em que se incluem festas da CDU em vários concelhos do Porto com a presença dos candidatos pelo distrito, Emídio Ribeiro chamou a aten-

ção para o grande piquenique Convívio-Norte, marcado para o próximo dia 2 de Julho, em Esposende, que reunirá militantes e simpatizantes da CDU dos cinco distritos do Norte do País.

Falando sobre o conteúdo da campanha, Emídio Ribeiro salientou a necessidade de dirigir o discurso para todas os sectores da sociedade. No entanto, afirmou, num distrito com a maior concentração industrial, com cerca de 500 mil trabalhadores por conta de outrem e 75 mil desempregados, a mensagem da CDU terá de se orientar prioritariamente para as camadas laboriosas - as principais vítimas da política de direita. Por fim, Emídio Ribeiro apelou à contribuição de todos para a campanha dos 150 mil contos.

No uso da palavra seguiu-se-lhe José Calçada, que centrou a sua intervenção nos problemas



do ensino e formação, da ciência, tecnologia, investigação e desenvolvimento e da cultura. Este candidato recordou que o Governo está em plena actividade, prosseguindo de forma «ilegítima e imoral» uma política que visa transformar também a ciência num bem comercializável, e pretende que os cientistas portugueses procurem no mercado a sua subsistência.

A degradação do ensino viria a ser igualmente focada por Renata Freitas, da JCP, que identificou os principais problemas que afectam os jovens e exigiu uma nova política que dê resposta aos seus anseios e aspirações.

Para falar da política de ambiente, tomou a palavra José Miguel, do Partido Ecologista «Os Verdes», que denunciou a colagem do PS ao PSD nos momentos fulcrais da legislatura, registando que apenas a CDU marcou a diferença nos últimos quatro anos. Este jovem exigiu a urgente elaboração de um plano hidrológico nacional, o ordenamento do território, uma política de transportes adequada, e reafirmou o princípio dos três R - Redução, Reciclagem e Reutilização.

Fortemente aplaudido por uma assistência entusiasmada, interveio João Amaral, o cabeça de lista pelo distrito do Porto, que começou por apelar à participação de todos no desenvolvimento da campanha: «nenhum de nós é dispensável, todos fazemos falta», afirmando a seguir que, nestas eleições, «é preciso derrotar o PSD, mas

mais ainda queremos derrotar a política de direita».

Retomando o tema das semelhanças em múltiplos domínios entre o PSD e o PS, João Amaral declarou que «com um PS hegemónico não existirá uma política de esquerda. Serão ministros rosa a substituir ministros laranja para prosseguir a mesma política», afirmou.

Os votos na CDU são os únicos «úteis e eficazes», prosseguiu João Amaral que definiu três linhas de acção a ter em conta durante os próximos meses: vencer o bipartidarismo, que pretende centrar no PS e no PSD todo o combate político; vencer o bloqueio informativo, sublinhando a necessidade de desmontar o preconceito de que a CDU está à partida afastada da esfera do poder e do Governo e esclarecer que um bom resultado permitirá participar e influenciar as decisões políticas; vencer o isolamento, desmontando a ideia de que a CDU é uma força política orientada para causas minoritárias ou marginais.

Guterres e Nogueira contra regiões

João Amaral abordou ainda a regionalização, reportando-se à legislatura de 1986, quando o PS, PCP e PRD tinham a maioria na Assembleia da República.

Foi então que o PCP apresentou o projecto de criação de Regiões Administrativas,

batendo-se na Comissão de Poder Local da AR, presidida na altura por João Amaral, pela sua concretização. Como o processo avançava, recorda o candidato, gerou-se o pânico: Guterres reuniu-se com Nogueira e chegaram a acordo para substituir o presidente da referida comissão por um deputado socialista para congelar o processo. Este «negócio» acabou por adiar uma década a Regionalização.

Concluindo que é preciso «separar as águas» para combater a política de direita com firmeza, o cabeça de lista pelo Porto anotou as recentes declarações de dirigentes do PS, no sentido de preferirem conversar com o CDS/PP do que dialogarem com os comunistas.

As principais carências do distrito, em infra-estruturas de saneamento e transportes, a crescente desertificação das zonas rurais e as assimetrias regionais foram abordadas, Ilda Figueiredo. A vereadora na CM do Porto recordou ainda os números do desemprego, agravados nos últimos anos em mais de 40 mil novos inscritos, resultado da política do PSD que tem vindo a protelar a necessária reestruturação e modernização do sector produtivo.

Raul de Castro interveio brevemente em nome da ID, colocando a tónica na necessidade de votar na CDU para garantir uma viragem à esquerda.

O encontro encerrou com a intervenção de Carlos Carvalhas, que tratamos em peça ao lado.

Está nas nossas mãos derrotar a política de direita

Antes do Encontro Distrital da CDU no Porto, o secretário-geral do PCP visitou o matadouro Regional do Vale do Sousa, em Penafiel, infra-estrutura parada há vários anos e onde estão enterrados um milhão e duzentos mil contos. Este elefante branco do cavaquismo acabaria por ser comparado por Carvalhas a um «centro cultural das vacas». De facto, o matadouro, que já deveria estar em funcionamento desde 1993, permanece fechado apesar de estar munido com o mais moderno equipamento e das constantes promessas de inauguração.

Carvalhas já tinha entretanto ouvido as queixas da Associação de Agricultores do Porto, nomeadamente em relação ao vinho verde.

À noite, na capital nortenha, o líder comunista abordaria as questões da transparência e da segurança, alertando para o baile de máscaras no PSD que se apresenta como oposição ao seu próprio Governo. Carvalhas deteve-se ainda no que designou ser «a falsa bipolarização» que considerou constituir «o maior seguro para continuar a política de direita».

Quanto ao «pacote da transparência», aprovada há dias no parlamento, Carvalhas está convicto de que nada mudará no que respeita ao controlo dos rendimentos dos titulares de cargos públicos.

Contudo, frisou, a transparência deve estender-se a toda a vida pública, evocando os escândalos das privatizações e dos concursos públicos, e considerando lamentável que se continue a permitir o financiamento dos partidos pelas empresas.

Para o secretário-geral do PCP, a insegurança «não se resolve com ideias moralistas ou panos quentes». Apontando as causas sociais, económicas e políticas do problema, criticou a criação das superesquadras, cujos resultados têm merecido o repúdio das populações.

Contraopondo à «visão cor-de-rosa da economia» subsequente à leitura oficial do recente relatório da OCDE, Carvalhas pôs o dedo na ferida afirmando que apesar daquele documento ser acordado com o Governo, a verdade é que Portugal vai ter «um crescimento inferior à média comunitária», pelo que em vez de seguir no pelotão da frente, aproxima-se cada vez mais da retaguarda, continuando a ficar no «carro-vassoura».

A finalizar, o dirigente declarou que «a derrota da política de direita está nas nossas mãos. É uma batalha de todos e de cada um», demonstrar que «o voto certo e seguro é na CDU (...) Basta de política de direita, dos critérios de Maastricht, do clientelismo, da concentração da riqueza, do trabalho precário e do desemprego».



Encontro distrital da CDU

Eleger o deputado que faz falta a Braga

O auditório do Instituto da Juventude em Braga esteve praticamente cheio durante o Encontro Distrital da CDU, que teve com principal objectivo preparar as eleições legislativas de Outubro. Apostando na eleição de um deputado pelo distrito, o encontro aprovou um manifesto que sublinha que «não basta uma nova maioria, é preciso uma nova política».

A abrir o período de intervenções, António Lopes, cabeça de lista em Braga, começou por se debruçar sobre a realidade económica e social do distrito, caracterizada por salários abaixo da média nacional, elevadas taxas de insucesso escolar e de trabalho infantil.

O candidato sustentou que «temos de mudar», considerando que a CDU pode dar um grande contributo para essa mudança.

Vendo com desconfiança os compromissos já assumidos pelo PS, António Lopes considerou esclarecedora a recente visita de Guterres ao distrito, no decorrer da qual preferiu encontrar-se com empresários do que avistar-se com os trabalhadores.

Antevendo desde já a continuação da política de direita, em caso de vitória do PS, aquele dirigente comunista chamou a atenção para o previsível «descrédito que recairia sobre toda a esquerda, e não só o PS, se falhar uma alternativa ao PSD», bem como para o perigo que representaria para o País «o regresso da direita, e com outra força perante o fracasso da alternativa».

Razões mais que suficientes para votar na CDU, única força que pode garantir a viragem à esquerda.

Sem adiantar propostas concretas, que reservou para o programa eleitoral da CDU, António Lopes considerou que «não haverá desenvolvimento com salários miseráveis, com trabalho infantil, sem se criarem apoios aos pequenos e médios agricultores». Defendendo a melhoria geral das condições de vida, o candidato afirmou que «**não se pode falar do futuro quando no dia-a-dia se mata o presente**».

A finalizar, António Lopes falou sobre a lista de candidatos da CDU: «Não é constituída por candidatos mediáticos, mesmo o seu cabeça de lista não aparece tantas vezes na televisão quanto outros. No entanto, são pessoas que têm um conhecimento profundo do distrito, estão ligadas às reivindicações das populações e estão com elas no dia-a-dia. Estamos na política para servir o povo e o distrito», concluiu.

Nesta luta está igualmente Carlos Silva, candidato independente, que arrematando uma interessante intervenção afirmou que «apoiar a CDU é difícil

e exige uma grande dose de coragem». Mas, disse, «mais vale apoiar a CDU (...) o seguro morreu de velho».

Sobre a questão dos fundos interveio, Celestino Gonçalves, sendo seguido por Carla Alexandra da JCP, que se referiu aos principais problemas que afectam os jovens.

José Antunes, coordenador da DORBraga, usou da palavra para salientar que a CDU é a primeira força política no distrito a divulgar a lista completa de candidatos. Pela frente está muito trabalho, e um programa rechea-



do de iniciativas. José Antunes destacou o Convívio Norte em Esposende, no próximo dia 2 Julho e, no dia 22 do mesmo mês, um convívio de trabalhadores em Braga, com a presença de Manuel Carvalho da Silva, coordenador da CGTP-IN. Por último, este dirigente apelou à mobilização de todos os militantes e simpatizantes, nomeadamente para a fiscalização da contagem dos votos nas assembleias eleitorais.

denador da CGTP-IN. Por último, este dirigente apelou à mobilização de todos os militantes e simpatizantes, nomeadamente para a fiscalização da contagem dos votos nas assembleias eleitorais.

Entre a Pepsi e a Cola

Intervindo no encerramento do Encontro, Carlos Carvalhas voltou a contrariar a ideia da bipolarização da vida política nacional. Começando por registar as semelhanças entre as políticas do PSD e do PS, afirmou-se contra a bipolarização que está a ser imposta ao eleitorado pelos dois maiores partidos:

«Ao contrário do que alguns querem fazer crer, a escolha não está entre a Cola e a Pepsi Cola, ambas cola, mas entre a política de direita e a política que diga basta de concentrações de riqueza, basta de despedimentos colectivos, basta de polí-

ticas de Maastricht, basta de ruína na agricultura e nas pescas e da entrega de alavancas fundamentais da nossa economia no estrangeiro», sublinhou o secretário-geral acrescentando:

«A bipolarização artificial é acarinhada precisamente por aqueles que vêem que ela é o maior seguro para a continuação da política de direita, da política do «quero, posso e mando» em favor dos grandes senhores do dinheiro e da intensificação da exploração, da liquidação dos direitos dos trabalhadores».

O reforço do PCP e da CDU foi deste modo considerado «a maior garantia para a derrota da política de direita».

Encontro distrital em Mirandela

Para desenvolver o Nordeste

A CDU promoveu no passado domingo, em Mirandela, um Encontro Distrital, que contou com a participação de Henrique de Sousa, do Secretariado do CC, José Brinquete, responsável pela DORBA, Manuela Batista, do PEV, Eugénio Cavalheiro, independente, Maria do Couto, mandatária distrital da CDU, e o cabeça de lista, António Morais. Presentes estavam ainda os restantes candidatos da lista bem como uma assistência composta por meia centena de activistas e apoiantes CDU.

Os trabalhos do Encontro foram presididos por Manuel João Araújo, candidato em 3º lugar na lista.

A intervenção de abertura coube a José Brinquete, que depois duma breve análise à situação política e social do distrito, onde destacou as visitas eleitorais de vários membros do Governo, destacando-se nomeadamente Silva Peneda e Paulo Mendo e alguma conivência de autarcas do PS com estas iniciativas, fez o balanço da discussão havida com vista à elaboração da Lista, e de algumas propostas que irão dar corpo às acções que a CDU pretende efectuar na pré e na campanha eleitoral.

António Morais, cabeça de lista do Distrito, apresentou as linhas programáticas da candidatura da CDU que contém as propostas fundamentais, duma forma geral, desta força política e que irão ser tratadas mais em profundidade a partir de agora.

Na sua intervenção, o cabeça de lista afirmou:

«O PSD no Governo Central e o PS com a esmagadora maioria das autarquias do Distrito (10 em 12 Câmaras Municipais), têm-se mostrado incapaz de promover o desenvolvimento da nossa região».

«Pela sua passividade e falta de empenho, quando não conivência, os deputados eleitos pelo círculo de Bragança (3 do PSD e 1 do PS), não souberam merecer os votos que os elegeram».

Concluindo disse: «consideramos que o Nordeste precisa imperiosamente de um Plano Estratégico, inserido num Plano Nacional de Desenvolvimento».

«Por isso, a candidatura da CDU, defende a regionalização e a criação das regiões administrativas como condição vital para poten-

ciar os recursos desta região, bem como a exigência de uma política eficaz de combate ao desemprego, criação de novos empregos (medida prioritária para evitar a emigração das populações) e o aumento dos rendimentos de quem trabalha.»

Manuela Batista, representante do Partido Ecologista «Os Verdes» referiu-se à importância do trabalho desenvolvido no Parlamento pelo PEV e das propostas deste Partido para o Distrito principalmente na área do Ambiente.

Eugénio Cavalheiro, candidato independente, abordou um conjunto de problemas que afectam os cidadãos e o papel dos independentes nomeadamente na Coligação CDU.

Depois de um debate muito vivo e participado e após a aprovação das linhas Programáticas, Henrique Sousa, do Secretariado do Comité Central do PCP, encerrou os trabalhos com uma intervenção em nome da Direcção Nacional do PCP onde referiu «a necessidade real do crescimento da CDU em voto e deputados nas próximas eleições pelo trabalho que realizámos na Assembleia da República e que é demonstrativo da produtividade com os outros partidos».

E mais adiante disse: «o problema não está na reforma do sistema político nem na agitação demagógica que é preciso mudar o sistema eleitoral como faz o PS, o PSD e o CDS para aproximar eleitos de eleitores porque são exactamente esses partidos, que tanto falam disso, aqueles que menos trabalham apresentam na Assembleia da República com mais deputados e aqueles que mais escondem e mais esquecem os seus candidatos a deputados, preocupados apenas em promover falsamente candidatos a primeiros-ministros».

Um outro aspecto «é a ligação profunda dos candidatos, dos seus apoiantes, e das forças políticas que constituem a CDU, ao mundo do trabalho, ao mundo do Poder Local e da resolução dos problemas das populações do Portugal que luta, cria e constrói este País».

Por último, concluiu: «a CDU tem ideias, propostas e um projecto de profunda rotura com a actual situação com a política que tem sido seguida e que está nas mãos de todos, dar a volta a isto, e ter uma saída pela esquerda».

Os votos da CDU contam sempre

O manifesto aprovado por unanimidade no encontro distrital de Braga recorda que as próximas eleições legislativas destinam-se a eleger 230 deputados para a Assembleia da República. Destes, o distrito elegerá 16 e a CDU tem como objectivo eleger um.

Para tal, o documento considera fundamental combater a bipolarização e o chamado voto útil que, no sistema de eleição proporcional, «têm conduzido muitas vezes a que o sentido de voto de muitos eleitores tenha resultado ao contrário dos objectivos políticos por eles desejados».

De facto, nas eleições legislativas de 1991, prossegue o texto, «a transferência de votos da CDU para o PS, no pressuposto de serem úteis para impedir a eleição de mais deputados do PSD, em vez de terem dado mais um deputado ao PS, deram-no ao PSD à custa da perda do deputado da CDU».

«O PS teve mais 29.440 votos do que em 1987, que foram totalmente inúteis porque ficou com os mesmos cinco deputados. Com mais 5.550 votos, cerca de 65% dos que perdeu, a CDU teria eleito o seu deputado e o PSD não teria reforçado o número dos seus».

Mais adiante, o manifesto recorda que desde 1979 até 1991, a CDU contou no distrito de Braga com um deputado na Assembleia da República. «A sua não eleição em 1991 foi considerada por muita gente do distrito como um facto negativo e até inesperado».

Nas próximas eleições de 1 de Outubro, a eleição de deputados da CDU no distrito de Braga «constituirá também a reposição de um acto de justiça política, o reconhecimento do lugar insubstituível da CDU».

Carvalhas em Vieira de Leiria Basta de hipocrisia

No passado domingo, decorreu uma magnífica jornada pré-eleitoral no distrito de Leiria. Começou, no Parque de merendas da Praia da Vieira, com uma sardinhada onde participaram centenas de activistas de CDU. Debaixo de frondosos pinheiros, conviveu-se, conversou-se e partilhou-se a sardinha, o pão e o vinho da região, num salutar convívio. No comício que se seguiu, apresentado pelo camarada Saul Fragata, interveio João Lázaro, candidato de "Os Verdes", que começou por condenar o ataque racista desencadeado pelos *skin-heads* no Bairro Alto e apresentou a sua solidariedade às vítimas: «Este ataque faz-nos pensar que tipo de sociedade estamos a alimentar.» Este governo e a sua «maioria silenciosa» na Assembleia da República já têm os dias contados. E o PS não apresenta alternativa

para Portugal. Em nome dos Verdes apelou ao voto na CDU, pois "nas nossas listas estão os candidatos que melhor conhecem as realidades do distrito, que melhores propostas têm e que mais garantias oferecem para uma verdadeira alternativa", disse João Lázaro.

Seguiu-se a intervenção de José Augusto Esteves, cabeça de lista da CDU, no Distrito de Leiria, que não só fez um retrato da situação económica e social do distrito, como das listas, da campanha e dos objectivos eleitorais. Por último, o secretário-geral do PCP, num improviso, atentamente seguido pelos participantes, afirmou:

As responsabilidades do PSD

«Não podemos deixar de condenar os que em nome do

ódio, do racismo e da xenofobia desencadearam os graves incidentes desta noite em Lisboa. São fruto da insegurança e de toda a desestabilização social e da propaganda do ódio, do nacionalismo patrioteiro, da triologia salazarista do "Deus, Pátria e Família".

Hoje, num jornal, Fernando Nogueira vem dizer que quer mais polícia na rua. Mas então, não esteve 12 anos no poder, no Governo? Mas então não está com Cavaco Silva? Crítica o Governo, crítica a política social, crítica a política de educação, crítica a política de saúde. Mas então quem é que tem estado no Governo estes anos todos? Não tem sido o PSD? Chega de hipocrisia!

Foi este Governo que alargou os Corpos Repressivos da Polícia e criou as superesquadrões. Precisamos é que ele-



mentos dos Corpos de Intervenção sejam deslocados para defender os trabalhadores e os cidadãos que pacificamente se passeiam nas ruas, como os acontecimentos de ontem à noite revelam.

As ideias de seródios «nacionalismos» ontem apregoadas por alguns no 10 de Junho também são responsáveis pelo que aconteceu. Nós somos patriotas e não admitimos que ninguém ponha tal sentimento em causa e por isso mesmo combatemos os patrioteiros que quando pensam na pátria pensam logo na carteira e na barriga...

(...) Dizemos não ao desmantelamento do tecido produtivo nacional. Dizemos não ao facto de 20% do mercado nacional das grandes obras da construção civil já estar nas

mãos dos espanhóis, ao arrempio do que se passa nos restantes países da União Europeia. Dizemos não ao facto de nos nossos supermercados a produção agrícola estrangeira estar a substituir a produção nacional.

A política seguida tem sido a de entregar a produção nacional a estrangeiros. Num ano em que há seca e geadas e em que os agricultores não têm possibilidade de pagar juros dos empréstimos contraídos, não se admite que o Governo, em vez de resolver prontamente o problema dos subsídios, fale de disponibilizar 30 milhões, e ande a encanar a perna à rã, não resolvendo nada, e não tenha pejo de dar 60 milhões à meia dúzia de famílias latifundiárias, a quem anteriormente já dera 20 milhões.

Mas também aqui, infelizmente, um partido que diz que se preocupa com os agricultores não tem pejo em dizer na Assembleia da República que 60 milhões era pouco (...)

O camarada Carlos Carvalhas, acompanhado por candidatos e activistas da CDU do distrito de Leiria visitou depois a Nazaré, onde contactou com a população. A CDU foi recebida com muita simpatia, não só pelos naturais mas também pelos muitos veraneantes da bela vila piscatória. Foi uma muita animada acção de contacto com a população, acompanhada pela música da charanga e pelas palavras de apoio à CDU, entoadas e cantadas pela ruidosa e bem disposta caravana, que a pé percorreu toda a avenida marginal e que terminou com um animado bailarico espontâneo.

Algarve

Campanha já está na rua

A CDU já tem praticamente definida a sua estratégia para a campanha eleitoral, que privilegia «o contacto directo com os eleitores e a discussão dos problemas sentidos pelas populações», segundo Carlos Luís Figueira, cabeça de lista pela CDU no Algarve, que considera que esta linha de campanha essencial, para que os deputados eleitos pela CDU no Algarve possam conhecer profundamente a região que representam e saber os problemas que é preciso resolver.

A CDU está também apostada em fazer passar a sua mensagem

através dos grandes meios de comunicação e «vai pela primeira vez recorrer à colaboração de *out-doors* de grandes e médias dimensões ao longo de todo o Algarve, de forma a sensibilizar o maior número de pessoas para a necessidade de uma nova política, uma política de esquerda.» Pela primeira vez, a CDU recorre a estes meios de propaganda, ciente que no Algarve a pré-campanha eleitoral coincide com o período de Verão. O objectivo é levar ao eleitorado uma mensagem simples e adequada ao período estival alertando no entanto para a necessida-

de de uma participação dos cidadãos do destino político do país e da região.

Por outro lado, estão já agendados contactos entre os candidatos da CDU e associações e elementos representativos da sociedade na área da economia, dos serviços, da educação, da saúde e do sindicalismo, que permitam elaborar um Programa Eleitoral onde se reflectirá a realidade regional.

A CDU vai igualmente recorrer a *mailings* seleccionados, que permitam aos eleitores o conhecimento das propostas e projectos de uma real alternativa de esquerda, corporizada pela Coligação Democrática Unitária.

Com particular atenção está a ser preparada a Festa do Avante! que este ano decorre a 1, 2 e 3 de Setembro, e onde o Algarve vai ter como já é habitual o seu pavilhão representativo, e que constituirá o verdadeiro tiro de partida para a campanha eleitoral

Entretanto, continuará o ciclo de debates, com a discussão sobre Desporto e Associativismo, no próximo dia 14 de Junho, pelas 21.30 horas, no Instituto da Juventude em Faro, moderado por António José Boronha, candidato independente pela CDU e ex-Presidente do SC Farense. Na linha do levantamento sério dos problemas regionais, a CDU já promoveu debates sobre as questões da segurança em Lagos, sobre a situação das pescas na Fuzeta, e sobre a problemática da Toxicoddependência e das Doenças Sexualmente Transmissíveis em Faro, estando ainda previstas outras iniciativas, designadamente a discussão da eficácia e real aplicação dos fundos comunitários no Algarve.

PCP

CAMARADAS FALECIDOS

Amílcar Augusto Gil

Faleceu, na passada sexta-feira, dia 9 de Junho, Amílcar Augusto Gil, natural de Moimenta da Beira e residente em Colares. Nascido em 1915, começou a militar no PCP desde muito jovem, tendo sido preso pela PIDE por três vezes. Participou nas campanhas eleitorais da CDE de 1969 e 1973 e após o 25 de Abril fez parte das primeiras comissões administrativas da Junta de Freguesia de Colares e da CM de Sintra.

Foi presidente da Banda de Música dos Bombeiros Voluntários de Colares, membro da Junta de Freguesia entre 1985/89, ano em que foi eleito presidente daquela autarquia.

O seu funeral realizou-se no sábado, para o cemitério de Colares, sendo acompanhado por centenas de familiares e amigos. O PCP fez-se representar por uma delegação constituída por Júlio Filipe, Romeu do Rosário e António Cordeiro, que proferiu breves palavras de homenagem ao camarada falecido, salientando a dedicação ao Partido, à causa antifascista, o seu carácter de homem bom e justo.

Deixou viúva a camarada Ruiz Medina, também ela militante comunista e lutadora antifascista durante os anos da ditadura.

Amélia Brito

Faleceu, na passada sexta-feira, em Aljustrel, onde residia, Amélia Maria da Palma Brito, licenciada em filosofia germânica e que nos próximos dias completaria 80 anos.

Fundadora do Externato Filipa de Vilhena, naquela Vila, nos princípios dos anos 50, dedicou a sua vida ao professorado.

Afastada do ensino por motivos políticos durante alguns anos, veio após o 25 de Abril a participar nos órgãos de poder local, tendo feito parte da Assembleia Municipal, no período entre 1976 e 1983, eleita nas listas unitárias que o PCP integrava.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do "Avante!" manifesta sentidas condolências.

Lista CDU apresentada em Setúbal

A lista de candidatos da CDU pelo distrito de Setúbal foi apresentada à comunicação social, na passada quinta-feira-feira, dia 8, no edifício Arrábida. Na ocasião, Francisco Lopes, da Comissão Política do PCP, fez uma declaração em que sublinhou a profunda renovação da lista, na qual 16 candidatos fazem a sua estreia.

Ainda sobre a lista, Francisco Lopes salientou «a presença do mundo do trabalho, da classe operária e dos trabalhadores que têm no PCP e na CDU os melhores defensores dos seus interesses e aspirações», nomeadamente através da «integração em lugar elegível de, e por isso no Grupo Parlamentar do PCP, um operário metalúrgico, membro da Comissão de Trabalhadores da Lisnave», Vicente Merendas.

Por outro lado a importância do poder local democrático «é traduzida na lista com a participação de eleitos na Assembleia Metropolitana de Lisboa, em assembleias de freguesia e assembleias municipais, de vereadores e de um presidente de câmara» (Rogério de Brito, edil da CM de Alcácer do Sal) o qual, como realçou António Lopes, não irá deixar a presidência da Câmara, mandato que cumprirá até ao fim, «mas para que sempre que seja necessário possa com a voz de quem está bem inserido nessa realidade levar os problemas do Poder Local e do desenvolvimento regional à Assembleia da República».

Também a juventude se encontra bem representada, basta referir que a lista tem «uma média de idades de 39 anos, integrando seis

candidatos com menos de 30, membros da JCP e da Ecolojovem, dinamizadores das lutas juvenis dos últimos anos, que traduzem na lista os problemas e as inquietações da juventude no distrito de Setúbal.

Entre os primeiros sete candidatos surgem três mulheres, facto que traduz o seu protagonismo «nas diversas áreas de actividade do distrito».

Na sua declaração, Francisco Lopes realçou a representatividade da lista «com candidatos dos treze concelhos do distrito, que reflecte a pluralidade da CDU, em que participam comunistas, verdes e, por indicação da Associação Intervenção Democrática, cidadãos sem filiação partidária. Uma lista que integra economistas, operários da indústria naval e da indústria automóvel, motoristas, advogados, engenheiros, jornalistas, arquitectos, professores, médicos, estudantes, gestores, desenhadores, trabalhadores da administração local, que desenvolvem as mais diversas actividades».

Por último, aquele dirigente comunista afirmou que se trata de um lista com uma forma diferente de estar no poder, «não para proveito próprio, mas exclusivamente ao serviço do povo e do país». Refira-se que os candidatos da CDU comprometeram-se a não serem beneficiados, nem prejudicados com a sua eleição para a Assembleia da República, continuando a receber o mesmo nível de retribuições que auferiam nas respectivas actividades profissionais.

Encontro Distrital de Beja da CDU Aumentar a votação para mudar política para o Alentejo

A eleição de dois deputados pelo círculo de Beja e o aumento da votação na CDU foram os objectivos definidos pela Coligação no que diz respeito à sua participação no distrito nas próximas eleições legislativas. Tal foi definido no Encontro Distrital da CDU realizado no sábado passado em Beja onde esteve o membro da Comissão Política do PCP, Vítor Dias, que considerou que uma maioria absoluta do PS "não traria nada de novo, porque os socialistas, passados dois meses, acabariam com o diálogo que andam a prometer".

«A CDU e o PCP são os únicos que não andam a imitar a direita», disse o dirigente comunista, ao intervir durante o Encontro Distrital da CDU.

Vítor Dias enumerou os "três combates" que a coligação terá de travar: o primeiro "por uma nova política que não mude só as caras", o segundo "contra o Governo e o PSD" e o terceiro "contra as discriminações e as tentativas de bipolarização encetadas pela comunicação social".

O dirigente comunista considerou que a CDU vive "um bom clima pré-eleitoral, com grandes adesões da juventude e do sector intelectual", mas advertiu que "nada está garantido".

O Encontro analisou e debateu os aspectos fundamentais da situação política regional e nacional, e aprovou as principais orientações e tarefas, no distrito, relativamente às próximas eleições para a Assembleia da República.

O texto da Resolução aprovada pelos participantes constata que persiste uma gravíssima crise económica e social no distrito de Beja e que o Governo PSD/Cavaco nada faz para a combater, e considera que existem possibilidades reais de uma derrota da direita e da política de direita nas eleições legislativas de 1 de Outubro.

O Encontro testemunhou a disponibilidade dos activistas da Coligação em participar de forma dinâmica e entusiástica, desde já na pré-campanha e campanha eleitorais, tendo em vista a realização dos objectivos estabelecidos considerando essa uma «contribuição essencial para o reforço da esquerda necessária para uma nova política».

A crise no Alentejo não é uma fatalidade

«Há muito denunciada e caracterizada, tanto pelo PCP como pelos sindicatos, pelas autarquias e por um vasto leque de entidades políticas, económicas, culturais e religiosas, a actual realidade regional é o resultado da deliberada marginalização o abandono praticados pelos sucessivos governos no poder nos últimos 19 anos e pela política de direita seguida por todos eles, que conduziu o Alentejo à desertificação humana e física, ao envelhecimento da população

que teima em permanecer na sua terra, e ao desemprego em massa (que atinge cerca de 40 mil trabalhadores, dos quais mais de 14 mil no distrito de Beja)», lê-se na Resolução.

«A generalidade das forças sociais alentejanas estão hoje de acordo que a Política Agrícola Comum e outras políticas europeias elaboradas em Bruxelas e aplicadas subservientemente pelos governos de Lisboa estão a aniquilar o mundo rural, a arruinar agricultores, comerciantes e artesãos, a fazer definharem os serviços, a pro-

A Lista da CDU pelo Círculo Eleitoral de Coimbra concorrente às próximas eleições legislativas foi apresentada na passada sexta-feira numa sessão pública onde estavam os candidatos independentes, professores António Avelãs Nunes (cabeça de lista), Jorge Abarco, Luísa Veiga; António Caniceiro, da ID, e Maria João do Partido Ecologista "Os Verdes"; Jorge Gouveia Monteiro, da DORC do PCP e membro do Comité Central. Presentes também o Mandatário da Lista - Carlos Fraião, advogado estagiário, membro da DORC do CC do PCP, e Sérgio Teixeira, coordenador da DORC e membro da Comissão Política do PCP.

Feita a apresentação da Lista por Carlos Fraião, usou da palavra Jorge Gouveia Monteiro que se referiu à intervenção eleitoral da CDU, nomeadamente a oportunidade e o significado da recente Jornada de esclarecimento e propaganda da Coligação onde foram contactadas 21 mil pessoas e as inúmeras iniciativas viradas para a preparação das eleições. Referiu ainda as próximas iniciativas da CDU: o Debate com estudantes universitários de Coimbra com a participação de Carlos Carvalhas, no próximo dia 21 de Junho; e o comício CDU "A Esquerda é uma Festa", a realizar em Coimbra a 30 de Junho.

Uma nova política

De seguida usou da palavra o Professor António Avelãs Nunes que disse estar na CDU para lutar por uma nova política que a seguir caracterizou:

vocar o encerramento das poucas indústrias agro-alimentares, a lançar milhares de famílias na miséria e no desespero», prossegue o texto.

Nesta Resolução, os participantes no Encontro afirmam «que no Alentejo e em todo o País é possível alterar profundamente a situação e retomar os caminhos de Abril, com uma nova política, alicerçada nos ideais e valores da Esquerda, rumo ao desenvolvimento e a uma maior justiça social».

A Esquerda necessária para uma nova política

«Para uma verdadeira alternativa de esquerda à actual política do Governo PSD/Cavaco, é necessário, nas eleições legislativas de 1 de Outubro, colocar em minoria os partidos da direita, reforçar eleitoralmente a CDU e rejeitar as pretensões hegemónicas do PS, cuja prática no passado e muitas promessas no pre-

sente não são de molde a inspirar confiança quanto ao cumprimento dos seus anunciados propósitos», lê-se.

«É que importa afastar do poder não só os partidos da direita como também a política de direita mesmo que com novas caras. E essa garantia de alternativa de esquerda, só o PCP e os seus aliados no quadro da CDU dão, com as suas propostas» conclui-se.

Especificamente para o distrito de Beja e o Alentejo a CDU defende, para além da criação imediata das regiões administrativas e do reforço do Poder Local, a elaboração e aplicação de um Plano Integrado de Desenvolvimento que potencie as riquezas regionais e assente fundamentalmente nos seguintes projectos: a aceleração das obras de Alqueva e do Plano de Rega do Alentejo; uma moderna e diversificada agricultura, com a realização de uma nova reforma agrária que, de acordo com o estipulado na Constituição da República Portuguesa, elimine o

latifúndio e promova a melhoria da situação económica e cultural dos trabalhadores rurais e dos agricultores.

Por outro lado, pretende-se a promoção de uma política industrial assente no sector agro-alimentar, nas indústrias extractivas, no turismo nas suas diferentes vertentes e em projectos inovadores que tragam investimentos e fixem as populações; a construção de obras públicas estruturantes (barragens, sistemas de rega, redes viárias e ferroviária); e a utilização da Base Aérea do Beja em projectos civis, nomeadamente em sectores associados à aeronáutica; a valorização e promoção do património cultural; e a defesa do património natural e do ambiente.

Uma campanha dinâmica com todos os activistas

Sobre a campanha eleitoral, o texto refere a enorme despro-

porção de meios financeiros e outros, e as possibilidades de acesso aos grandes órgãos da comunicação social, entre a CDU, por um lado, e os seus adversários (PSD, PS e CDS/PP), por outro. «Importa que a nossa acção, tanto na pré-campanha (Junho, Julho e Agosto) como na campanha (em Setembro), assente na militância e na participação de todos os activistas da CDU, privilegiando os contactos directos com as populações, através de reuniões de esclarecimento, sessões com trabalhadores, desempregados, reformados, mulheres e outros sectores, comícios, festas com jovens, bailes populares, convívios, "porta-a-porta", distribuição de propaganda nas ruas, carros de som, colocação de pendões, cartazes e dísticos - tudo isso e outras iniciativas criativas que possibilitem ao grande colectivo da CDU fazer chegar as suas propostas à inteligência e aos corações dos cidadãos eleitores».

Apresentada lista em Coimbra Do espectáculo à seriedade

gações no domínio da Segurança Social, capaz de levar o 25 de Abril à educação e à saúde, sectores tão maltratados por sucessivos governos;

«- uma política capaz de garantir aos jovens o acesso a todos os graus de ensino (sem propinas e sem discriminação por razões económicas), o acesso ao primeiro emprego, o apoio nas actividades desportivas, culturais e de tempos livres, o apoio ao tratamento e à recuperação dos toxicódependentes e o combate sem tréguas ao tráfico de drogas;

«- uma política capaz de equacionar e de executar as acções indispensáveis à defesa do ambiente, uma política de ambiente que seja o que ela deve ser: uma política de defesa dos homens de carne e osso, uma política de segurança e de bem-estar, uma política de defesa da vida e da qualidade de vida».

Tudo é propaganda?

Acusando «os outros grandes partidos» de «apagar» os seus candidatos, «reduzindo toda a campanha de propaganda (é disso que se trata) aos chamados líderes», Avelãs Nunes, tecendo duras críticas ao PS, que «apresenta-se como partido de esquerda, mas faz a sua campanha patrocinado por empresas multinacionais (as que agora pagaram a caravana de Guterres, por exemplo) e com certificado de garantia passado pelo Sr. António Champalimaud (ele mesmo

não veio sossegar os espíritos menos informados, assegurando que os partidos socialistas já não são o que eram dantes?».

«É por isso, quero crer, que o porta-voz do PS para a economia dizia há tempos que, neste domínio fundamental, não havia diferenças significativas entre o PS e o PSD. E, não há muito, o porta-voz do PS para a indústria criticava o governo do PSD pela lentidão excessiva da privatização das empresas públicas do sector industrial (se o PS fosse governo e pudesse fazer livremente o que lhe vai na alma, de há muito que o grande capital tinha satisfeito a sua gula)».

«É por isso que o PS (mesmo o Eng. Guterres, que fala sobre tudo, principalmente das coisas

meia palavra sobre as negociatas que têm estado por detrás de muitos dos processos de privatização (de negociatas fala já, no entanto, Belmiro de Azevedo: zangam-se as comadres, conhecem-se as verdades ...). Pensarão por certo os dirigentes socialistas que é de elementar prudência não importunar eventuais patrocinadores do PS... E que o PS é um convicto (e, pelos vistos, bem recompensado ...) defensor do financiamento dos partidos pelas empresas, e, como em todos os negócios, o silêncio é a alma dos ditos», disse.

Avelãs Nunes apelou depois ao voto na CDU para criar «condições que tornem possível uma nova política, patriótica e democrática, programada e levada a



sem importância, relacionadas tão-só com a política-espectáculo) não diz uma palavra contra a privatização da Telecom, da Cimpor, da Petrogal, da Portucel e da Tabaqueira. E é por isso que o PS, tão preocupado com a transparência, não diz sequer

cabo com a colaboração activa das forças que integram a CDU», proferindo em seguida uma reflexão sobre as consequências da integração de Portugal na União Europeia e a necessidade de mudar a forma como a Europa tem sido encarada.

Os candidatos da CDU

A divulgação das listas da CDU apresentadas em Setúbal, Portalegre e Viseu faz hoje prosseguir a publicação nas páginas do «Avante!» dos nomes dos candidatos da Coligação às próximas eleições legislativas, tal como anteriormente fizemos para outros círculos. Os limites impostos pelas possibilidades do nosso jornal obrigam-nos a adiar para próximos números a apresentação dos nomes de outros candidatos por outros círculos eleitorais.

Setúbal

Octávio Teixeira

Economista. 50 anos. Deputado da Assembleia da República. Presidente do Grupo Parlamentar do PCP. Membro da Comissão Política do Comité Central do PCP.

Rogério Brito

Engenheiro Agrário. 49 anos. Presidente da Câmara Municipal de Alcácer do Sal. Presidente da Associação dos Municípios do Litoral Alentejano. Membro da Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP. Ex-deputado da Assembleia da República e do Parlamento Europeu.

Heloísa Apolónia

Advogada. 26 anos. Deputada. Membro da Assembleia Municipal da Moita. Membro da Comissão Executiva e do Conselho Nacional do Partido Ecologista «Os Verdes».

Odete Santos

Advogada. 54 anos. Deputada. Membro da Assembleia Municipal de Setúbal e da Assembleia Metropolitana da Área Metropolitana de Lisboa. Membro da Comissão Concelhia de Setúbal e da Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP.

Ruben de Carvalho

Jornalista. 49 anos. Chefe de Redacção do «Avante!». Membro da Comissão Executiva da Festa do «Avante!», do Conselho Nacional e do Comité Central do PCP.

Vicente Merendas

Operário metalúrgico. 47 anos. Membro da Comissão de Trabalhadores da Lisnave, da Coordenadora da Comissão de Trabalhadores da Indústria Naval e da União dos Sindicatos de Setúbal. Membro da Comissão Concelhia de Almada, da Direcção da Organização Regional de Setúbal e do Comité Central do PCP.

Filipa Silva

Estudante do Ensino Superior e funcionária na Câmara Municipal de Almada. 23 anos. Membro da Direcção da Organização do Ensino Superior de Setúbal da Juventude Comunista Portuguesa.

Joaquim Matias

Gestor de empresa. 46 anos. Membro da Assembleia Municipal do Barreiro. Membro da Assembleia Metropolitana da Área Metropolitana de Lisboa. Vice-presidente dos Bombeiros Voluntários do Barreiro. Membro do PCP.

João Frazão

Estudante do Ensino Superior. 24 anos. Membro do Secretariado e do Executivo da Direcção Nacional da JCP.

Henrique Carreiras

Operário. 47 anos. Vereador da Câmara Municipal de Almada e presidente dos Serviços Municipalizados. Vice-presidente da Assembleia Geral da Academia Almadense e da Assembleia Geral dos Bombeiros Voluntários de Cacilhas. Membro da Comissão Concelhia de Almada do PCP.

Edison Diás

Médico. 47 anos. Provedor da Santa Casa da Misericórdia do Seixal. Membro da Coordena-

dora Nacional das Comissões de Base de Saúde. Independente, proposto pela Intervenção Democrática.

Arlindo Santos

Estudante do E. Superior. 22 anos. Membro do Organismo de Direcção do Ensino Superior da JCP, da Comissão Concelhia do Barreiro e da Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP.

Eduardo Travassos

Motorista. 49 anos. Presidente da Direcção do Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários do Sul. Membro da Comissão Executiva da União dos Sindicatos de Setúbal e do Conselho Nacional da CGTP-IN. Membro da Comissão Concelhia do Seixal e da Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP.

Fernando Vasco

Médico. 47 anos. Chefe de Serviço de Saúde Pública. Delegado de Saúde de Alcácer do Sal. Membro da Assembleia Municipal de Grândola e da Comissão Concelhia de Grândola do PCP.

Carmen Amador

Licenciada em Relações Internacionais Mestranda em Ecologia Humana na Universidade de Évora. 24 anos. Vereadora da Câmara Municipal de Sines. Membro do Conselho Nacional do Partido Ecologista «Os Verdes».

Augusto Pólvora

Arquiteto. 35 anos. Director-delegado da Associação dos Municípios do Distrito de Setúbal. Membro da Comissão Concelhia de Sesimbra e da Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP.

Álvaro Costa

Empregado de escritório. 45 anos. Presidente da Assembleia Municipal de Alcochete. Membro da Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP.

Vítor Borrego

Desenhador projectista. 52 anos. Presidente da Assembleia Municipal de Palmela. Presidente da Direcção da Sociedade Filarmónica Palmelense — «Loureiros». Membro da Comissão Concelhia de Palmela do PCP.

Sérgio Bento

Professor. 40 anos. Presidente da Assembleia Municipal de Santiago do Cacém. Membro da Comissão Concelhia de Santiago do Cacém do PCP.

Jorge Martins

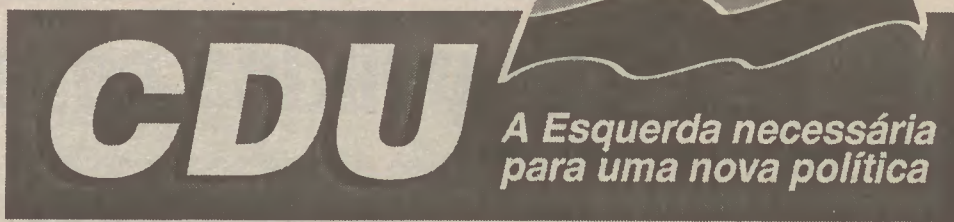
Estudante. 19 anos. Membro da Comissão Concelhia de Setúbal, da Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP e da Direcção Nacional da JCP.

Álvaro Saraiva

Funcionário da Adm. Local. 33 anos. Membro da Assembleia Municipal de Montijo e da Assembleia Metropolitana da Área Metropolitana de Lisboa. Membro da Comissão Executiva e do Conselho Nacional do Partido Ecologista «Os Verdes».

Manuel Véstias

Operário. 35 anos. Membro da Comissão de Trabalhadores da Renault/Setúbal. Membro da Comissão Concelhia de Setúbal do PCP.



CDU - Coligação Democrática Unitária - PCP-PEV



Portalegre

Luís Manuel Pargana

Professor. 27 anos. Coordenador distrital de Portalegre, do Sindicato dos Professores da Zona Sul. Membro do Secretariado Nacional da FENPROF. Membro da Assembleia Municipal de Portalegre.

José Luís de Matos

Gerente. 34 anos. Vereador na Câmara Municipal de Ponte de Sor. Vice-presidente da Federação dos Bombeiros do Distrito de Portalegre. Presidente dos Bombeiros Voluntários de Ponte de Sor.

Vitória Pinheiro

Empregada de escritório. 23 anos. Estudante da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Portalegre. Membro da Assembleia Municipal de Campo Maior. Membro da Direcção Distrital da JCP.

Ana Cristina da Conceição

Funcionária da Administração Local. 23 anos. Elvas.

António Raimundo Bartolomeu

Engenheiro técnico agrário. 50 anos. Presidente da Câmara Municipal de Avis.

Maria Leonor Xavier

Operária agrícola. 45 anos. Presidente da Assembleia Municipal de Crato. Membro do Comité Central do PCP.

Viseu

Manuel Rodrigues

41 anos. Natural de Oliveira de Frades. Residente em Viseu. Professor mestre em Ciências da Educação. Membro da DORV do PCP. Membro da Direcção do Sindicato dos Professores da Região Centro. Membro da Sociedade Portuguesa de Autores e da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.

Rui da Silva Gouveia Nobre

41 anos. Natural de Mortágua. Residente em Viseu. Guarda-rios. Membro da DORV do PCP. Coordenador da USV — União dos Sindicatos de Viseu. Membro da Direcção do Sindicato da Função Pública do Centro e Coordenador da Direcção da Área Geográfica de Viseu do mesmo Sindicato.

Maria Ivone Pereira

44 anos. Natural de Maia. Residente em Lamego. Professora. Membro do Executivo Distrital do SPRC — Sindicato dos Professores da Região Centro. Independente.

Cílio Pereira Correia

37 anos. Natural e residente em Tondela. Médico. Membro da DORV do PCP. Membro da Direcção do Sindicato dos Médicos do Centro. Membro da Direcção Distrital da USV — União dos Sindicatos de Viseu.

Manuel Martins da Costa

62 anos. Natural e residente em S. Pedro do Sul. Professor (aposentado). Membro da Intervenção Democrática.

António Manuel Lareiro dos Santos

40 anos. Natural e residente em Armamar. Ajudante Técnico de Farmácia. Membro da DORV do PCP. Secretário da Junta de Freguesia de Armamar. Secretário da Direcção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Armamar.

Orlando Augusto Timóteo Rodrigues

43 anos. Natural e residente em Penedono. Professor. Membro da DORV do PCP. Presidente da Junta de Freguesia de Granja — Penedono.

José dos Santos Lopes Martins

30 anos. Natural e residente em Viseu. Electrotécnico. Membro da DORV do PCP. Membro da Direcção Distrital da USV — União dos Sindicatos de Viseu.

Teresa de Jesus Santos Dias

34 anos. Natural do Concelho de Sernancelhe. Residente em Lisboa. Advogada. Membro da Assembleia Municipal de Lisboa. Membro do PEV — Partido Ecologista «Os Verdes» e Assessora do seu Grupo Parlamentar.

Francisco Manuel de Almeida

36 anos. Natural de Vouzela. Residente em Viseu. Professor. Membro da DORV do PCP. Membro da Direcção do SPRC — Sindicato dos Professores da Região Centro. Coordenador do Executivo Distrital do SPRC. Membro da Direcção e Comissão Pedagógica da PROF. Membro do Secretariado Nacional da FENPROF.

Armando Monteiro Nogueira

48 anos. Natural e residente em Cinfães. Comerciante. Membro da DORV do PCP.

Maria do Carmo Bica Chã Madeira

32 anos. Natural e residente em Vouzela. Engenheira. Membro da Comissão Concelhia de Vouzela do PCP. Presidente da Direcção da ARAVIS. Presidente da Direcção da Associação de Desenvolvimento Rural de Lafões.

Fernando Ferreira Campos

40 anos. Natural e residente em Mangualde. Empresário da Indústria Hoteleira. Membro da Organização Concelhia de Mangualde do PCP.

Alina Maria de Sousa

40 anos. Natural de Figueiró dos Vinhos. Residente em Viseu. Enfermeira. Membro da DORV do PCP. Membro da Direcção Regional das Beiras do SEP — Sindicato dos Enfermeiros Portugueses. Membro da Comissão Executiva da USV e Coordenadora do pólo de Viseu do Centro de Formação da CGTP-IN. Membro do Conselho Nacional da CGTP-IN.

Barreiro

Música, desporto, exposições, feira franca e um grande número de outras actividades estão marcadas para o período entre 12 e 20 de Agosto na edição de 95 das Festas Tradicionais do Barreiro. O núcleo das festividades é no Largo Bento de Jesus Caraça.

Os preparativos já começaram.

Lousada

A Câmara de Lousada decidiu colocar os seus lixos em Lustosa, e também os lixos de Felgueiras e Paços de Ferreira. «Por que é que a Câmara de Lousada não informa a população de Lustosa sobre este assunto?», pergunta a CDU local, que acrescenta: «Os concelhos de Felgueiras e Paços de Ferreira produzem muito mais lixo do que o de Lousada. Por que é que há-de ser Lustosa a receber o lixo dos outros?» E sublinha: «O despejo dos lixos em Lustosa é um problema que interessa directamente à população. Por que é que a Câmara de Lousada não consulta a população sobre o assunto?»

«A CDU sabe perfeitamente — acrescenta a nota — que os lixos têm de ser tratados e depositados em algum lado. Mas a importância do problema obriga a que ele se discuta com as populações, e que estas sejam devidamente informadas e consultadas. A democracia não pode resumir-se apenas ao dia do voto, mas tem também de implicar a participação das pessoas, dia-a-dia, na solução dos problemas que lhes dizem respeito. Ou será que a Câmara de Lousada e a Junta de Lustosa defendem o quero, posso e mando no intervalo entre eleições?», pergunta, finalmente, a CDU local.

Pontinha

A Junta de Freguesia da Pontinha «vem mais uma vez denunciar publicamente a escandalosa situação existente nos bairros administrativos pelo Governo Civil situados na Freguesia da Pontinha e onde moram cerca de 8000 pessoas, e que há 10 anos são vítimas das prepotências, arbitrariedades, abuso de poder e até ilegalidades do actual vice-governador civil de Lisboa, António Machado Lourenço», acusa esta autarquia do Concelho de Loures.

A Junta de Freguesia da Pontinha reafirma «a sua determinação de lutar com os moradores destes Bairros para que as suas condições de habitação e de vida nestes bairros sejam modificadas» e exige a «urgente destituição de António Machado Lourenço do cargo de vice-governador civil de Lisboa».

MDM e a Argélia

«As mulheres argelinas têm sido as maiores vítimas das acções dos grupos armados, que aterrorizam cada vez mais o país, não distinguindo nos seus actos violentos camadas ou sectores da população», denuncia o MDM, acrescentando que «é a violência instalada que utiliza política e ideologicamente uma religião e a molda em conformidade com os seus interesses».

Recordando «o assassinato, em 1994, de mais de 200 mulheres, muitas delas primeiro violadas e depois mutiladas», o MDM pormenoriza:

«As suas profissões variavam: estudantes, quadros, jornalistas, agentes de polícia, sem profissão ou mães de família; duas estudantes tinham apenas 12 anos de idade, outra, de 15 anos, foi violada e degolada por ter recusado o "Zaouadj el Moutaa", casamento temporário e uma prática estranha ao islamismo; uma outra, de 17 anos, foi assassinada diante das suas colegas».

«Neste contexto — afirma o MDM —, a luta e a resistência das mulheres argelinas assumem um significado particularmente importante, funcionando como um travão aos objectivos de todos os que, pelo terror, pretendem dominar a Argélia». E conclui:

«Impõe-se a denúncia e a condenação, cada vez mais alargada desta situação, violadora dos mais elementares direitos individuais e colectivos deste povo e, em especial, dos das mulheres argelinas, por forma a contribuir para uma efectiva mudança que conduza à Paz e à Prosperidade».

Órgãos autárquicos de Alcácer do Sal contra traçado da nova auto-estrada

A Câmara e a Assembleia Municipal de Alcácer do Sal «lamentam e condenam a metodologia e formas de intervenção que têm sido utilizadas na condução e orientação de todo o processo» de consulta pública do estudo de impacte ambiental do novo troço da auto-estrada do Sul que deverá passar em Alcácer do Sal, processo que evidencia «falta de rigor e transparência, criando situações de facto consumado».

Para justificar esta condenação, inscrita num parecer conjunto da Câmara e da Assembleia Municipal de Alcácer do Sal aprovado por unanimidade em 3 de Junho passado, os autarcas afirmam que têm sido «enviadas cartas às pessoas que serão afectadas pela "Solução-base" (a proposta de traçado contestada pela autarquia) pedindo já as suas identificações e números de contribuinte» e que tem sido feito «trabalho de campo que indicia claramente uma abusiva e

prévia decisão quanto ao traçado» a escolher. Tais procedimentos, de acordo com o parecer, indicam que se «procura impor a "Solução-base" como uma solução definitiva, ignorando na prática as alternativas "A" (a preferida pelos órgãos autárquicos) e "B" e desrespeitando assim a fase de consulta pública e a população do concelho».

Para os órgãos autárquicos é estranho o «corte artificial que resulta do facto de os estudos de impacte ambiental serem realizados por entidades distintas, com uma metodologia que acaba por, no mínimo, prejudicar a indispensável análise conjunta e de pormenor dos estudos apresentados por cada uma delas».

Autarquia quer opção «A»

Apesar de entenderem que a auto-estrada do Sul, «com o nó

de Alcácer do Sal, constitui um importante factor de aproximação a Setúbal e a Lisboa, aumentando e valorizando o potencial industrial e turístico do concelho», os autarcas de Alcácer decidiram emitir «um parecer desfavorável à denominada "Solução-base"». A razão desta recusa «reside sobretudo nos impactes paisagísticos e urbano-ambiental decorrentes» desta solução.

Um dos principais impactes a que se refere o parecer é a construção de um «viaduto sobre a Lezíria do Sado no traçado da "Solução-base" que, «para lá dos impactes negativos na área agrícola mais importante da Lezíria, causaria uma enorme perturbação na harmonia paisagística do Vale do Sado, espartilhando a linha de horizonte entre este viaduto e o da variante ao IP1, a jusante». Para além disso, este traçado teria igualmente «um forte impacte urbano ambiental sobre os moradores da zona

da Foz e a malha urbana, potenciando as agressões sonoras à qualidade do ar desta área populacional».

A Assembleia e a Câmara Municipal de Alcácer do Sal pronunciam-se favoravelmente ao traçado da Alternativa «A» «por considerarem que são muito menores os seus impactes paisagísticos e ambientais e fortemente diminuídos os impactes urbanos».

Na sequência do parecer aprovado no dia 3 de Junho, o presidente da Câmara de Alcácer do Sal pediu já audiências ao ministro das Obras Públicas, à ministra do Ambiente, ao presidente da Comissão Parlamentar de Administração do Território, Equipamento Social, Poder Local e Ambiente e ao Governador Civil de Setúbal. O parecer será, igualmente, entregue em mão nos ministérios citados e foi dado a conhecer ao Primeiro-Ministro e ao ministro da Agricultura.

Pela 5ª vez, nesta Legislatura «Os Verdes» interpelam o Governo

O Partido Ecologista «Os Verdes» interpelou, a semana passada, pela 5ª vez nesta legislatura, o Governo sobre questões de ambiente e de ordenamento do território.

Para «Os Verdes», esta interpelação «é mais uma oportunidade para obrigar o Governo a vir ao plenário da Assembleia da República, vir perante os cidadãos portugueses prestar contas:

— Prestar contas das promessas que fizeram sobre

esta matéria na campanha eleitoral para as legislativas em 1991, e que não cumpriram.

— Prestar contas pela responsabilidade que tem de assumir, como poder que são há 10 anos a esta parte, na degradação crescente do estado do ambiente em Portugal.

— Prestar contas pelos compromissos assumidos em conferências internacionais como foi o caso da Cimeira do Rio,

em 1992 e ficaram por concretizar.»

A deputada de «Os Verdes», Isabel Castro, depois de reafirmar que «a defesa do meio ambiente é condição de desenvolvimento», acusou o Governo pela degradação ambiental crescente e particularmente visual em áreas como os recursos hídricos, os resíduos, o ambiente urbano ou o meio rural.

Por seu lado, o deputado de

«Os Verdes», André Martins, focou a barragem de Foz Côa e a necessidade de preservar as pinturas rupestres, «património único na humanidade, e factor que grande desenvolvimento poderá trazer a esta região. André Martins exigiu conhecer o parecer do Governo sobre o estudo de impacte ambiental da barragem, assim como a posição do Ministério do Ambiente relativa à construção da mesma.

CDU da Marinha Grande critica «aproveitamento do PS»

Os vereadores da CDU da Câmara da Marinha Grande, «surpreendidos com o escandaloso aproveitamento político-partidário e eleitoralista que o sr. presidente da Câmara fez com a recepção que dispensou ao secretário-geral do PS em visita à cidade em campanha eleitoral, não podem deixar de manifestar o seu desacordo em relação a alguns aspectos de que se revestiu a recepção concedida», pelo que apresentaram nesta reunião da Câmara um protesto em três pontos:

1. O sr. presidente ter abusivamente concedido «tolerância de ponto» aos trabalhadores para se enquadrarem na ajuda à

campanha eleitoralista do PS, integrando-se na recepção ao líder deste partido na visita que efectuou à nossa cidade.

2. A actual maioria PS na Câmara ter encerrado o estacionamento aos munícipes e utentes na nossa cidade junto à Câmara Municipal e no Jardim da FEIS, para que estes locais servissem a caravana que em campanha eleitoral o secretário-geral do PS chefiava.

3. Considerarem desprovida de qualquer ética política a utilização e aproveitamento do município, como palco de campanha eleitoral e político-partidária.

Deliberações no Concelho da Moita

Na sua última reunião, a Câmara Municipal da Moita aprovou o projecto da primeira fase da regularização do Rio da Moita e o lançamento do concurso público internacional para a adjudicação da obra.

O curso desta vala real, que actualmente desagua na Caldeira, vai ser alterado, de forma a suportar o aumento de caudal provocado pela descarga dos efluentes tratados da Ford-Volkswagen e a desaguar directamente no estuário do Tejo.

Na mesma reunião, foi também aprovada a adjudicação do estudo geotécnico para o terreno onde vai ser construída a Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR), junto à estrada Moita-Rosário, bem como a atribuição à organização do JUVE 95 — Jogos Juvenis e Culturais do Concelho da Moita — um subsídio de dois mil contos, com vista a apoiar o programa de realizações na área cultural e desportiva que se vai desenrolar até 9 de Julho, em todas as freguesias.

Fequifa considera privatização como crime de lesa-pátria

Petrogal deve continuar no sector empresarial do Estado

O Governo não pode continuar a ceder às pressões dos accionistas privados quanto ao futuro da Petrogal, reclama a Federação dos Sindicatos da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás, que decidiu pedir uma audiência ao Presidente da República a fim de lhe transmitir as preocupações que levam a Fequifa/CGTP a considerar que o decreto-lei sobre a privatização não deve ser promulgado.

Numa nota emitida depois de notícias vindas a público no final de Maio, a federação

chama a atenção para o facto de o Governo ter satisfeito «todas as reivindicações dos accionistas privados, prejudicando de imediato os cofres do Estado em vários milhões de contos». «É um crime de lesa-pátria baixar acções de 2 mil para mil escudos, favorecendo assim, de forma escandalosa, os grandes capitalistas à custa dos dinheiros públicos», afirma a Fequifa, acrescentando que «é igualmente escandaloso que o Governo dê de mão beijada vários milhões de contos aos

Champalimauds, Bulhosas e outros, quando aos trabalhadores da Petrogal são impostos aumentos salariais de miséria e lhes é roubado poder de compra há 3 anos consecutivos».

Nos últimos anos, a Petrogal «fez investimentos de muitos milhões de contos, preparando-se para os embates do Mercado Interno», pelo que «só pode ser uma pura maquinação» admitir que acções com valor legal de 2 mil escudos («muito abaixo» do valor real) só valem hoje metade.

De cedência em cedência...

Recuando a 13 de Julho de 1993, a federação da Química e Farmacêutica lembra que, em conferência de imprensa, denunciou então «a submissão do Governo perante a Comunidade Europeia, ao aceitar a desregulamentação do sector petrolífero nacional num prazo muito curto - sem dispor de tempo e de dinheiro suficientes para proceder à profunda e necessária reestruturação do aparelho refinador (refinaria de

Sines) e do sector comercial - e, em consequência, ao colocar a Petrogal numa posição de grande fragilidade perante as grandes multinacionais do sector».

Nessa altura, os sindicalistas alertaram também para «o descalabro que inevitavelmente ocorreria, caso o Governo decidisse, naquele contexto, ir para a frente com a privatização».

Agora, a Fequifa constata que, «infelizmente, a vida demonstrou que tínhamos razão»: «O Governo começou por negociar a privatização conforme as regras ditadas pelos privados, aceitando uma avaliação patrimonial que todos os técnicos do sector e também peritos exteriores consideram unanimemente muito inferior ao valor real. Depois, como isto não fosse já bastante, também não preveniu outras soluções alternativas em caso de rotura com o consórcio escolhido.»

A ameaça de **desmantelamento** de um sector estratégico para o País surge agora

por trás de novas cedências que o Governo está a ensaiar, denuncia a federação, realçando que «como questão central de toda a estratégia delineada pelos privados, particularmente os franceses da Total, está o desmantelamento da empresa em dois sectores - distribuição e refinação -, com o objectivo de, a prazo, liquidar a parte da refinação». Para a Fequifa, «é por esta razão que a Total nunca aceitou participar nos investimentos na refinaria de Sines».

Defendendo que «é uma falsa questão» especular sobre se a Total vai ou não manter-se como accionista da Petrogal e será ou não substituída por outra empresa estrangeira, a Fequifa sublinha que «quaisquer que fossem os arranjos efectuados, o que está em causa é a necessidade de Portugal desenvolver um forte sector de refinação, porque essa é uma base essencial para a salvaguarda da independência nacional».

CGTP responde às insinuações de Cavaco

Não é dos sindicatos que vem a insegurança

Ao dizer, na semana passada (depois de ter evitado a porta de armas da Escola da Marinha, em Vila Franca de Xira, para não se confrontar com uma manifestação de trabalhadores e sindicalistas), que «o *sindicalismo na polícia será um desastre para Portugal*», o primeiro-ministro «proferiu uma afirmação que revela uma concepção autoritária e antidemocrática do poder».

Em nota do seu departamento de informação, a CGTP-IN classifica aquela afirmação como «muito grave no Portugal democrático em que vivemos» e acusa Cavaco

Silva de, ao falar de sindicalismo em tais termos, estar «contra os princípios democráticos fundamentais a que todos devem respeito».

Sublinhando que «sem sindicatos não se pode falar de verdadeira democracia», a central recorda que «o direito de estar sindicalizado constitui um elemento fundamental do regime democrático instaurado depois de 25 de Abril de 1974 e como tal está consagrado na Constituição da República», pelo que «a preocupação do primeiro-ministro deveria ser incentivar o sindicalismo, e não criar-lhe entraves ou anatemizá-lo». «Em

todas as polícias dos restantes países da União Europeia existe sindicalismo», realça a CGTP, protestando porque «só em Portugal, por autoritarismo do Governo, tal ainda não acontece».

Para a central, as afirmações de Cavaco Silva no dia 6 mostraram que o primeiro-ministro «prefere encarar as polícias como um instrumento seu, sempre às suas ordens e prontas a reprimir, em lugar de procurar soluções para garantir uma efectiva segurança dos cidadãos», «prefere atacar de forma velada os sindicatos e claramente os sindicatos na polícia, culpabilizando-os pela insegurança que não é capaz de combater».

Uma vez que Cavaco Silva «atentou contra um direito de cidadania que assiste também aos agentes policiais, negando uma concepção civilista das polícias que foi já adoptada na generalidade dos países europeus e que se tem revelado factor de humanização das forças de segurança pública e da sua aproximação aos cidadãos», a CGTP conclui que «desastre é Portugal continuar a ter um primeiro-ministro que tais declarações profere e um Governo que tal comportamento assume».

Plenário da CCT aprecia e reafirma

Na semana passada, o plenário nacional de representantes da Comissão Central de Trabalhadores e respectivas subcomissões apreciou o processo de «reprivatização» da Petrogal e reafirmou que, «apesar de todo o “cozinhado” estar feito, se deve insistir no respeito pela Constituição da República Portuguesa, pelo regime democrático e, igualmente, insistir junto do Presidente da República em que seja concedida a audiência já solicitada».

Na análise, foram tidas em conta as informações saídas na comunicação social, as declarações formais do Conselho de Administração da empresa, o resultado das audiências com os grupos parlamentares do PS e do PCP e com a comissão parlamentar de Economia, e a reunião de dia 7, entre a CCT e o Governo (representado pelo ministro da Indústria e o secretário de Estado da Energia).

Da apreciação feita, são destacados, numa nota informativa enviada à nossa Redacção, alguns factos:

- o interesse da administração em dar a conhecer a sua total marginalização no processo, declarando que o seu conhecimento se limitava ao divulgado pela comunicação social;

- a falta de resposta do PSD e do CDS-PP aos pedidos de audiência da CCT;

- a reserva do Grupo Parlamentar do PS face aos procedimentos do Governo, comunicando necessitar de mais informação para tomar uma posição oficial;

- a condenação do Grupo Parlamentar do PCP quanto à ilegalidade que o Governo pretende consumir, em clara subordinação aos interesses do grupo privado que ambiciona dominar a Petrogal (os comunistas apresentaram já um requerimento ao presidente da AR e anunciaram que vão chamar o decreto-lei do Governo a ratificação, caso seja promulgado);

- a revelação, pelo presidente (PSD) da subcomissão da Indústria e Energia de que existe um documento do Governo pretendendo justificar nova cedência aos privados (documento desconhecido dos demais membros da comissão e que não foi facultado à CCT);

- a tentativa de justificação, pelo ministro e o secretário de Estado, deste novo processo de privatização reflectiu «estar já tudo tratado», inclusivamente a constituição da Comissão Executiva da empresa (o que legalmente é da competência da administração que só foi nomeada em Assembleia Geral, na passada sexta-feira).

Incomodados ou esquecidos?

À excepção do PCP, os partidos políticos foram convidados mas não estiveram presentes em Braga no seminário sobre trabalho infantil

Por iniciativa da União dos Sindicatos de Braga e com o apoio do IDICT/Inspeção Geral de Trabalho, realizou-se no Dia Mundial da Criança, nas instalações do Instituto da Juventude na capital do distrito, o 2º Seminário Nacional sobre trabalho infantil.

Depois da intervenção de abertura de Adão Mendes, coordenador da USB/CGTP, foi exibido um documentário sobre a exploração de mão-de-obra de menores.

De manhã, num primeiro painel do seminário, foi ainda abordado o trabalho infantil, segundo a perspectiva económico-social e jurídica, com contributos do juiz Alberto Campinho, do sociólogo Manuel Silva e Costa, do director da Inspeção Geral do Trabalho, de Macedo Varela (legislação sobre trabalho

infantil), Deolinda Machado (acção da CNAIST), Rogério Silva (acção da Interjovem), e Ilda Figueiredo (lucro ou desgraça das empresas).

No painel sobre Ensino, Saúde e Família, já da parte da tarde, entrevistaram a socióloga Alice Galdes, e os também professores universitários Cadima Ribeiro (o trabalho infantil na perspectiva do gestor) e Engrácia Leandro, João Salgado Almeida (Ensino Recorrente de Guimarães), José Salazar (da Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais), Manuel Barros (do Instituto da Juventude) e Lília Santos (professora do secundário).

Ambos os painéis terminaram com períodos de debate. A intervenção de encerramento foi proferida pelo coordenador da CGTP, Carvalho da Silva.

No seminário participou uma delegação do PCP, composta por António Lopes (da Comissão Política e cabeça-de-lista da CDU no distrito de Braga) e José Antunes, do Comité Central. Os restantes partidos, apesar de convidados, não compareceram.

Campanha da Interjovem

A organização de juventude da CGTP anunciou no seminário em Braga que vai promover mais uma campanha nacional de denúncia e combate ao trabalho infantil. Para já, além de jovens sindicalistas, a Interjovem conta nesta iniciativa com o apoio, entre outros, de Alice Vieira (jornalista e escritora), João

Chambel (ex-presidente da Associação Académica de Lisboa), Albertina Dias (atleta maratonista), Teresa Vilaverde Cabral (realizadora de cinema), António Ravara (ex-presidente do Conselho Nacional da Juventude), Diogo Pinto (presidente do CNJ), padre Edgar Silva (MAC-Madeira), Bruno Neves (presidente da AE da escola secundária Emídio Navarro), André Gago (actor), General D (vocalista), Inês de Medeiros (actriz), Tiago Magalhães (ex-presidente da Associação Académica de Coimbra), João Pedro (presidente da AE da escola profissional Bento de Jesus Caraça), Maria Albertina (presidente da Juventude Operária Católica), Augusto Duarte (árbitro de futebol da 1ª Divisão nacional) e Carlos Marques (artista plástico).

Privatização da Portugal Telecom Um sucesso escandaloso

Aquilo que o Governo e os grandes grupos financeiros tratam como o negócio do ano é um esbulho do património do Estado, um prémio ao tráfico de influências e uma opção política que compromete a estratégia de desenvolvimento do País

No dia 1 de Junho, tendo por fundo as trombetas que anunciavam o sucesso da operação, o Governo deu por finalizada a primeira venda a privados de 28 por cento do capital da Portugal Telecom e anunciou que cada acção deveria ser paga ao preço de 2800 escudos (entre os valores mínimo de 2500 e máximo de 3100, definidos pelo executivo a 27 de Abril). Ficou assim esclarecido que à operadora nacional de telecomunicações foi atribuído um valor global de 532 milhões de contos. Neste número está o segredo da elevada procura que tiveram as acções da PT e que é apresentada como a prova do êxito desta privatização.

Uma bem cotada empresa de análise financeira (a James Capel) estimou, em Agosto de 1994, que o valor da Portugal Telecom fosse de mil milhões de contos. Valores superiores, até 1300 milhões, foram avançados por outros especialistas.

Desde o início do ano passado estavam a trabalhar os três consórcios escolhidos para procederem à avaliação da PT e participadas. Para a opinião pública transpareciam alguns números, mas a cifra final não era definida. Falou-se em 700 milhões, mas Cabral da Fonseca (presidente da holding Comunicações Nacionais) considerou isso meras especulações. No princípio de Dezembro, Luís Todo Bom (presidente da PT) nega aquele valor e afirma ao «Expresso» que «o número apontado oscila entre os 800 e os mil milhões de contos», devendo «andar por um valor intermédio», que seriam os 900 milhões.

No princípio deste ano, são divulgados os resultados das avaliações feitas pelos consórcios: 850 milhões de contos (o grupo liderado pelo BFE), 700 milhões (o consórcio do BPI) e 600 milhões (a ESSI, do grupo Espírito Santo). A CN acabaria por recomendar 650 milhões de contos, concedendo o negócio da colocação das acções ao mesmo Espírito Santo que apresentara a avaliação mais baixa e que era declarado e interessado comprador da PT (além de accionista da Marconi).

Em Março, o PCP denunciou publicamente o escândalo que estava em marcha e chamou mesmo o decreto-lei da privatização ao plenário da AR. Ao peso da maioria laranja somou-se a cumplicidade do PS, que não esboçou o mínimo protesto e teve militantes seus envolvidos em todo o processo, inclusivamente ao nível da administração da PT.

O Governo cedeu em toda a linha às pressões para baixar ainda mais o preço das acções. Segundo os valores definidos por Cavaco Silva, Eduardo Catroga e Ferreira do Amaral no dia 27 de Abril, a Portugal Telecom valeria entre 475 e 589 milhões de contos.

Bom preço para uns...

Dinheiro com tantos zeros não é coisa com que se lide todos os dias, mas há alguns outros números que ajudam a perceber como este foi um bom negócio e para quem:

- A Portugal Telecom (que resultou da fusão da Telecom Portugal com os TLP e a TDP, e detém agora mais de 90 por cento das acções da Marconi) teve em 1994 lucros de 21,3 milhões de contos (num volume de negócios de 320 milhões);

- É, pelo menos até 1998, a única operadora de serviços telefónicos no País (cerca de 3,5 milhões de linhas) e domina quase por completo o mercado de serviços complementares. Vai também na frente em várias áreas crescentes, como a TV por cabo (através da TV Cabo Portugal), os telefones móveis (TMN) ou a transmissão de dados (Telepac);

- «É, de entre as várias empresas internacionais que estão no sector, a que tem das mais altas margens operacionais» - segundo uma recomendação da corretora da Deutsche Bank no nosso país;

- Esta mesma corretora admite que a PT pode ter, pelo menos nos próximos 3 anos, um crescimento dos lucros na ordem dos 30 por cento anuais.

Bom, e pode também referir-se uma curiosidade mais recente: as acções, que o Governo no dia 1 apreçou por 2800 escudos, foram cotadas no dia seguinte, na Bolsa de Lisboa, a 3010 escudos - um ganho de 7,5 por cento num dia, ou dois, ou pouco mais (conforme a data de aquisição dos títulos).

Pelo que veio a lume, o grupo Espírito Santo fez jus ao popular dito «quem parte e reparte...». Recebeu como avaliador, conseguiu o preço mais baixo para a PT que queria comprar, arrecadou (quaisquer 5 milhões de contos) pela colocação das acções no mercado, tornou-se no maior accionista privado da empresa (terá agora mais de 2,5 por cento das acções) e pretende rentabilizar os contactos estabelecidos de forma a obter um lugar na futura administração (nomeada-

mente, em aliança com os fundos de investimento estrangeiros).

... mau negócio para o País

Na euforia de deitar contas aos lucros, quase passa despercebido um pequeno pormenor: e quem perdeu, afinal, já que os ganhos não caem do céu?

Mantém perfeita actualidade a afirmação do PCP de que a privatização da Portugal Telecom foi um duplo esbulho ao Estado e à comunidade, pela subavaliação da empresa em centenas de milhões de contos e pela retirada ao património público de lucros anuais de muitos milhões.

Não dá sinais de amainar a ofensiva contra o emprego e os direitos dos trabalhadores.

A par dos prejuízos contabilizáveis em milhões de contos ou milhares de postos de trabalho, há que contar ainda com as perdas que para o País advêm do facto de os defensores da privatização pretenderem também que a empresa-chave do sector estratégico das telecomunicações passe a ser totalmente (segundo o ministro da tutela, Ferreira do Amaral) controlada pelo capital privado. Isto significaria que, antes de mais, seria a lógica do maior e mais rápido lucro a determinar a evolução do sector.

Como já por várias vezes se viu, essa lógica pouco ou nada tem a ver com os objectivos do desenvolvimento equilibrado do País: prejudicaria gravemente, sem dúvida, as regiões do interior, para além de relegar ao segundo plano os interesses da comunidade na defi-

nição de uma política de telecomunicações. Também não é essa a lógica que mais favorece o comum dos utentes dos serviços da PT (nem no preço, nem na qualidade).

Para um Governo em despedida e uns administradores em transição, estas contas pouco importam. O que é preciso é

deixar medrar os bons negócios!...

Para o País, os trabalhadores, os consumidores e todos os que são prejudicados pela entrega das telecomunicações à alta finança, o que importa é pôr rapidamente termo a esta política e avançar por um caminho bem diferente. É pela

esquerda que este sector estratégico terá condições para prestar serviços de qualidade e à altura das necessidades, para rentabilizar a favor da comunidade as mais recentes conquistas da ciência, para fomentar o progresso equilibrado do País e uma vida melhor aos que aqui vivemos e trabalhamos.

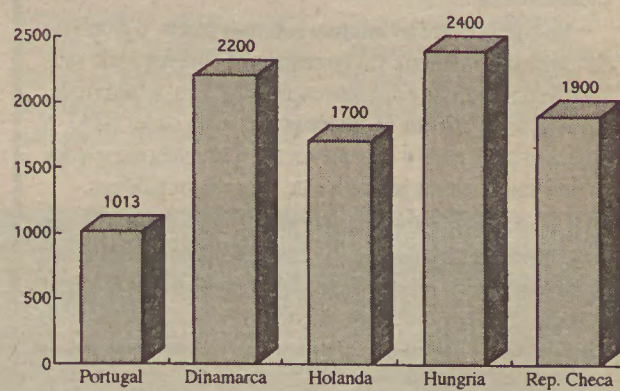


Metade... ou menos

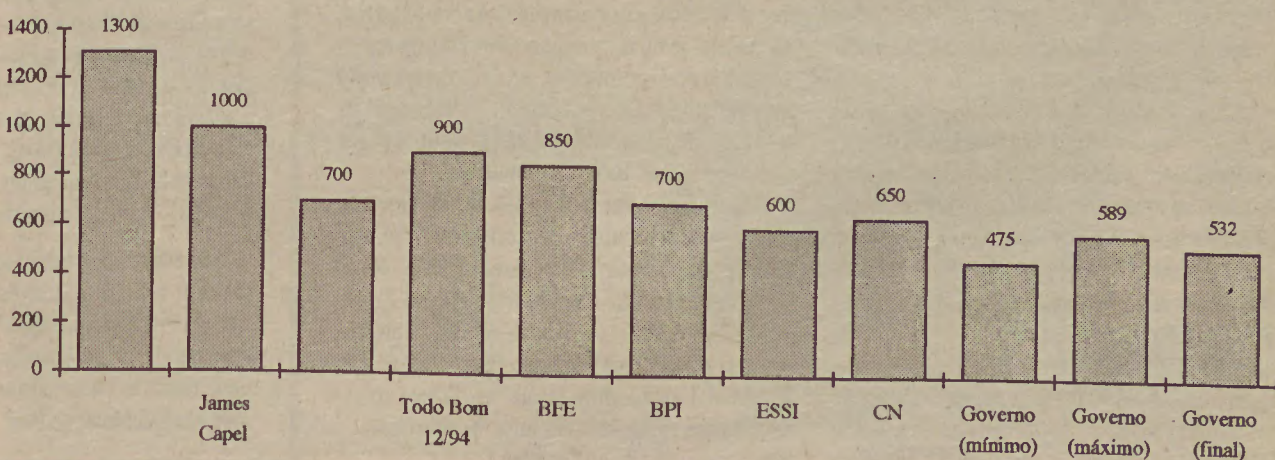
Não. Não estamos a falar dos números referentes à avaliação da Portugal Telecom. Desses já se sabe que desceram de mil ou 1300 milhões de contos para 532 (que o Governo até admitia serem somente 475). Mas deles já falámos nesta página. O quadro apenas mostra como o preço foi caindo...

Em metade, ou menos, também se verifica que ficou avaliada a Portugal Telecom relativamente a outras empresas de telecomunicações privatizadas mais ou menos recentemente noutros países europeus. O valor por linha telefónica foi de 1900 dólares na República Checa, 1700 na Holanda, 2200 na Dinamarca e 2400 na Hungria. «O mercado português oferecia uma importante mais-valia não existente nas restantes privatizações», salientava «O Independente», ao referir, a 26 de Maio, estes números. E especificava: «A existência em Portugal da rede mundial de cabos submarinos e de satéli-

Valor por linha telefónica



Evolução da avaliação



Ética e transparência

Medidas ficam muito aquém do desejável

Um significativo recuo do PSD em relação ao que estava anteriormente aprovado na Comissão de Ética e Transparência marcou a discussão dos projectos de lei por esta submetidos na passada semana a plenário. Em causa, concretamente, por um lado, a obrigatoriedade do controlo das declarações de rendimentos, que os deputados da maioria deixaram cair (acabando assim por ir também ao encontro das posições do PS que sempre manifestou reservas em relação a esta matéria), e, por outro, o regime de exclusividade dos titulares de cargos políticos e de altos cargos públicos, regime de que foram isentos os directores gerais e equiparados, uma clientela de peso do PSD que sempre bateu o pé contra uma tal medida.

Resulta claro, pois, em qualquer dos casos, que o comportamento da maioria governamental foi pautado pela inexistência de uma real vontade no sentido de alterar as razões que estão na base da crise de confiança dos cidadãos face às instituições políticas - recorde-se que o PSD durante muitos anos inviabilizou a generalidade das propostas agora em debate -, e que a sua participação neste processo só se concretizou, como assinalou o deputado comunista João Amaral, porque a isso foi obrigado pela pressão das oposições e da opinião pública.

E se esta real e sincera falta de vontade no sentido de adoptar as

medidas que se impunham ficou patente nas questões essenciais - o caso mais paradigmático é porventura a questão da proibição do financiamento dos partidos pelas empresas, pela qual o Grupo comunista se bateu -, a verdade é que este episódio relativo ao controlo das declarações de rendimentos e à não abrangência dos directores gerais pelo regime de exclusividade veio demonstrar que a ideia que animou os deputados do PSD foi tentar dar a imagem de que era preciso mudar alguma coisa para que tudo, no fundo, ficasse na mesma.

Daí que - foi o líder da bancada comunista, Octávio Teixeira,

a sublinhá-lo - este "pacote" tenha ficado "muito aquém do desejável", nele abundando as insuficiências e omissões que acabaram por levar os deputados comunistas - no sentido de lhes dar resposta -, a subscrever e a apresentar no decorrer do debate na generalidade e votação final global um conjunto de propostas de alteração aos textos da Comissão (ver caixa).

Mas se as questões debatidas neste processo legislativo são de inegável importância, a verdade é que elas - como fez questão de chamar a atenção Octávio Teixeira - não esgotam as questões essenciais da ética política.

"Como já noutras oportunidades o referimos, entendemos que a transparência pode ser «imposta» por lei (embora nenhuma lei possa impedir eventuais comportamentos culposos), mas que a ética não se decreta: pratica-se... ou não", enfatizou o presidente do Grupo Parlamentar do PCP, não sem antes ter lembrado outros exemplos que, do seu ponto de vista, são absolutamente inerentes à ética política, como sejam, a "seriedade das promessas eleitorais", o "estrito cumprimento dos compromissos eleitorais" ou o "repúdio do tráfico de influências no desempenho de funções políticas ou de cargos públicos".

As propostas do PCP que o PSD chumbou

Face às insuficiências e omissões que em sua opinião enformavam os projectos de lei apresentados pela Comissão de Ética e Transparência, o Grupo Parlamentar do PCP subscreveu um conjunto de propostas de alteração que introduziu no decorrer do próprio debate.

Ao reiterarem estas propostas, já anteriormente expressas no âmbito do debate público realizado na Comissão, para os deputados comunistas tratou-se sobretudo de dar corpo a soluções preconizadas nos seus próprios projectos de lei sobre as matérias em discussão, reparando simultaneamente as referidas omissões dos textos saídos da Comissão.

Quanto ao financiamento dos partidos - uma questão central para o PCP -, nos objectivos da sua proposta está a proibição do financiamento por empresas, enquanto que no domínio do estatuto dos deputados o objectivo visado é o estabelecimento da exclusividade, em ordem a que os deputados possam exercer a função política com inteira dedicação, sem estarem submetidos a pressões e interesses, rejeitando frontalmente o Grupo comunista, como salientou no debate Octávio Teixeira, as teses da «funcionalização» e da «independência» contra a exclusividade.

No que se refere ao estatuto remuneratório, o propósito da formação comunista vai no sentido da eliminação do subsídio de reintegração e das subvenções vitalícias, ao passo que, em relação ao registo de interesses incluído na lei 64/93, o objectivo pretendido é o de prever o seu alargamento a todos os titulares de cargos políticos e de altos cargos públicos.

Proposta pelo Grupo comunista, quanto à declaração de rendimentos e património, é a exclusão da possibilidade de recurso ao Tribunal Constitucional para oposição à divulgação livre das declarações.

Governo falha na política ambiental

Acusações ao Governo pelas suas orientações no domínio da política ambiental e duras críticas por ter faltado aos compromissos por si assumidos marcaram a interpelação do Partido Ecologista "Os Verdes" ao Governo sobre esta matéria.

Isabel Castro, em nome de "Os Verdes", iniciou a sessão com uma intervenção centrada nas questões dos recursos hídricos - que considerou serem tratados como um "negócio" - e dos resíduos, acusando o executivo de ter falhado os objectivos de reduzir, reutilizar e reciclar.

No decorrer dos trabalhos, a dirigente do Partido "Os Verdes" lembrou ainda que os dez anos de Governo do PSD foram a "década do extermínio silencioso dos homens e da natureza", enquanto

que o seu colega de bancada, André Martins, recenseou os nove compromissos constantes do programa de Governo que, no seu entender, não foram cumpridos, nomeadamente a "integração da componente ambiental nas várias políticas" e a revisão da Lei de Bases do Ambiente.

Muito crítico em relação à acção do Governo foi também o deputado comunista Luís Sá, que afirmou ser necessária "uma nova política". Referindo-se à ideia lançada pelo secretário de Estado e dirigente do PSD Luís Flípe Menezes, de promover uma manifestação contra o Plano Hidrológico Espanhol, Luís Sá afirmou que "aquilo que verdadeiramente se imporia era uma manifestação de protesto em relação ao Governo".

A ficção da política de cooperação

Agendado por iniciativa da maioria governamental, o debate sobre política de cooperação realizado numa das sessões plenárias da passada semana acabou por revelar que, neste domínio, o mínimo que se pode dizer para qualificar o desempenho do Governo é que ele foi desastroso. Contrariamente aos objectivos pretendidos - não foi difícil descortinar intuítos eleitoralistas neste agendamento, como tratou de chamar a atenção o deputado comunista Miguel Urbano Rodrigues -, o Governo acabou por não se sair bem de um debate que, afinal, serviu para evidenciar as suas fragilidades e omissões.

De pouco valeu, com efeito, o discurso de auto-satisfação lido pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, para quem, imagine-se, os últimos dez anos foram decisivos para que Portugal conseguisse inverter o estado das suas relações com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

Testemunhos de como neste capítulo o Executivo "deveria sentir vergonha pelo que não foi capaz de fazer e pelo que fez mal" deu-os Miguel Urbano

Rodrigues, com eles refutando um discurso que do seu ponto de vista "traz à memória, pelas pompas do estilo e pelas ressonâncias paternalistas, velhas arengas imperiais de ministros do 24 de Abril".

O parlamentar comunista referenciou, concretamente, entre outros exemplos, o facto

de em Luanda não existir sequer um Centro Cultural Português, apesar da sua prometida instalação anunciada nos últimos dez anos, enquanto que, em Bissau, o Centro Cultural funciona num velho barracão colonial. "Naquele país quem dinamiza o ensino do português é o Centro Cultural Brasileiro", apesar de existirem "cidadãos portugueses com condições para o desempenho de actividades docentes", observou Miguel Urbano Rodrigues, antes de lembrar que a "Rádio Bissau, em esforço louvável, transmite aulas em português, mas a responsabilidade é do Centro Cultural Francês".

Entretanto, não é apenas na área da cooperação cultural - onde continua sem se ver o papel do Instituto Camões -, que podem ser aferidos os fracassos da política deste Governo.

No entender do parlamentar do PCP, no campo específico da cooperação económica, o "panorama não é mais animador", sendo que as causas para esta situação, do seu ponto de vista, entroncam na "concepção egoísta do desenvolvimento da humanidade" compartilhada pelo Governo, de que resulta um entendimento do chamado diálogo Norte-Sul "que faz da ajuda aos países não desenvolvidos um exercício de retórica e uma ficção".

"Os efeitos dessas política por parte das grandes potências - foi Miguel Urbano Rodrigues a lembrá-lo - têm aprofundado de ano para ano, com consequências dramáticas, o fosso que separa mais de quatro quintos da humanidade da minoria que controla e consome a quase totalidade dos recursos do planeta".

Caso OGMA PSD tenta branquear responsabilidades do Governo

A Comissão de inquérito aos casos OGMA adiou faz hoje oito dias para o início desta semana a votação do relatório e conclusões finais da investigação. Na base do adiamento da discussão e do sufrágio, a contestação dos partidos da oposição ao facto de as conclusões do relatório, elaborado pelo deputado do PSD Luís Geraldes, terem sido divulgadas pela imprensa antes de serem distribuídas aos parlamentares da Comissão.

Por essa razão, defenderam que a Comissão deve realizar uma investigação para averiguar a "violação do sigilo" a que estão obrigados os deputados membros das Comissões parlamentares de inquérito, como salientou José Manuel Maia, do PCP.

Os deputados da oposição, que se queixaram de não terem recebido o relatório antes de começar a reunião, recordaram que o Regimento da Assembleia da República estabelece um prazo de pelo menos 48 horas entre a distribuição dos relatórios e a realização da votação.

O inquérito aos casos OGMA, recorde-se, visa apurar as eventuais responsabilidades políticas do Governo na reparação de aviões Mig das Forças Armadas angolanas e de helicópteros da Indonésia pelas Oficinas-Gerais de Material Aeronáutico.

Para a formação comunista, de acordo com as palavras de José Manuel Maia, "o PSD está a tentar, à pressa, branquear as responsabilidades políticas do Governo nos casos OGMA".

Octávio Teixeira sobre a redução do horário de trabalho para 40 horas

Confrontar a direita com as promessas

Concretizar um objectivo pelo qual desde há muito se batem centenas de milhar de trabalhadores, confrontando simultaneamente os restantes partidos, designadamente o PSD, mas também o PS, com os seus compromissos eleitorais - num momento em que todos falam de transparência e da ética na vida política -, tais são, em síntese, as razões que levaram o Grupo Parlamentar do PCP a propor o agendamento do seu projecto de lei que estabelece a redução do horário máximo de trabalho para 40 horas semanais.

Com o debate do diploma marcado para o próximo dia 20, para a formação comunista, como sublinha em entrevista ao "Avante!" o seu presidente, Octávio Teixeira, trata-se de consagrar em lei uma medida que, do seu ponto de vista, é "socialmente justa e correcta", com um alcance tanto mais importante quanto é certo

que Portugal, sublinha, "é o país da União Europeia onde os salários são mais baixos", sendo ao mesmo tempo aquele "onde os horários de trabalho são mais prolongados".

Octávio Teixeira explica ainda nesta entrevista as razões pelas quais entende que a redução do horário de trabalho constitui uma forma "justa e eficaz" de combater o desemprego, desmontando, por outro lado, os argumentos dos que consideram que uma tal medida pode pôr em causa a viabilidade ou a competitividade das empresas.

Está agendado para o próximo dia 20 o projecto de lei do PCP que prevê a redução do horário máximo de trabalho para 40 horas semanais. Que razões levaram a formação comunista a propor este agendamento praticamente em cima do final da Legislatura?

Há uma razão essencial para propormos este agendamento agora: consideramos que seria politicamente inaceitável que a sessão legislativa findasse sem que o PSD e o Governo fossem confrontados com uma das suas mais importantes promessas aos trabalhadores. Durante a campanha eleitoral de 1991, o PSD comprometeu-se à redução do horário máximo de trabalho para 40 horas, e o Governo, de que faziam parte, entre outros, os srs. Cavaco Silva e Fernando Nogueira, comprometeu-se igualmente, no âmbito de uma acordo dito de "concertação social" de 1990, a atingir o horário máximo de 40 horas em 1995. Tal como o PS, no seu "programa eleitoral" para a campanha de 1991 se comprometia a essa redução do horário máximo de trabalho semanal para 40 horas.

Num momento em que todos falam da transparência e da ética na vida política, impunha-se-nos, para além da questão de fundo, confrontar o Governo e o PSD (mas também o PS que ao longo

Tens toda a razão quanto ao não cumprimento, pelo PSD e pelo Governo, de imensas promessas eleitorais que fizeram aos trabalhadores. Pelo contrário, têm vindo a legislar e a actuar precisamente no sentido inverso.



Porém, a redução do horário máximo de trabalho para as 40 horas transformou-se num grande objectivo para centenas de milhar de trabalhadores. Na linha, aliás, da redução progressiva da jornada semanal de trabalho que marcou a evolução histórica do movimento operário português e mundial. E é socialmente justo e correcto que se dê mais este passo neste longo caminho de luta. Porque já desde 1969 existe a recomendação da Organização Internacional de Trabalho visando a redução para as 40 horas por semana, sem qualquer diminuição dos salários dos trabalhadores. Porque Portugal é o país da União Europeia onde os salários são mais baixos e, simultaneamente, onde os horários de trabalho são mais prolongados. Porque

da legislatura não apresentou nenhum projecto de lei sobre esta matéria!) com o imperativo ético de cumprirmos os seus compromissos. Por isso, este nosso projecto de lei para a redução do horário máximo de trabalho semanal para 40 horas, sem qualquer redução dos salários.

E, por isso também, considero importante que todas as organizações de trabalhadores, no âmbito do debate público do nosso projecto de lei, enviem para a Assembleia da República as suas opiniões e posições, até ao próximo dia 19, de preferência antes dessa data.

Objectivo socialmente justo e correcto

Mas a verdade é que esta não foi a única promessa eleitoral feita em 1991 pelos restantes partidos com assento parlamentar, designadamente pelo PSD, que não foi cumprida. A recente interpelação do PCP sobre os direitos laborais, sociais e económicos dos trabalhadores revelou que muitas outras promessas caíram em saco roto. Porquê então esta prioridade e atenção dada agora à questão do horário de trabalho?

é inaceitável que os avanços da ciência e da técnica sirvam de pretexto para o permanente aumento do desemprego e não para a permanente redução do horário de trabalho.

Trata-se de uma matéria, aliás, em relação à qual já anteriormente o Grupo comunista tomara a iniciativa de apresentar projectos de lei preconizando medidas de natureza idêntica.

Esta é, pelo menos, a terceira vez que o PCP apresenta um projecto de lei com este objectivo. Apresentámo-lo na anterior legislatura e foi rejeitado pelo PSD e CDS.

Voltámos a apresentá-lo depois das últimas eleições e obrigámos que a Assembleia da República o discutisse e votasse em Janeiro de 1993. Mais uma vez foi chumbado pelo PSD e CDS (agora já o CDS do sr. Manuel Monteiro). E no próximo dia 20 todos os partidos representados na Assembleia terão de novo de mostrar, sem sofismas possíveis, o seu sentido de voto. Certamente que o PS o vai votar favoravelmente, como o fez nas situações anteriores. Mas não deixa de ser, pelo menos, estranho que o PS nunca tenha apresentado um projecto de lei com este objectivo. Nem os seus deputados simultaneamente altos dirigentes da UGT, incluindo o seu secretário-geral. Que, diga-se em abono da verdade, não se mostraram entusiasmados com este agendamento do PCP...

"Partilhar" o emprego e não os salários

Ao consagrar o limite máximo legal de 40 horas trata-se, pois, de dar resposta a uma reivindicação dos trabalhadores que pode ser simultaneamente encarada como um contributo no combate ao desemprego...

Sem dúvida alguma. Porque se a evolução das economias capitalistas continua a não conseguir reduzir o desemprego mesmo em épocas de expansão económica, é cada vez mais essencial reduzir o horário de trabalho para criar mais postos de trabalho. É uma forma indispensável, justa e eficaz, de combater o desemprego. "Partilhando" o emprego e não os salários.

No quadro da União Europeia somos, de resto, o único país onde o limite legal da semana de trabalho ultrapassa as 40 horas.

Exactamente. Até a Grécia tem horários máximos de trabalho inferiores aos portugueses. Nós somos os últimos em horários e os últimos em salários. A cantilena do Governo e do PSD sobre o atingirmos o pelotão da frente não abrange as matérias sociais, e nomeadamente os direitos dos trabalhadores. Aliás, na generalidade dos países da União Europeia o que está já colocado em cima da mesa é o horário máximo de 35 horas semanais.

Não há o risco, entretanto, como alguns alegam, de que esta redução possa pôr em causa a viabilidade ou a competitividade das empresas?

O que põe em causa a viabilidade e a competitividade das empresas é a política económica de direita, com o escudo caro e as taxas de juro elevadas, com o encerramento de empresas, com a eliminação da indústria, da agricultura e das pescas, com a concorrência desleal de produtos e serviços estrangeiros, com uma política que conduz à recessão e à infundável patinagem da retoma. Pelo contrário, com o aumento do emprego e dos salários (e das pensões de reforma) aumenta o poder de compra dos portugueses, o que provoca mais procura, mais produção e mais investimento, essencial para que as empresas se viabilizem e fortaleçam. Por outro

lado, se as empresas estrangeiras podem competir tendo salários mais altos e horários de trabalho mais baixos, isso significa que os problemas das empresas portuguesas não radicam nas questões laborais e salariais.

Dar resposta às reivindicações

Que medidas prevê concretamente o projecto de lei do PCP no sentido de acautelar que esta diminuição não se traduza em outros prejuízos para os trabalhadores, como sejam, por exemplo, a diminuição dos salários ou o agravamento dos regimes mais favoráveis actualmente existentes?

No projecto de lei do PCP propomos, nomeadamente, a redução da semana de trabalho para 40 horas sem prejuízo dos regimes mais favoráveis já existentes. Relativamente ao trabalho nocturno por turnos e aos trabalhos insalubres, penosos ou perigosos do ponto de vista físico ou psíquico prevemos a redução para as 35 horas semanais. Prevenindo efeitos perversos proíbe-se no projecto que da redução do horário resultem o abaixamento do nível de salários ou qualquer outro desfavorecimento nas condições de trabalho pré-existent. E estabelece-se para a entrada em vigor do novo horário de trabalho o prazo de seis meses, suficientemente amplo para se proceder à reorganização do trabalho onde tal se revele necessário.

E um bom projecto de lei e, fundamentalmente, é um projecto que justamente dá resposta às reivindicações e aos objectivos dos trabalhadores portugueses e do movimento sindical unitário, e é uma medida caracterizadora da política de esquerda de que o país e os trabalhadores tanto necessitam.

■ JC



Portugal é o único país da União Europeia onde o limite legal da semana de trabalho ultrapassa as 40 horas

Tchetchénia

A câmara baixa do Parlamento russo (Duma) propôs ao Presidente russo, Boris Ieltsin, o fim da guerra na Tchetchénia. Numa mensagem aprovada por 231 votos a favor, os deputados recordaram a Ieltsin que "o exército russo perdeu mais de 5000 homens", enquanto as vítimas entre a população civil da Tchetchénia "elevam-se a dezenas de milhares". O Presidente tchetcheno, Djokhar Dudaiev, proclamou unilateralmente a independência, a 1 de Novembro de 1991, nos últimos dias da então União Soviética. As tropas russas entraram a 4 de Dezembro nesta república do Cáucaso.

Tunísia

O segundo Fórum das mulheres do Mediterrâneo, realizado no quadro da preparação da Conferência mundial da mulher que decorrerá em Setembro, em Pequim, condenou os "crimes odiosos" contra as mulheres na Argélia.

Conferência

A Conferência Internacional do Trabalho, que reuniu em Genebra 2000 delegados de 171 países, representantes de governos do patronato e dos sindicatos, debateu questões como a igualdade de tratamento entre os trabalhadores a domicílio e os outros assalariados. Outro tema em discussão - a ameaça, por parte do congresso dos Estados Unidos, de recusa de pagar a sua quotização, que corresponde a um quarto dos recursos da organização.

Palestina

Os dirigentes da OLP fizeram uma advertência a Israel, referindo os riscos de um novo levantamento popular caso o governo israelita não respeite a data de 1 de Julho para a retirada da Cisjordânia, o que deverá abrir a segunda fase do processo de paz. "O não cumprimento por Israel dos seus compromissos terá repercussões sérias e negativas", declarou Yasser Abd Rabbo, ministro palestino da Educação.

Ruanda

John Netshitenzhe, porta-voz do presidente sul-africano, Nelson Mandela, rejeitou as afirmações de uma organização de defesa dos direitos humanos de que a África do Sul forneceria armas às milícias da antiga ditadura ruandesa. O porta-voz de Mandela reafirmou o empenhamento de Pretória nos esforços desenvolvidos pela Organização de Unidade Africana (OUA) em relação ao Ruanda. Um porta-voz da Armscor, a firma sul-africana de venda de armas, afirmou não estar ao corrente de tais transações.

Japão

O desemprego registou uma significativa subida no Japão, no mês de Abril,

Bósnia

A aposta na ameaça militar

A lógica militarista impôs-se, sem nuances, numa Bósnia devastada pela guerra. Em paralelo embora com algumas iniciativas de carácter diplomático, o que sobressai é a escalada das ameaças e acções militares, em que todas as partes - tanto a nível interno como externo - aparecem envolvidas.

A NATO recusou-se a dar quaisquer garantias aos sérvios da Bósnia de que se absteria de raids aéreos em troca da libertação dos capacetes azuis da ONU.

Os sérvios bósnios continuam a manter detidos 145 capacetes azuis. A libertação de parte dos detidos foi acompanhada por indicações de que a NATO teria renunciado a novos raids aéreos na Bósnia.

Simultaneamente, numa reunião em Bruxelas, os ministros da Defesa da Aliança e os seus homólogos da Europa de Leste

(excluindo a Rússia) "afirmaram o seu apoio" à criação de uma força multinacional de Reacção Rápida na Bósnia.

Esta Força multinacional de reacção rápida (FRR) estará operacional já em fins de Julho, ou seja, cerca de um mês depois da luz verde do Conselho de Segurança.

Por outro lado, o plano para eventual retirada dos 24.000 capacetes azuis estacionados na Bósnia está já concluído, aguardando agora a aprovação política dos 16 membros da Aliança Atlântica.

O plano de retirada prevê a utilização, sob comando da NATO, de uma força de pelo menos 40.000 homens com cobertura de aviões, helicópteros e navios. Os Estados Unidos prometeram já 25.000 efectivos militares, a Espanha 4.000, a Alemanha 2.000 e Portugal 800.

Um único sinal de que a diplomacia mantém alguma actividade. O novo mediador europeu, Carl Bildt, iniciou contactos para tentar reatar as conversações de paz, com um encontro em Sotchi com o ministro russo dos Negócios Estrangeiros. Em entrevista, no passado fim-de-semana à revista alemã "Der Spiegel", o secretário-geral das Nações Unidas, Butros-Ghali, afirma que "o problema da Bósnia não pode ser resolvido militarmente"

e sublinha que se o mandato das Nações Unidas for modificado para permitir o recurso à força, "isso significa entrar na guerra ao lado de uma ou outra das partes".

A escalada militar marca entretanto a evolução da situação no país. Ao fim de um período de tréguas - tréguas relativas, em que a guerra apenas esmoreceu pontualmente - em que nada foi avançado no sentido de se garantir a construção de uma opção política, Sarajevo voltou a ser alvo dos bombardeamentos e tiroteios. Os raids aéreos desencadeados pela NATO sobre as posições das milícias sérvias tiveram como resposta os bombardeamentos de Tuzla, com a morte de mais de 70 jovens e o aprisionar, como reféns, de centenas de capacetes azuis.

A força de intervenção rápida agora em preparação corresponde a uma nova escalada na via militar, enquanto as forças sérvias ameaçam as zonas de segurança, agora consideradas como "bastiões de soldados inimigos onde são regularmente atacados os territórios sérvios" e o primeiro-ministro bósnio, Silajdzic, volta a lançar óleo no fogo dizendo esperar "uma resposta massiva da comunidade internacional (contra os sérvios), a não ser que seja tomada a decisão de levantar o embargo (de armas)".

Entretanto, as populações bósnias - de facto arredadas de qualquer decisão, ainda que as suas vidas estejam em causa - pagam a factura de guerras de interesses a que são alheias e de que por vezes acabam por ser instrumento.

América Latina em debate no Fórum de São Paulo



O quinto encontro do Fórum de São Paulo, que engloba organizações de esquerda e progressistas de toda a América Latina, reuniu em Montevideo, capital do Uruguai, durante três dias, entre 25 e 28 de Maio, delegações de sessenta e cinco países e observadores de outros continentes.

Em simultâneo com os trabalhos do Fórum, decorreram encontros de parlamentares dos partidos participantes e uma reunião de mulheres, que reivindicou um espaço permanente a integrar no próprio Fórum e coordenou posições para o Fórum das ONG que deverá realizar-se em Pequim, quando da próxima conferência das Nações Unidas sobre a Mulher.

O encontro de Montevideo aprovou múltiplas

moções, nomeadamente sobre a situação socioeconómica do México e a realidade de Chiapas, de condenação do estado de sítio imposto na Bolívia, pela libertação dos presos políticos em Porto Rico, contra as tentativas de apagar os crimes do fascismo no Chile.

Os participantes no encontro manifestaram-se, em particular, contra o "criminoso bloqueio imposto pelo governo dos Estados Unidos da América" a Cuba. Condenaram firmemente o projecto de lei Helms Burton - tendente a reforçar mais ainda o bloqueio - projecto que "viola os direitos humanos do povo cubano e as normas que regem a soberania dos Estados, e simultaneamente visa, de forma brutal, reestabelecer a injustiça social e destruir as conquistas económicas, políticas e sociais da revolução".

O próximo encontro do Fórum de São Paulo deverá realizar-se, em 1996, em El Salvador, na América Central.

Declaração de Montevideo

Reconstruir a esperança é a ideia de fundo que percorre o documento aprovado no encontro do Fórum de São Paulo, resultante dos debates em Montevideo, em que se analisa a actual situação na América Latina e Caraíbas e se avançam propostas alternativas aos modelos neoliberais.

Propostas alternativas tanto mais urgentes quanto se regista um "incremento da combatividade dos movimentos populares, que se exprime no seu crescimento, diversificação e fortalecimento organizativo, assim como um importante desenvolvimento das suas lutas, através de greves, protestos, manifestações, corte de estradas e outros, com destaque para a revolta de Chiapas, caracterizadas pela irrupção de novas formas de expressão, de democracia e poder popular".

O documento aprovado em Montevideo sublinha que "todas estas manifestações indicam um caminho e colocam na ordem do dia a necessidade de que as forças progressistas desenvolvam, promovam e construam, não apenas um modelo alternativo de

desenvolvimento económico e social, mas fundamentalmente um modelo alternativo de democracia e novas formas de poder popular".

Os participantes no Fórum denunciam o reforço que se vem a registar, do papel de polícia internacional dos Estados Unidos e afirmam que "os modelos neoliberais impostos são acompanhados da intenção de legitimar democracias tuteladas e marginalizantes que têm como finalidade impedir a plena participação política e económica das grandes maiorias; limitar a luta por exigências justas que ponham em causa esse modelo".

O Fórum defende "um desenvolvimento sustentado", em que uma produtividade

crescente se venha a reflectir "em melhores níveis de vida para a maioria da população" e o "Estado assumo o seu papel de regulação da economia e garante do bem-estar social e de uma justa distribuição dos rendimentos".

A Declaração de Montevideo sublinha que "sem integração social e económica ao nível de cada país, qualquer projecto de integração regional é impossível. Para a integração social torna-se imperioso o reforço e desenvolvimento das democracias pelo permanente protagonismo dos povos".

Afirma-se ainda não ser "saúdavel reduzir os nossos objectivos ao terreno da economia". Impondo-se igualmente ter em conta "a defesa do meio ambiente, o desenvolvimento conjunto de políticas sociais, em particular nos sectores da educação, saúde, construção e preservação de identidades culturais", e de "um espaço indígena e de outros grupos étnicos raciais e culturais".

Entre as áreas de acção conjunta definidas em Montevideo, destacam-se, nomeadamente:

- A luta contra o modelo liberal e a "formulação de um projecto alternativo de poder que implique democracia política real, democracia económica e social e participação e protagonismo do nosso povo".

- Redefinição, em benefício dos povos, dos mecanismos de integração regional.

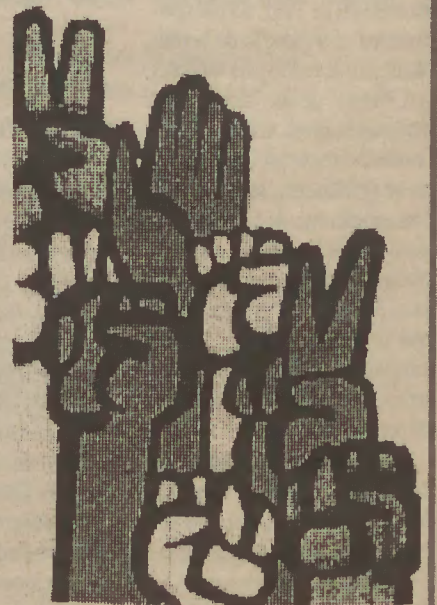
- Revitalização das negociações por um comércio internacional equitativo.

- Renegociação da dívida, também no sentido de uma "transferência de recursos de norte para sul para reiniciar um crescimento ordenado e socialmente justo".

- Defesa incondicional dos direitos humanos e solidariedade com todas as lutas sociais.

- Fortalecimento dos movimentos em prol da ética na política.

- "Defender os direitos dos grupos indígenas e dos camponeses, da juventude, dos trabalhadores, das mulheres e classes médias, principais vítimas da exclusão e pauperização resultantes das políticas neoliberais".



Palestina

As estratégias de domínio de Israel

A escassas semanas da data-limite de 1 de Julho para a retirada das forças israelitas da Cisjordânia (sistematicamente protelada) e a realização de um acordo global sobre a autonomia da Palestina, e num momento em que se avança para um possível acordo de paz entre Israel e a Síria, muitos são os palestinianos que recebem que, uma vez mais, os interesses e direitos do povo da Palestina sejam escamoteados e adiados.

Razões não faltam para esta preocupação, mais ainda num momento em que Israel assume posições de clara afirmação de poder - na expropriação de terras em Jerusalém oriental como na renovada recusa em integrar o Tratado de Não Proliferação de armas nucleares (TNP). Enquanto simultaneamente avança o processo de normalização de relações com os diferentes países árabes.

A pressão do governo de Tel-Aviv faz-se sentir a todos os níveis.

Num quotidiano marcado pela continuidade da presença militar israelita e pelo enorme agravamento das dificuldades económicas, ressaltam duas questões fulcrais para a construção da paz: a libertação dos presos políticos e os colonatos.

A questão dos presos políticos toca todas as famílias palestinianas. Desde 1967, 10% da população palestiniana passou pelas prisões de Israel (200 000 presos em 2 milhões de habitantes).

Em 1994, ainda que a contagem, foram libertados 5.300 presos. Mas outros 6.000 estão ainda nas prisões de Israel.

Congelada para debate posterior, a questão dos colonatos afirmou-se como a causa principal de confrontos e tensão e mesmo como o obstáculo maior à concretização de um Estado palestiniano - naturalmente inviável sem a existência de um território.

Ora o que tem vindo a acontecer é uma sistemática política de retalhar, ocupar, parcelar, o território palestiniano, pela presença física de mais colonatos israelitas, mais estradas a cortar o país.



Colonos israelitas, armados, na cidade velha de Jerusalém

Ao arripio dos acordos de Oslo e da IV Convenção de Genebra, os colonatos continuam a crescer por toda a Cisjordânia e Jerusalém oriental está rodeada de verdadeiras cidades-dormitório israelitas, para onde as pessoas são atraídas pela concessão de facilidades particulares na aquisição de habitação.

Simultaneamente, está a ser construída, através de 40% da superfície total da Cisjordânia, toda uma rede de estradas, consideradas por Tel-Aviv como "estratégicas".

Uma situação que não apenas gera e alimenta tensão, como naturalmente constitui terreno propício ao crescimento e crescente implantação e popularida-

de de grupos fundamentalistas islâmicos. Grupos que Israel quer ver reprimidos pela Autoridade palestiniana, em nome da sua segurança, ou até em nome da paz... Um ciclo vicioso em que a violência e o alimentar de situações insustentáveis são duas faces de uma mesma dinâmica - claramente oposta à dinâmica própria de um processo de paz.

atingindo actualmente 3,2 por cento da população activa, nível nunca atingido desde o estabelecimento de estatísticas, em 1953. Num ano, o desemprego atingiu mais 200 000 pessoas, o que corresponde a um aumento da ordem dos 10,3%.

As estatísticas do desemprego traduzem apenas uma limitada percentagem da realidade. Basta ter trabalhado uma hora na semana anterior ao inquérito para não ser considerado desempregado. A maioria dos economistas calcula que o desemprego poderá ser cerca de o dobro do que é registado oficialmente.

Argélia

A União Geral dos Trabalhadores Argelinos (UGTA) divulgou uma declaração em que denuncia o agravamento das condições de trabalho, a repressão patronal e as graves consequências dos planos de privatização implementados pelo governo sob pressão do Fundo Monetário Internacional (FMI).

A UGTA ameaça com a convocação de uma greve geral, caso a situação dos trabalhadores se continue a deteriorar.

No primeiro trimestre de 1995, a inflação atingiu o nível recorde de 34%.

Entretanto, no acordo concluído com o governo argelino, o FMI absteve-se de renovar algumas das suas exigências, como a de desnacionalização das empresas públicas e de alguns serviços públicos, como a distribuição de gás e electricidade, a saúde e educação, as telecomunicações e mais despedimentos na função pública.

Rússia

Os trabalhadores da fábrica de tractores de Vladimir encontram-se em desemprego técnico em consequência do encarecimento das matérias-primas e da energia. Uma situação que se prevê se prolongue até ao fim do mês.

Armas

A Câmara de Representantes dos EUA aprovou, por 318 votos contra 99, uma emenda para o levantamento unilateral do embargo de armas decidido pela ONU em relação à ex-Iugoslávia. Na véspera, uma sondagem indicava que 80% dos americanos são contra tal medida.

China

As chuvas torrenciais que se abateram sobre o sul e sudoeste da China desde o fim de Maio já causaram a morte de uma centena de pessoas. A província de Sichuan (sudoeste) foi a mais gravemente atingida com pelo menos sessenta e dois mortos e duas centenas de feridos. As inundações afectaram onze milhões de pessoas e deixaram vinte e cinco mil sem casa.

A situação continua a ser muito preocupante na província de Hunan, no sul, onde 18 cidades foram inundadas e mais de duas centenas de empresas tiveram que ser encerradas.

EUA

A crescente degradação da situação social

Num quadro político já claramente condicionado pela perspectiva das eleições de 1996, o presidente norte-americano, Bill Clinton, usou pela primeira vez os seus poderes de veto para rejeitar legislação aprovada pelo Congresso, visando cortes profundos no orçamento, em particular em programas sociais e nomeadamente na educação.



Criança participa em exercícios da milícia de Montana. Calcula-se em 100 000 o número destes grupos por todo o país

Um pacote legislativo - da responsabilidade dos republicanos - entretanto habilmente elaborado, ao incluir subsídios para as vítimas das cheias na Califórnia, um Estado considerado como determinante nas eleições presidenciais.

A legislação agora vetada por Clinton insere-se na linha da política que tem vindo a ser implementada pelos republicanos na sequência da sua vitória nas eleições legislativas de Novembro de 1994. Vitória a que os democratas também abriram caminho, pelo incumprimento das suas promessas eleitorais.

Em Março de 1995, a Câmara de representantes aprovava um projecto de lei em que era posta em causa toda a política social. Legislação que iria atingir cerca de 40 milhões de americanos, em particular as famílias monoparentais com vários filhos.

Em defesa desta destruição dos sistemas de protecção social, o presidente do grupo parlamentar republicano na Câmara, Dick Armey, diria: "A nossa lei irá encorajar o trabalho e dissua-

dir as pessoas de ter mais filhos".

Expressão concreta da aplicação de tais princípios, nos Estados de Virgínia, Massachusettes e New Jersey foram impostas condições drásticas aos pais celibatários e desempregados, limitando o acesso aos serviços sociais.

Medidas tanto mais graves quanto a situação social nos Estados Unidos se caracteriza por profundas diferenças, clara degradação das condições de vida, mesmo de sectores que não estão no desemprego, e ausência de segurança social para muitos trabalhadores.

Os números são esclarecedores.

Desde 1979, o número de trabalhadores a tempo inteiro que vive abaixo do limiar da pobreza aumentou em 50%. Para os adultos de 22 a 48 anos de idade no início dos anos 80, o rendimento sofreu quebras sensíveis ao longo desta década. Em contrapartida, a maioria dos directores de empresa ganha actualmente cerca de 150 vezes o salário médio da respectiva empresa, enquanto em

1974 essa diferença era da ordem das 35 vezes.

Na maioria dos novos postos de trabalho entretanto criados (1,2 milhões entre Janeiro e Agosto de 1993), a situação dos trabalhadores é particularmente precária. 730.000 (59%) destes empregos são a tempo parcial e em geral não beneficiam de qualquer cobertura social. A maioria dos restantes (28%, segundo um inquérito citado pelo "Washington Post") são no sector dos serviços, em geral temporários, com baixos salários e pouca e nenhuma cobertura social.

Quase 20 milhões de pessoas não dispõem da cobertura de nenhum sistema de saúde.

É neste contexto que se avança com novos cortes na área social, atingindo deliberadamente os sectores mais frágeis e desprotegidos, como é o caso das famílias monoparentais (em geral a mãe) com vários filhos. Num país em que - por surpreendente que pareça - dado o seu nível económico e tecnológico - se registam as mais elevadas taxas de mortalidade infantil e geral do mundo industrializado.

Os bens escassos tornam-se preciosos. Os bens escassos e vitais, por maioria de razões, tornam-se não só preciosos como muitas vezes fonte de conflitos. É o que se passa nos nossos dias com a água, esse líquido mágico fonte da vida, que ao longo de gerações e gerações nos habituámos a malbaratar, quantas vezes ignorando consciente ou inconscientemente os sinais de alerta que nos mostravam como podia ser esgotável e quão dramática era (é) a sua falta.

Portugal partilha grande parte dos seus recursos hídricos com a Espanha. Seria absurdo (e inútil) transformar essa comunidade em conflito. A solução para a gestão racional dos recursos tem de passar pelo diálogo, como afirma Honório Novo, deputado comunista no Parlamento Europeu, e pelo empenhamento de todas as forças políticas e sociais dos dois países. De um e do outro lado da fronteira, os comunistas e seus aliados dão o exemplo que é preciso seguir. A questão é demasiado séria para aproveitamentos demagógicos e eleitoralistas. Sem água, até as batalhas políticas se tornam estéreis.

A água de todos nós

Entrevista com Honório Novo Texto Anabela Fino Fotos Jorge Caria

Toda a gente já ouviu falar do famoso Plano Hidrológico Espanhol, primeiro como se fosse algo que não nos dissesse respeito, depois como se nele estivesse a fonte de todos os nossos males futuros. Afinal, que Plano é este?

Acho que vale a pena começar por falar de datas, para fixar ideias e cimentar processos, ou melhor dizendo, a ausência de processos, em relação ao Governo português.

O Governo espanhol começou a preparar estudos relativos ao seu Plano Hidrológico há cerca de oito, nove anos, ou seja, ainda na fase final da década de oitenta. Trata-se de tentar planejar a utilização dos recursos hídricos espanhóis, dando satisfação às necessidades de água das suas regiões mediterrânicas, com base na possibilidade de fazer transvases entre rios, designadamente, numa fase inicial, do Douro para o Tejo e do Tejo para o Guadiana e o Guadalquivir. A filosofia deste projecto assenta num aumento da oferta de água, isto é, poder colocar à disposição de um determinado modelo de desenvolvimento baseado no desperdício da água, recursos eventualmente suplementares - e acentua o eventualmente - de algumas das Bacias hidrográficas espanholas.

Estes estudos, envolvendo Bacias internacionais, avançam com algum secretismo, não respeitando o que estava estipulado nos convénios assinados pelos governos português e espanhol, no final da década de 60, relativos a esta matéria.

Um secretismo bastante relativo, já que a questão era discutida em Espanha...

É verdade, não se tratava de nenhum segredo de Estado, por isso mesmo é que o Governo português teve todas as oportunidades para tomar conhecimento do assunto.

O que não aconteceu...

O que não aconteceu. De facto, demonstra-se que o Governo português só tem conhecimento deste plano por vias travessas, por influência de autarcas, mas também através de algumas pessoas bem colocadas na hierarquia do Poder espanhol, que de uma forma mais ou menos capciosa o informaram do Plano Hidrológico e do que ele envolvia. Isto aconteceu, por mais estranho que pareça, há pouco mais de dois anos, e já na fase final da primeira versão do Plano.

No que respeita ao Governo português, é evidente que esta situação demonstra uma grave irresponsabilidade, uma vez que se considerou de menor importância o que é de facto extremamente importante, e cujas potenciais consequências dramáticas podem influenciar negativamente as relações entre os dois países. O Governo tem, neste domínio, uma responsabilidade acrescida, dado tratar-se de uma questão iminentemente nacional.

Se o Governo tomou conhecimento do Plano há dois anos, por que é que só agora, muito recentemente, se preocupou com a questão?

Esse é outro aspecto curioso. Ao tomar conhecimento do que se

passava, o Governo não só não se preocupou muito como se enredou em desmentidos, com alguns responsáveis governamentais a dizerem que conheciam o Plano e outros a dizerem que não o conheciam, numa demonstração caricata dessa irresponsabilidade que referi.

Numa segunda fase, não é dada muita importância ao Plano Hidrológico, e torna-se claro que o Governo anda a reboque da iniciativa espanhola. A primeira versão do Plano foi suspensa, aparecendo uma outra que prevê transvases em menor quantidade: a partir do Douro apenas para o Guadalquivir e não para o Guadiana, e transvases de pouca relevância a partir do Tejo.

A segunda versão do Plano acaba no entanto por ser igualmente suspensa, devido ao facto de, internamente, as regiões espanholas terem questionado de forma aguerrida a necessidade dos transvases.

Quer dizer que não é a intervenção do Governo português que leva à suspensão do Plano?

Exactamente. O Plano é suspenso porque há forças políticas espanholas que se movem contra ele, e entre outras, designadamente a Esquerda Unida. Numa conjugação de esforços, essas forças criam uma oposição de tal forma clara ao Plano que o Governo do Partido Socialista Espanhol é obrigado a suspendê-lo. Esta oposição interna é que foi a causa determinante para a suspensão do Plano, e não, como alguns pretendem fazer crer, uma alegada "firmeza" por parte do Governo português.

Mais recentemente, as autoridades espanholas adoptaram uma nova metodologia relativamente a esta questão, passando a dar preferência à execução dos planos das Bacias hidrográficas, remetendo para uma fase subsequente a reformulação do Plano Hidrológico. É nesta altura que o

Governo PSD começa a dizer à boca cheia que tem a situação sob controlo, que continua a negociar com os espanhóis e que, pelo conhecimento que ia tendo dos planos de Bacia, estes não tinham consequências negativas para Portugal.

Numa quarta fase, esta mais recente, o Governo vem dizer que afinal - pelo menos quanto ao Guadiana - há consequências muito graves para o lado português.

É nesta fase que nos encontramos. E agora?

Bom, temos que nos questionar sobre o que o Governo devia ter feito e não fez. Em primeiro lugar, devia ter estado atento à gestão dos recursos hídricos nacionais venham eles de Espanha ou não, e não esteve. Em segundo lugar, o facto de termos neste momento os caudais do Douro reduzidos a 20 por cento do caudal que tinha há vinte anos, o mesmo acontecendo para o Tejo, e o Guadiana reduzido a menos de metade do seu caudal, significa que Portugal não fez o que lhe competia nas últimas três décadas.

A que é que te referes?

Refiro-me aos convénios que estavam estabelecidos entre os Governos, os quais, embora tivessem um âmbito restrito, isto é, procurassem abarcar os aproveitamentos dos troços internacionais para armazenamento de energia e aproveitamento hidroeléctrico, previam a possibilidade e a necessidade de os dois Governos realizarem um conjunto de obras hidráulicas com vista ao armazenamento. Enquanto o Governo espanhol realizou quase a totalidade dessas obras, garantindo um armazenamento médio correspondente a 50 por cento do caudal anual, Portugal e os sucessivos governos desde o fim da década de 60 até agora realizaram obras que apenas correspondem a um armazenamento da ordem dos 10 por cento do escoamento médio anual.

Vale a pena referir, a propósito, que a barragem do Alqueva já estava prevista nestes convénios.

Constatamos pois que nesta matéria há responsabilidade deste Governo, sem dúvida, mas também dos governos fascistas e dos governos pós-25 de Abril, com excepção dos que em 1974/75, apesar de não haver fundos comunitários, tentaram avançar e conseguiram avançar com as fases iniciais da barragem do Alqueva.

Já lá vamos ao Alqueva. As responsabilidades do Governo esgotam-se no cumprimento desses convénios que referes?

Naturalmente que não, os convénios não são tudo. A responsabilidade do Governo na gestão dos recursos hídricos nacionais e internacionais não se deve cingir apenas à realização das obras previstas em convénios internacionais. Este Governo deveria ter elaborado atempadamente os pla-

nos de Bacia e hidrológico, o que não fez nem tem feito ainda neste momento. Temos um atraso enorme nesta vertente, com tudo o que isso implica: as autoridades portuguesas, quando vão negociar com Espanha, recebem planos e não têm nada para entregar em troca, quer em termos técnicos quer políticos.

Os concelhos de Bacia que foram formados por representantes de autarquias e de outras organizações, designadamente de ecologistas, têm uma função meramente consultiva, quando deveriam ter poder de intervenção ao nível da definição das orientações. Por outro lado, os estudos de Bacia - muito atrasados, repito - estão a ser feitos em grande secretismo, com uma enorme falta de informação, sobretudo à comunidade científica, comunidade académica e à população em geral, que precisa e quer saber o que é que se passa.

Qual a razão desse secretismo?

Trata-se de uma posição política, que se revela não apenas neste aspecto. O Governo do PSD vive à custa das discussões de gabinete, afirmando, tecnocraticamente, que problemas que dizem respeito a toda a população são melhor tratados nos gabinetes técnicos por elites. Isto não é verdade, por uma necessidade imperiosa do ponto de vista democrático, mas também não é verdade do ponto de vista académico. A comunidade científica - e eu tive oportunidade de ouvir diversos especialistas, em debates em que participei ultimamente -, com a sua apetência académica, gostaria de intervir com as suas soluções, com as suas críticas, as suas propostas alternativas, e não o faz porque está impedida de o fazer.

Neste contexto, que viabilidade tem então o Alqueva?

O Alqueva é uma obra que requer um grande armazenamento de água, é uma obra que era - e creio continuar a ser - possível, independentemen-

Enquanto o Governo espanhol garantiu um armazenamento médio correspondente a 50 por cento do caudal anual, Portugal e os sucessivos governos desde o fim da década de 60 até agora realizaram obras que apenas correspondem a um armazenamento da ordem dos 10 por cento do escoamento médio anual

O ponto da situação do diálogo ibérico, a nível político, poderia estar mais adiantado se não tivessem sido obstaculizadas algumas iniciativas que os deputados do PCP, e não só, desenvolveram ao longo destes dois últimos anos no PE

de transvases que se façam. A garantia de armazenamento para o Alqueva é possível a partir da própria Bacia do Guadiana. O que é preciso é que os espanhóis respeitem os caudais mínimos que são obrigados a assegurar e a deixar passar para o lado português, coisa que neste momento não acontece. Toda a gente sabe que, da parte espanhola, há captações de água ao longo de toda a Bacia do Guadiana que não respeitam os convénios; há também construção de açudes por parte das populações, o que se compreende pela necessidade de água que se faz sentir igualmente do lado de lá, e que já cortaram completamente a passagem de água para Portugal.

Cabe às autoridades nacionais exigir o respeito pelos convénios, perante Espanha quer perante as instâncias comunitárias e internacionais, se for caso disso.

Que mecanismos existem, a nível internacional, para defender os interesses portugueses?

Existe todo o direito internacional e existe, para além dos convénios - que se fossem cumpridos asseguravam a passagem do tal caudal -, a convenção de Helsínquia de 1992, assinada pelos Governos dos dois países, que diz respeito à preservação dos recursos e das águas internacionais.

As autoridades espanholas passaram a dar preferência à execução dos planos das Bacias hidrográficas, remetendo para uma fase subsequente a reformulação do Plano Hidrológico. É nesta altura que o Governo PSD começa a dizer à boca cheia que tem a situação sob controlo

Essa convenção - que foi igualmente subscrita pela Comissão Europeia, em nome da União Europeia, pelo que obriga todos os Estados-membros, e ainda aprovada e ratificada pelo Parlamento Europeu - tem disposições para dirimir, internacionalmente, esta questão.

O ponto da situação do diálogo ibérico, a nível político, poderia estar mais adiantado se não tivessem sido obstaculizadas algumas iniciativas que os deputados do PCP, e não só, desenvolveram ao longo destes dois últimos anos no PE.

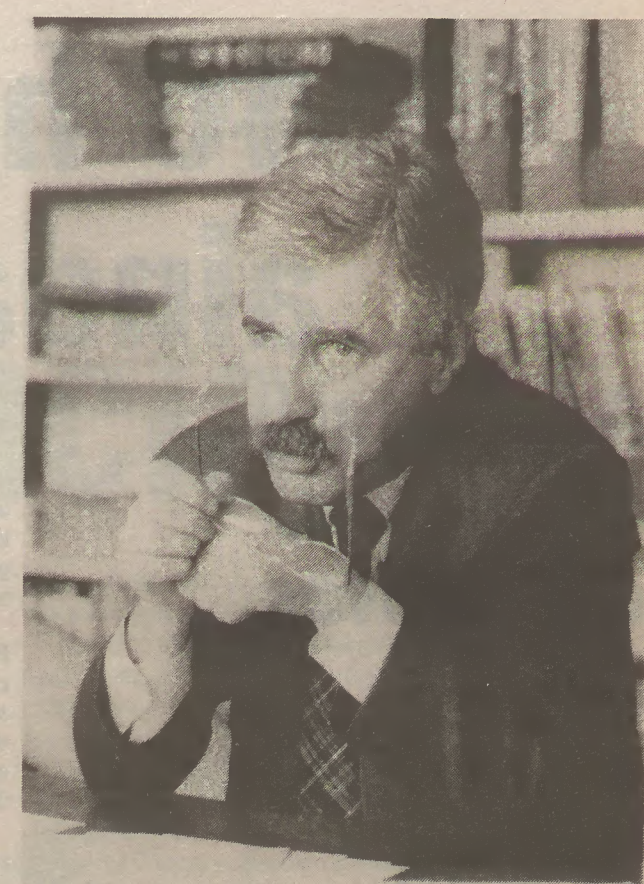
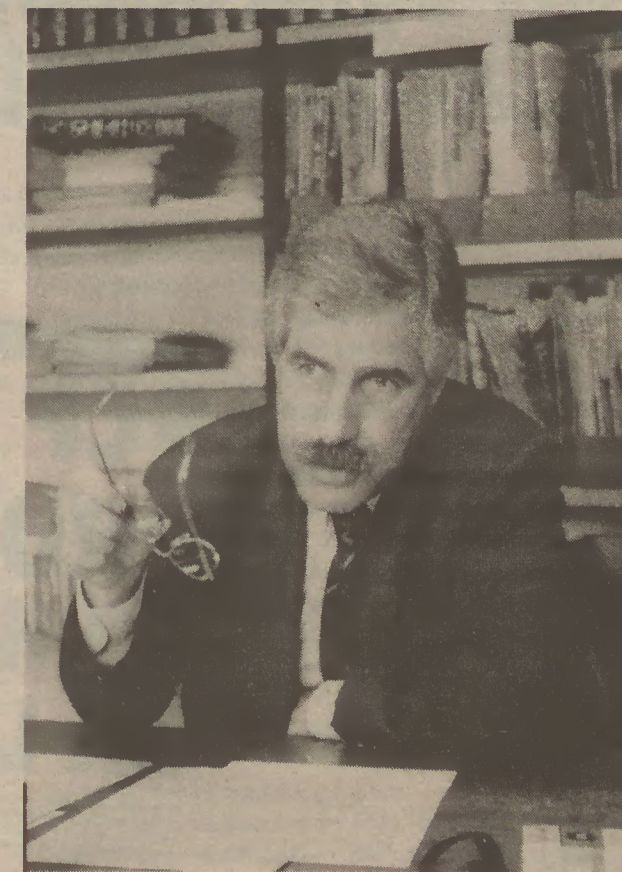
Iniciativas relacionadas com esta questão?

Exactamente. Posso referir que das oito ou nove perguntas à Comissão a propósito do Plano Hidrológico espanhol, mais de metade foram feitas por deputados do PCP e envolvendo também deputados espanhóis. É de lembrar ainda que os deputados Sérgio Ribeiro e Laura Gonzalez, na sequência de uma visita a propósito das consequências eventualmente negativas do mesmo Plano na Bacia do Tejo, tomaram a iniciativa, há mais de um ano, de preparar um dossier pormenorizado sobre esta questão, de o distribuir por todos os deputados portugueses e espanhóis de todas as formações políticas com assento no Parlamento Europeu, e de os convidar formalmente para uma reunião para debater o assunto, com o objectivo de levantar a questão em plenário para uma tomada de posição, eventualmente comum, dos deputados dos dois países; a iniciativa foi totalmente boicotada pela ausência completa de eleitos do PS e do PSD no Parlamento Europeu. Esta atitude caracteriza, de certa forma, as posições demagógicas que hoje esses partidos assumem nesta matéria.

Uma atitude estranha, pelo menos pela parte do PS, que se assume como o grande arauto deste problema...

Não quero retirar o valor a alguns aspectos positivos protagonizados por algumas pessoas ligadas ao PS, mas é bom que fique claro que isso não significa que o PS, enquanto tal, tenha encarado de uma forma sempre responsável esta questão.

A necessidade de diálogo entre eleitos dos dois países tem hoje nova importância e actualidade. Lamentavelmente, só o PCP e a Esquerda Unida espanhola se têm empenhado e dado exemplos desta vontade de discutir política e tecnicamente este assunto.



Pela primeira vez, em Toledo, nós subvertemos esta estratégia e apontámos como direcção-base em que devem assentar quer os estudos dos planos de Bacia, quer os estudos dos planos hidrológicos dos dois países, uma diminuição da procura e racionalização do consumo.

Em concreto, o que é que isto significa?

Significa que é possível - através de uma alteração das técnicas de regadio, das culturas utilizadas, do investimento largo na substituição e modernização das redes domésticas e agrícolas, da reforestação com espécies autóctones (e não com a eucaliptização como sucede em Portugal) - diminuir drasticamente o consumo e as necessidades de água.

Posso referir, a título de exemplo, que, segundo os técnicos, numa casa que não disponha de máquinas, 40 por cento do consumo de água é feito pelos depósitos das sanitas; em Portugal, esses depósitos têm uma capacidade de nove, dez litros, quando é possível obter os mesmos resultados com pouco mais de 1/3 dessa água. Obviamente que, com a utilização de máquinas, esse consumo aumenta, mas continua a ser possível reduzi-lo consideravelmente.

A aposta deveria então ser feita na modernização dos equipamentos?

Com certeza. Em vez de se apostar nas grandes obras - e algumas até poderão ser necessárias -, em vez de se investir na política dos transvases, é possível aplicar esses investimentos na modificação de tecnologias com vista à diminuição da procura. É evidente que isto corresponde a um modelo de desenvolvimento diferente daquele que hoje é praticado.

Que impacto teve essa reunião de Toledo na comunicação social?

Teve um impacto muito grande; vários jornais, de âmbito nacional, cobriram o acontecimento, alguns dando-lhe mesmo destaque na primeira página, e a própria televisão espanhola noticiou a iniciativa.

É pena que em Portugal tal não tenha sucedido, apesar da comunicação social ter sido informada, quer do acontecimento em si quer das conclusões do debate.

A que atribuis esse silenciamento?

Provavelmente para procurar omitir junto da opinião pública o papel coerente que o PCP tem tido, não demagógico, em relação a esta questão dos recursos hídricos. O PCP não defende uma política de afrontamento, mas sim uma política de firmeza e do diálogo entre os dois países.

A reunião de Toledo não encerrou os debates, já que está agendada outra para o próximo fim-de-semana, sobre o mesmo tema, desta vez em Portalegre...

Uma das conclusões de Toledo foi justamente a de que havia ainda muitos aspectos a discutir, pelo que decidimos prosseguir os trabalhos, agora em Portalegre. A escolha não foi ocasional, antes se deve ao facto dessa cidade alentejana estar na zona de influência das Bacias do Tejo e do Guadiana. Para além disso, vamos voltar a tentar mobilizar todos os deputados, tanto portugueses como espanhóis, para o debate destas matérias. Um debate calmo, não crispado, no Parlamento Europeu, de forma a influenciar positivamente a criação de condições para que a gestão dos recursos hídricos ibéricos seja feita em vertentes diferentes daquela em que tem vindo a ser feita.

Como é que comentas a proposta de Filipe Menezes, do PSD, de promover uma manifestação contra os espanhóis por causa deste Plano Hidrológico?

É surrealista, e só num país de bananas - que eu não reconheço em Portugal, ao contrário, se calhar, do Filipe Menezes - é que um membro do Governo, que começou por não saber nada do Plano Hidrológico espanhol, que depois esteve completamente distraído, a partir de determinada altura decide tirar o casaco, vestir a farda da militância anti-PSD e vir para a rua convocar uma manifestação que não se sabe se é contra os espanhóis se contra o seu próprio partido.

Das duas, uma: ou esse senhor é irresponsável, e eu não creio que o seja, ou, como as eleições estão à porta, faz saltar a demagogia para a rua e procura fazer-se passar pela oposição à política de que ele próprio é responsável.

Não crês então que esteja em perspectiva uma guerra da água com os nossos vizinhos espanhóis?

Só se for com o Filipe Menezes disfarçado de Filipe II de Espanha...

O Governo não só não se preocupou muito (com o Plano Hidrológico espanhol) como se enredou em desmentidos, numa demonstração caricata de irresponsabilidade

40 horas semanais ainda em 1995

A luta vai continuar, com novas acções marcadas já para dia 20

Mais de 250 mil trabalhadores estiveram envolvidos nas acções levadas a cabo durante a semana de luta pela redução dos horários de trabalho, de 5 a 9 de Junho. Ao divulgar anteontem um balanço daquela jornada, a CGTP-IN sublinha que ficou demonstrado «que os trabalhadores portugueses estão firmemente dispostos a conseguir que, em 1995, as 40 horas sejam consagradas na lei como limite máximo da duração do trabalho semanal».

A central considera que o projecto de lei apresentado pelo PCP e agendado na AR para a manhã de dia 20 «traduz, no essencial, as aspirações e reivindicações dos trabalhadores portugueses nesta matéria». A CGTP assume «a necessidade de continuar o combate pela redução dos horários de trabalho» e decidiu promover, a nível de todo o País, a discussão de moções e pareceres de apoio àquele projecto (que deverão dar entrada no Parlamento até dia 19).

Na nota divulgada segunda-feira pelo departamento de informação da central, informa-se ainda que a CGTP «decidiu transformar o dia 20 num dia de luta pela redução dos horários de trabalho»; além das acções que vão ser desenvolvidas a nível de regiões e sectores de actividade, vão acompanhar os trabalhos parlamentares delegações de trabalhadores e activistas.

A *Inter* reafirma que o horário máximo de 40 horas semanais é «uma reivindicação socialmente justa e economicamente salutar», pois «a redução da duração do trabalho, para além de ser um contributo importante no combate ao desemprego, constitui uma forma de proteger a saúde dos trabalhadores e diminuir a fadiga e a penosidade no trabalho», tanto mais que «os aumentos de produtividade resultantes, designadamente, da introdução de novas tecnologias, permitem reduzir o tempo de trabalho sem pôr em causa a viabilidade das empresas».

Depois de recordar que o Governo assumiu na Concertação o compromisso de reduzir o horário máximo legal para 40 horas até 1995, a CGTP exige que tal seja cumprido «antes de terminar o seu mandato». Para a central, é «impensável que a concretização e consequente consagração na lei das 40 horas fiquem dependentes de novas negociações (leia-se contrapartidas por parte dos trabalhadores) ou à espera que haja nova legislatura». «É preciso que Portugal, que tem ainda como horário máximo legal 44 horas semanais, deixe de ser o único país da União Europeia onde se trabalha mais de 40 horas» - reclama a CGTP.

Resultados

O balanço feito a partir dos dados dos sindicatos, federações e uniões permite à CGTP calcular em mais de 250 mil os trabalhadores de empresas com horários acima das 40 horas que participaram nas concentrações, desfiles, greves e outras formas de protesto durante a semana de luta, de 5 a 9 de Junho.

Em centenas de empresas, nomeadamente dos sectores de têxteis, vestuário e calçado, das indústrias eléctricas, da cerâmica e vidro, da química, da metalurgia, metalomecânica e minas, da alimentação, bebidas e tabacos, o nível de adesão à greve no período superior às 40 horas «atingiu os 100 por cento ou andou próximo disso».

Em várias localidades, designadamente, Amadora, Funchal, Guarda, Lisboa, Loures, Oeiras, Porto, Sintra e Vila Franca de Xira, milhares de trabalhadores participaram em acções públicas de protesto e sensibilização da opinião pública e dos órgãos de poder.

A lei ficou ainda mais retardada em relação à realidade. Em diversas empresas foi conquistada a semana máxima de 40 horas, nalguns casos com aumentos salariais. A CGTP refere os casos das corticeiras Catarino, Galeocha, Moticork e José Vitorino, a Herdade Rio Frio (indústria alimentar) e a Pré-Diana (sector cerâmico). Nos Transportes Colectivos de S. Miguel (Açores) os trabalhadores conseguiram uma redução de duas horas semanais, com aumentos salariais de 5,8 por cento.

Comunistas confrontam o PSD com as promessas de há 4 anos

Na próxima terça-feira, o Grupo Parlamentar do PCP leva ao plenário da Assembleia da República o projecto de lei nº 577/VI, no qual se prevê que «sem prejuízo de regimes mais favoráveis, o período normal de trabalho não pode em caso algum ser superior a 8 horas por dia e a 40 horas por semana», pretendendo assim confrontar o PSD com as promessas feitas na campanha eleitoral das últimas legislativas e o Governo com os compromissos assumidos em 1991 (ver entrevista com Octávio Teixeira, na página 13 desta edição).

Até lá, as organizações do Partido vão promover a distribuição, sobretudo junto de grandes empresas e em locais de concentração de trabalhadores, de um folheto em que se reproduz o texto do projecto de lei e se explanam os fundamentos que fazem da redução do horário máximo de trabalho uma «medida socialmente justa e economicamente viável».

O PCP realça que, ao retomar esta iniciativa legislativa, «continua fiel ao seu compromisso de sempre de dar voz a estas justas reivindicações dos trabalhadores». Recorda que «PSD, PS e outros partidos também prometeram as 40 horas,

mas nunca tomaram a iniciativa na Assembleia da República» e que, «quando o PCP apresentou à votação, em Janeiro de 1993, um projecto de lei para consagrar as 40 horas como horário semanal máximo, logo o PSD e o CDS se apressaram a votar contra».

20 de Junho na Assembleia da República

PCP PROPÕE 40 HORAS NA LEI!

Por iniciativa dos deputados comunistas, a Assembleia da República vai debater e votar no dia 20 de Junho o Projecto de Lei do PCP que visa a redução do horário de trabalho semanal para o máximo de 40 horas, sem qualquer diminuição de salário.

Medida socialmente justa e economicamente viável.

Os trabalhadores portugueses são os que ganham menos e trabalham mais no conjunto dos países da União Europeia.

O projecto de lei novamente apresentado pelo PCP corresponde a uma sentida aspiração de muitos trabalhadores da indústria, do comércio e serviços, da agricultura. É uma medida para possibilitar aos trabalhadores mais tempo para a família, para o repouso, para o acesso à cultura e para a participação cívica. É um contributo positivo para a redução do desemprego e a criação de empregos.

A média nacional da semana de trabalho é já de 42 horas. Mas a lei ainda em vigor continua a impor a semana máxima de 44 horas. **É necessário e possível que a lei consagre as 40 horas**, assim generalizando a todos os trabalhadores aquilo que muitos já conquistaram.

Artigo 1º
(Limites máximos da duração semanal de trabalho)

1. Sem prejuízo de regimes mais favoráveis, o período normal de trabalho não pode em caso algum ser superior a 8 horas por dia e a 40 horas por semana.
2. O limite máximo referido no número anterior é fixado em 7 horas por dia e 35 horas por semana para os trabalhadores, por turnos, incluindo, quando se aplicar, o período de pausa de vinte e cinco minutos.
3. Os limites referidos nos números anteriores podem ser reduzidos pelas instituições de Representação Colectiva de Trabalhadores.

Artigo 2º
(Regimes transitórios para determinadas actividades)

1. A redução da duração de trabalho normal, determinada pelo presente diploma aplicável ao sector agrícola, silvícola e pecuário, e nos sectores onde se realizem trabalhos nocturnos, por turnos, e onde se verifiquem as insubordinadas, passíveis de suspensão de trabalho.
2. Nos sectores da agricultura, silvicultura e pecuária, reduzem-se a redução de trabalho normal para 40 horas até ao final do primeiro ano de vigência da lei.
3. Manutenção do trabalho referido no nº 1 do artigo 1º, até ao final do primeiro ano de vigência da lei e horário semanal não reduzido para 40 horas a partir desse ano 30 horas até ao final do segundo ano.

Artigo 3º
(Descanso semanal)

1. O período de descanso semanal será garantido continuamente, e até ao final das regulars em caso que para além do sábado de cada dia e mais do descanso semanal obrigatório for estabelecido através de negociação colectiva o direito a mais de um dia de descanso semanal complementar.
2. O domingo será dia de descanso semanal obrigatório, exceptuando-se os casos das actividades industriais colectivas a laborar continuamente e os casos previstos no nº 2 do artigo 2º do Decreto-Lei 40971, de 27 de Setembro.
3. Nos restantes casos de realização regular de actividades em dias de descanso de trabalho, o domingo só poderá deixar de ser dia de descanso semanal obrigatório através de negociação colectiva.

Artigo 4º
(Trabalho por turnos)

1. A duração de trabalho de cada turno não pode ultrapassar os limites máximos dos períodos normais de trabalho fixados neste diploma.
2. Os turnos no regime de trabalho nocturno e em



■ João Amaral

Pouca transparência

Na passada quarta-feira, dia 7 de Junho, o Plenário da Assembleia da República aprovou cinco leis, alterando a legislação em vigor sobre cinco questões ligadas à chamada «ética e transparência da vida política». Trata-se das seguintes matérias: 1.ª) Declaração de rendimentos e património dos políticos e titulares de altos cargos da Administração Pública; 2.ª) Financiamento dos partidos políticos; 3.ª) Regime remuneratório dos titulares de cargos políticos (subvenções vitalícias e subsídio de reintegração); 4.ª) Estatuto dos Deputados (incluindo os impedimentos e incompatibilidades a que estão sujeitos); 5.ª) Regime de incompatibilidades e impedimentos de outros titulares de cargos políticos (excepto Deputados, que têm lei especial) e dos titulares de altos cargos públicos.

Como se vê, são cinco leis diferentes, e as alterações verificadas têm conteúdo e valia bem diferenciados. Não se tratava assim, ao contrário do que alguma comunicação social inculcou, da votação de uma só vez de um pacote de medidas. Houve cinco votações finais, de cinco leis diferentes, cada uma delas apreciada pelos diferentes partidos em função do seu conteúdo específico.

Fazendo uma apreciação sumária dos diplomas, deve dizer-se o seguinte:

— **Quanto ao financiamento dos partidos**, a questão essencial é a da consagração da possibilidade do financiamento por empresas. O PCP propôs a eliminação dessa possibilidade. As empresas não têm cor política, e quando dão dinheiro aos partidos é para obterem compensações ao nível da sua actividade. Estas relações entre empresas e partidos estão na base dos maiores escândalos, que afectaram e afectam partidos em Itália, Espanha e França. Por isso, vários países reconsideram hoje as leis que permitem o financiamento de partidos por empresas. Em França, foi votada há poucos meses uma lei que o proíbe. Mas em Portugal, por força dos votos conjugados do PSD, PS e CDS-PP, as empresas vão poder continuar a financiar partidos, mantendo-se assim esta fonte permanente de casos de corrupção.

— **Quanto às subvenções e subsídios dos políticos**, o PCP propôs a sua revogação. Não é aceitável que num País onde há centenas de milhares de reformados com reformas inferiores a 30 contos um pequeno grupo de cidadãos possa beneficiar de um privilégio, que é de terem (além da sua reforma, para a qual descontam) uma segunda reforma, que obtém sem esforço, em escassos anos, e que atinge altos valores. Mas, nem PS nem PSD aceitam essa revogação. A lei aprovada dá esta subvenção vitalícia ao fim de 12 anos de actividade, sendo recebida a partir dos 55 anos de idade. Na prática, isto atribui o mínimo de cerca de 250 contos por mês de reforma!

— **Quanto à exclusividade dos Deputados**, ela foi proposta pelo PCP e rejeitada pelo PSD, PS e CDS-PP. É certo que novos impedimentos e incompatibilidades foram impostos aos Deputados. Mas continua a permitir-se que eles exerçam outras actividades, às vezes bem mais rendosas que a de Deputado. Dizem PS, PSD e CDS-PP que a exclusividade tornaria os Deputados funcionários dos partidos. E a acumulação não os torna funcionários dos interesses privados que servem? Em vez de exercerem o mandato, de contactarem as populações, de estudarem os problemas, estão a tratar da sua vida! É isto dar ética à vida política?

— **Quanto às incompatibilidades dos cargos políticos e titulares de altos cargos públicos**, houve ganhos e perdas. Reforçaram-se as incompatibilidades e acabou-se com a situação dos Presidentes de Câmara e Vereadores a tempo inteiro, que pelo voto do PSD (e abstenção colaborante do PS), foram autorizados a partir de 1993 a acumular com funções privadas. Isso acabou, tal como propôs o PCP. Mas quanto aos Directores-Gerais e outros altos cargos,

continuou a permitir-se a acumulação. É verdadeiramente escandaloso permitir a um Director-Geral que gaste o seu tempo em interesses privados.

— **Quanto às declarações de rendimentos e património**, consagrou-se um efectivo avanço: as declarações são obrigatórias para políticos e altos cargos públicos; são de acesso livre (para qualquer cidadão); são de divulgação livre (com a excepção de interesse relevante, a ser decidido pelo Tribunal).

Quanto às posições dos partidos políticos, deve dizer-se o seguinte:

— **O PCP** votou contra quatro das cinco leis. Opôs-se ao financiamento dos partidos por empresas, às reformas dos políticos, à manutenção da possibilidade dos Deputados acumularem com actividades privadas, e à lei das incompatibilidades por ela não consagrar a exclusividade para altos cargos públicos. As posições do PCP decorrem das posições que sempre assumiu. Sempre esteve contra as reformas, votando contra a lei que as consagrou em 1985 (as reformas foram então votadas pelo PS, PSD e CDS). Sempre este-

muिता demagogia

ve pela exclusividade dos Deputados. Sempre defendeu que as empresas não deviam poder financiar partidos. Sempre defendem o acesso livre e a total publicidade de declarações de rendimento e património (e, por isso, embora votasse a respectiva lei, discordou da possibilidade de, mesmo conceptualmente e por decisão judicial, poder ser impedida a divulgação — não o acesso, que esse está sempre garantido).

Quanto ao **PSD**, prometeu muito mas fez pouco. Entrou neste processo tarde, a reboque da pressão da opinião pública e das propostas que os partidos da oposição apresentaram. Prometeu tudo (incluindo a exclusividade para Deputados) e depois acabou em abandonos sucessivos. Deu um espectáculo de divisões, cada um puxando a brasa à sua sardinha, isto é, aos seus interesses específicos e ao seu caso particular. No final, os maiores «críticos» internos acabaram por votar favoravelmente (apesar do espectáculo das declarações de voto); o que significa que todos ficaram com os seus interesses mais ou menos salvaguardados. Incluindo a clientela laranja de directores-gerais e quejandos!

Quanto ao **PS**, parecia embatucado. Nada de substancial distinguia as suas propostas das que o PSD apresentou. As divergências foram mais ou menos inventadas. O PS votou favoravelmente o Estatuto dos Deputados (e portanto o respectivo regime de permissão de acumulações). Votou contra a lei do financiamento não pelo essencial (o PS até concordou com o financiamento por empresas!) mas por uma questão acessória (se deve ser o Tribunal Constitucional ou o Tribunal de Contas a fazer o controlo), questão que há dois anos o PS já levantou mas que, então, não o impediu de votar favoravelmente... Votou também contra as reformas, mas na sua proposta também defendia reformas excepcionais (o PS diz querer o que se chama um sistema contributivo, mas que na prática é um PPR barato: em doze anos, o político, com uma pequena mensalidade, conseguiu uma reforma de mais de 250 contos por mês!). Em suma, o PS portou-se como quem nunca acreditou que as propostas que foi apresentando ao longo do tempo viessem a ser aceites. Portou-se como quem contava com o PSD para se opor às suas propostas... O líder

parlamentar do PS fez mesmo um discurso no debate parlamentar argumentando que a altura para aprovar estas leis não era a melhor!

Quanto ao **CDS-PP**, esteve à altura da demagogia de que vem dando provas. Altos discursos, mas na prática votou a favor da acumulação pelos Deputados, bem como votou a favor do financiamento dos partidos por empresas. Quanto às reformas, o CDS-PP diz defender a abolição do sistema actual, mas afinal o que advoga é a sua substituição por um sistema favorecido de cálculo das pensões, que permita ao político um privilégio excepcional. E, como quer que os Deputados acumulem, é bom recordar que o «pessoal político» do CDS-PP, é «apoiado» pelas empresas e pelas fortunas, e desse privilégio não abdica o CDS-PP...

Três questões merecem uma referência especial.

A primeira, é a questão do sistema de controlo público das declarações de rendimentos e património. As declarações são entregues no Tribunal constitucional, aí ficando depositadas. O PCP sempre defendeu que alguma entidade pública deveria exercer um efectivo controlo das declarações. Se entre o início e o termo do mandato do político X tem um aumento extraordinário e inexplicável de património, deve ou não tal facto ser investigado sem necessidade de qualquer denúncia? Para o PCP a resposta é afirmativa: aliás, a não ser assim, para que servem as declarações? Mas a norma acabou por não vingar, porque a ela se opôs vivamente... O PS! Controlo? Nunca, clamou o PS, com o PSD e o CDS-PP a baterem palmas. Claro que os jornalistas podem fazê-lo, mas isso nunca terá a mesma eficácia que uma entidade pública (o próprio Tribunal ou a Procuradoria-Geral da República) ser encarregada de o fazer, com os meios de que pode dispor e as garantias de Independência que dá.

A segunda nota refere-se ainda à questão dos directores-gerais. Foi um «buraco» na Lei que o PSD tentou disfarçar e que só a acção persistente da bancada do PCP permitiu descobrir. Foi o PCP que levantou a questão, foi o PCP que apresentou a proposta de alteração para que os directores-gerais fossem sujeitos ao regime de exclusividade, foi o PCP que denunciou o PSD por este, votando contra a proposta do PCP, querer proteger a sua clientela política. Mas, para a comunicação social, a iniciativa não foi do PCP, foi da «oposição». Isto tem uma explicação simples. Até ao momento em que o PCP levantou a questão, o debate corria mal ao PS. Ninguém percebia o comportamento do PS, nem os seus votos contra, já que no essencial as propostas do PSD e as do PS se equivaliam. Ainda por cima, com o líder da bancada do PS a mostrar-se preocupado com a oportunidade da aprovação destas leis! A questão dos directores-gerais foi um alívio. Finalmente, havia uma tábua de salvação — para o PS! E se a história tinha um começo pouco conveniente, isso remediou-se logo: fez-se desaparecer o PCP, substituiu-se o PCP por essa coisa vaga que é a oposição, e, dois ou três dias depois, já se podia dizer impunemente que foi o PS a levantar a questão. Como se vê, isenção e pluralismo exemplares!

A última nota tem a ver com a matéria da transparência e da ética e com a sua efectiva garantia. Na verdade, estas cinco leis estão muito aquém do que é desejável e necessário em questões essenciais, tal como acima se referiu. Mas, a transparência vai ainda muito mais além das questões que estiveram em debate. Não haverá transparência possível na vida política enquanto situações como as ocorridas nas privatizações continuarem por esclarecer, e o PSD se continuar a opor à sua investigação. Não haverá ética na vida política enquanto situações como a entrega de 60 milhões de contos aos agrários alentejanos absentistas continuarem a ocorrer, com o apoio do PSD e PS.

A luta pela transparência e pela ética política é indissociável da luta por uma real mudança de política. É uma luta em que o PCP se empenha em todas as vertentes, para defesa dos interesses do povo e do País, e para defesa da democracia.

Vem aí a campanha pela moeda única

■ Anabela Fino

“Por toda a Europa ganham terreno os sentimentos antieuropeus, chegando nalguns casos a verificar-se um renascimento de posições nacionalistas, precisamente nos países que desempenharam um papel impulsionador no processo de integração europeia.

A introdução de uma moeda comunitária desencadeia diversos problemas de aceitação a nível dos Estados-membros. Os referidos problemas decorrem, por um lado, de uma falta de informação e de apresentação de argumentos, mas também de experiências históricas e tradições culturais. Por tal motivo, deverá o Parlamento Europeu, enquanto representante democraticamente legitimado dos cidadãos da Comunidade, instar as instituições monetárias e políticas a que tomem rapidamente medidas no sentido de preparar a União Monetária.”

Assim começa a introdução de uma proposta da presidente da Comissão dos Assuntos e Monetários do Parlamento Europeu, Christa Randzio-Plath, sobre uma “campanha pública de informação a favor da União Monetária Europeia e de uma moeda única”, cujo objectivo não podia ser mais explícito: convencer os cidadãos da Comunidade, por todos os meios disponíveis, das “vantagens” da moeda única.

O problema com que se debate a União Europeia quando já começou a contagem decrescente para a Conferência Intergovernamental de 1996, que deverá proceder à revisão do Tratado de Maastricht, é o de ganhar a opinião pública para uma decisão já tomada pelos chefes de Estado e de governo à revelia da população dos respectivos países, e que se prepara para deixar de fora um número ainda não determinado de Estados-membros que não conseguiram atingir as metas impostas pelos critérios de convergência (nem sequer nominal), ou, tendo-os atingido, não se mostram particularmente entusiasmados com a moeda única.

A comissária Christa Randzio-Plath está consciente das dificuldades da tarefa, mas não parece ter dúvidas quanto à irreversibilidade do processo. Na análise que faz da situação, afirma taxativamente que “a União Monetária terá início o mais tardar em 1 de Janeiro de 1999”, pelo que “os trabalhos preparatórios deverão estar concluídos em 1996”.

O busilis da questão está na opinião pública, em particular no respeitante à “maioria da população da Dinamarca, do Reino Unido e da República Federal da Alemanha”, que “recusa a introdução de uma moeda única”.

A preocupação, de facto, cinge-se à RFA, como confessa a comissária na sua proposta, ao afirmar “ser inimaginável uma união monetária na Europa sem a participação do marco alemão”. No respeitante aos outros dois países, em que se realizarão referendos para decidir sobre a moeda comum antes de uma adesão à União Monetária, a comissária confia na eficácia da “campanha de informação” que se propõe desenvolver.

Sob a capa do PE

Em rigor, o que se propõe é uma campanha de convencimento e não de esclarecimento, cujas directrizes políticas deverão “ser formuladas pelo Parlamento Europeu, mas preparadas e difundidas em moldes profissionais, sendo desejável uma cooperação estreita com a Comissão Europeia”, como se pode ler na proposta a que nos vimos referindo.

Para que não subsistam dúvidas do objectivo a alcançar, a proposta afirma que “a campanha a favor de uma moeda única europeia deverá mencionar as vantagens, as oportunidades e os riscos, a fim de incrementar a aceitação da moeda europeia”. Como as “vantagens” estão longe de ser evidentes, sugere-se uma carta aberta comum, elaborada por todos os bancos centrais da União Europeia, considerando que a mesma “poderia contribuir para superar os receios existentes em todos os Estados-membros”. O sublinhado é nosso, a afirmação é da comissária.

O Parlamento Europeu, único órgão eleito da União, é chamado a desempenhar um papel neste processo, mas não propriamente o da sua condução. Trata-se, na verdade, de usar o PE como uma espécie de capa, legitimando a campanha a favor da moeda única com a

legitimidade que o voto popular concede ao Parlamento, mas remetendo-o para o papel de “instar os bancos centrais” a mostrarem-se disponíveis para a tal carta aberta. Pelo contrário, o Conselho (órgão de decisão composto pelos Estados-membros) deverá ser chamado, de acordo com a proposta, “a assumir os seus deveres e a pronunciar-se inequivocamente a favor da União Monetária”.

Vale a pena lembrar, chegados a este ponto, que a Conferência Intergovernamental está agendada para 1996 e que a passagem, ou não, à nova fase da União Monetária é justamente um dos pontos, pelo menos teoricamente, em discussão.

As vantagens

Como as “vantagens” da moeda única também não são evidentes para os eurodeputados, a proposta da comissária Christa Randzio-Plath arrola uma série de asserções tendentes a fundamentar a sua tese, onde avultam hipotéticas tendências para a

gência real, vai beneficiar os cidadãos, ou, dito de outro modo, como é que os portugueses, por exemplo, que têm o rendimento *per capita* mais baixo da Europa, vão beneficiar com a eventual existência de uma moeda única.

Mas, como já se disse, o que é preciso é convencer, não esclarecer. Por isso mesmo é que se propõe a “campanha europeia a favor da moeda única”, e se traçam orientações muito precisas quanto ao modo como deve ser conduzida.

Manipular em vez de informar

“A campanha europeia - afirma a comissária Christa Randzio-Plath - deverá ser diferenciada, conforme os Estados-membros e o grau de aceitação ou rejeição existentes, colocando diversas tónicas”, e deve “tomar em consideração situações de campanha eleitoral”.

Assim, a campanha “deverá adaptar-se aos diferentes grupos de destinatários”, distinguindo entre: “consumidores; detentores de depósitos de poupança e beneficiários de empréstimos; grupos populacionais, por exemplo jovens e idosos, turistas, camadas sociais desfavorecidas; sectores da educação, da formação profissional e universidades; bancos, instituições de poupança e seguradoras, empresas prestadoras de serviços financeiros, bem como profissões liberais; empresas de exportação e empresas comerciais; empresas voltadas exclusivamente para o mercado nacional; empresas de turismo; administrações; meios de comunicação social.”

Nem todos os grupos de destinatários preocupam igualmente a comissária. Na verdade, a proposta aponta claramente para que “os recursos destinados à campanha de informação” (?) sejam concentrados sobretudo nos grupos de “consumidores e



sectores da educação”, uma vez que se considera que os restantes, “por interesse próprio”, procurarão obter as informações de que necessitem.

Para que não restem dúvidas quanto à dimensão que a campanha deve ter, a comissária Christa Randzio-Plath faz notar que (o sublinhado é nosso) as administrações dos Estados-membros, tal como os meios de comunicação, deverão igualmente ser integrados na “campanha a favor da moeda europeia”, na sua qualidade de importantes fornecedores de informações.

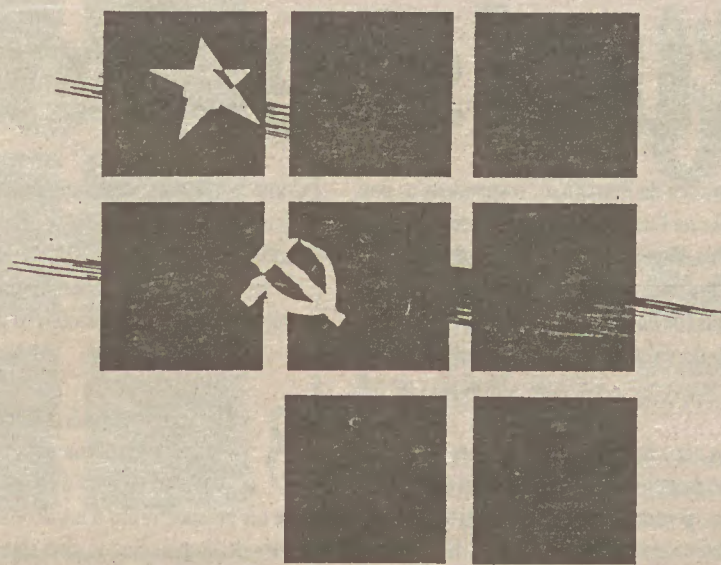
Face ao exposto, cabe perguntar: fornecedores de informações ou de manipulações?

A rematar, a proposta aconselha a que, nos Estados-membros, como o Reino Unido e a Dinamarca, que ainda não optaram pela adesão à União Monetária, se faça coincidir a campanha a favor da moeda europeia com o referendo sobre a União Monetária. Nem mais.

E viva a democracia!

estabilidade, baixas das taxas de juro, transparências de mercado e eventual descida de preços. Chega-se mesmo a afirmar que com a política monetária e a moeda comuns aumentará a tendência para a poupança na UE, o que reverte “especialmente a favor das camadas sociais mais desfavorecidas, que já não terão de recear a desvalorização gradual das suas poupanças”. Uma curiosa afirmação, sobretudo tendo em conta que “as camadas sociais mais desfavorecidas” nem sequer têm poupanças, e que a sua preocupação é com a sobrevivência pura, o que se afigura cada vez mais difícil numa União que não é capaz de combater a pobreza crescente que afecta 17 por cento dos cidadãos europeus.

As fundamentações da tese não explicam em lado nenhum como é que uma convergência nominal, que não se traduz numa conver-



II^a
Assembleia do sector
intelectual
de Lisboa
do
PCP

Comunicações
escritas enviadas
à II Assembleia
do Sector
Intelectual da
DORL
(selecção da
responsabilidade
da Redacção do
«Avante!»)

■ Rui Rosa
Vice-Reitor
da Universidade
de Évora

Ciência e Tecnologia: situação e políticas

A Lei n.º 91/88, de 13 de Agosto, definia o entendimento de política nacional de I&D, os seus objectivos e as suas prioridades.

Aquela Lei preconizava a articulação da política de I&D com as restantes políticas sectoriais e a auscultação da comunidade científica (Art.º 5º); o planeamento plurianual de base deslizante a incluir nas Grandes Opções do Plano, compreendendo a perspectiva estratégica no horizonte de uma década e as grandes linhas programáticas trienais, sujeito à aprovação pela Assembleia da República (Art. 6º). A mesma Lei preconizava que no prazo de dez anos a despesa nacional de I&D atingisse 2,5% do PIB e que os efectivos do sector I&D crescessem de modo a acompanhar o crescimento da despesa nacional (Art. 10º) e que as previsões orçamentais e os elementos de apreciação da execução dos programas constem do Orçamento do Estado.

A AR dispõe formalmente, desde 1989, de um Grupo Permanente para o Orçamento de C&T (Portaria n.º 72/89, de 2 de Fevereiro); todavia este orçamento tem-se resumido a um mero quadro sem objectivos nem programas definidos e de interpretação problemática.

Também o Governo dispõe de um Conselho Superior de Ciência e Tecnologia desde 1986 (Decreto-Lei n.º 22/86 de 17 de Fevereiro, adaptado pelo Decreto-Lei n.º 188/90, de 7 de Junho, e actualizado de novo pelo Decreto-Lei n.º 8/95, de 18 de Janeiro). O actual Conselho Superior de Ciência e Tecnologia, tal como os seus antecessores, é um órgão altamente governamentalizado e patentemente inoperativo.

Segundo o Orçamento de C&T apresentado na AR para o ano de 1995, a despesa de I&D dos organismos públicos financiadores e executores passaria de 65 Mc (milhões de contos) em 94 para 69 Mc em 95 (ou seja, um crescimento real próximo de 3%). Todavia aqueles valores incluem uma parcela correspondente ao ensino superior, de origem ou cálculo duvidoso, que passa de 18,6 Mc em 94 para 25,2 em 95; e, ainda, uma outra parcela oriunda do PRODEP, com justificação duvidosa, no valor de 3,7 Mc. A comparação mais segura, entre 94 e 95, é a despesa em I&D dos organismos públicos, que passa de 45 Mc em 94 para 41 Mc em 95, ou seja, um nítido decréscimo. O principal decréscimo verifica-se nas dotações da JNICT que passam de 23,0 Mc em 94 para 17,6 Mc em 95 (incluindo os fundos comunitários e as contrapartidas nacionais para o PRAXIS XXI); porém esta dotação não corresponde aos valores inscritos no OE e no Orçamento Privativo da JNICT que somam apenas 9,7 Mc; existe uma discrepância de quase 8 Mc, não explicada, que poderá estar relacionada com a intenção governamental de entregar a gestão de parte do PRAXIS XXI a uma entidade de direito privado (mas capitais públicos), a saber, a Agência de Inovação. Em conclusão, poderemos dizer que a AR se vê impossibilitada de cumprir a sua missão, que a Lei n.º 91/88 lhe reconhece, em resultado do procedimento do Governo na elaboração do OE.

É oportuno conferir os objectivos quantitativos apontados pela Lei n.º 91/88 com os apontados pelo programa PRAXIS XXI e com a realidade actual. Aquela Lei preconizava a despesa nacional em I&D de 2,5% do PIB enquanto o PRAXIS XXI preconiza 1,2% a 1,5% do PIB em 1999; ora o OE aprovado para 1995 reconhece que a despesa nacional em I&D se mantém apenas ao nível de 0,75 do PIB. Infelizmente não se vislumbram nem programas de financiamento nem medidas políticas que alterem a situação de facto e para melhor.

As nossas propostas políticas deverão apontar para a reversão da situação desastrosa em que o sistema nacional de C&T e a política nacional de I&D se encontram.

Consideramos que devem ser claramente assumidas as seguintes orientações estratégicas de política C&T:

- desenvolvimento sustentado do sistema nacional de I&D, compreendendo infra-estruturas e recursos humanos a ele afectados;
- orientar o esforço de investimento em C&T para apoiar o desenvolvimento, suprir carências e resolver dificuldades dos sectores produtivos bem como das áreas dos serviços sociais fundamentais como a educação, a saúde, a habitação, a cultura, o ambiente e o património;
- desgovernamentalizar, democratizar e desburocratizar as decisões na área de I&D;
- autonomizar e explicitar os programas de I&D e os respectivos orçamentos que são necessários à definição e acompanhamento de uma política de C&T;
- formular claramente uma política nacional de C&T que promova o desenvolvimento do sistema nacional de I&D, tome em consideração os problemas específicos do país, o enquadramento e as tendências internacionais, as actuais condições de circulação de informação e que incentive a cooperação, designa-

- reconhecer o papel determinante do sector público no financiamento, na execução e no fomento da I&D, sem excluir a responsabilidade de todos os sectores e agentes sociais;

- aproximar a capacidade financiadora da competência executiva das instituições; elevar a formação e as condições de trabalho dos investigadores e restantes trabalhadores científicos.

Quanto à execução das actividades de I&D ou OAC&T, entendemos como orientações estratégicas necessárias:

- incrementar as actividades de I&D industrial executadas pelas empresas ou por unidades de I&D em parceria com as empresas interessadas;

- promover as OAC&T (serviços de consultadoria, metodologia, analíticos, etc.) como elementos de apoio aos sectores produtivos e de mediação entre o sistema de I&D e o sistema produtivo ou serviços sociais;

- conferir autonomia administrativa, financeira e científica e dotar de gestão democrática os organismos públicos de I&D;

- criar novos organismos públicos de I&D, devidamente dimensionados, em áreas emergentes da C&T com maior relevância económica ou social.

A situação exige propostas de acção concreta que competem prioritariamente, à intervenção governamental:

- importa estabilizar a organização e o financiamento dos organismos de I&D;

- conferir autonomia científica suportada em autonomia administrativa financeira e em financiamento suficiente e estável aos organismos de I&D, incluindo os estabelecimentos de ensino superior;

- facultar um plano plurianual de reapetrechamento em instalações e equipamentos;

- flexibilizar a gestão orçamental dos organismos públicos, sem prejuízo do cumprimento dos objectivos contratados e a fiscalização *a posteriori* pelo Tribunal de Contas;

- promover a formação de investigadores e de pessoal técnico de apoio e o seu recrutamento estável em organismos de I&D ou a sua afectação a projectos;

- valorizar os estatutos de carreira e remuneratório e melhorar as condições de trabalho e o regime contratual dos investigadores e restante pessoal;

- reforçar a coesão do sistema nacional de I&D, através da coordenação governamental das políticas sectoriais de I&D, da auscultação organizada dos responsáveis de organismos de I&D e das associações profissionais e sociedades científicas;

- promover a articulação da política de I&D com as políticas sectoriais de educação, saúde, habitação, cultura, indústria e agricultura, assumidas pelos diferentes ministérios;

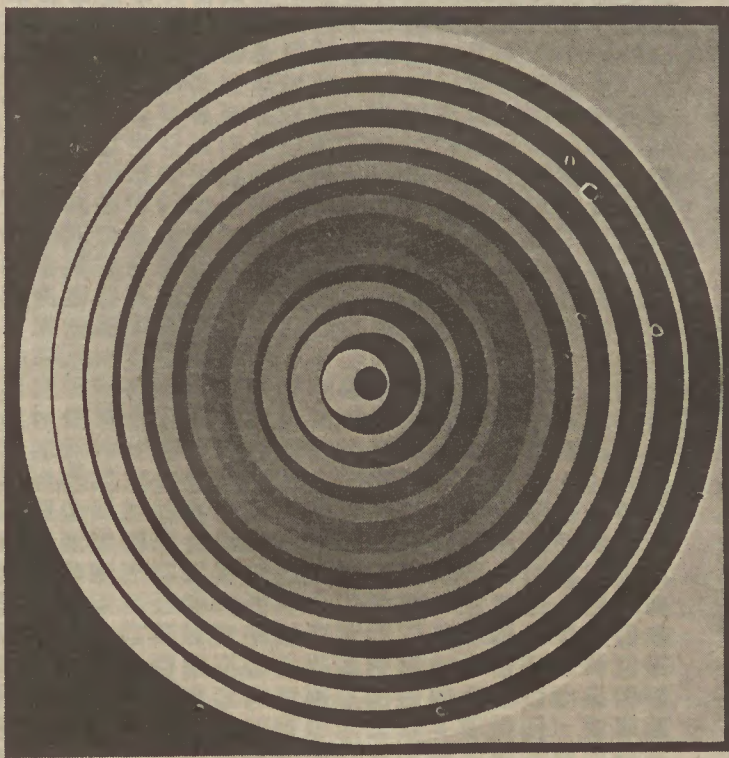
- activar e acolher o conselho ou as propostas dos órgãos de coordenação C&T;

- explicitar programas de I&D suportados em propostas dos organismos de I&D cientificamente competentes;

- elaborar fundamentalmente o Orçamento de C&T;

- expandir o sistema nacional de I&D e duplicar a sua capacidade em recursos humanos e materiais até ao fim do século.

24/4/95



damente no quadro da União Europeia, com os PALOP e o espaço ibero-americano.

No que mais directamente respeita à orientação do sistema nacional de C&T, o país carece de uma clara reorientação estratégica, designadamente:

- consolidar e expandir o sistema nacional de C&T, reconhecer a sua autonomia e articular harmoniosamente as suas componentes (ensino superior, instituições públicas de I&D, empresas com actividades de I&D ou de serviços C&T, gabinetes de estudos e projectos);

- acolher e desenvolver mecanismos de participação democrática da comunidade científica (associações profissionais, sociedades científicas) nas macrodecisões orientadoras do sistema e da política de I&D;

- reconhecer a importância da avaliação e acompanhamento das actividades de I&D a nível da auto-avaliação das unidades executoras, da sua avaliação externa e da avaliação global do sistema;

■ José Barata-
-Moura
Professor
universitário

Intelectuais e Poder

1. As relações dos intelectuais com o Poder são elas próprias *relações de poder*, no duplo sentido em que se estruturam na base de dispositivos instalados (formais e informais) de regulação social, e em que no seu próprio interior, enquanto «relações», reflectem e induzem regramentos comportamentais.

As *relações de poder* (que, obviamente, não esgotam o espectro das modalidades a revestir pelas relações sociais, em geral) são, por definição, *assimétricas*. Ainda que o preenchimento dos papéis possa, ao longo de um lapso temporal, ser convertível ou intertrocável, há tipificadamente, em cada caso, o lado (activo) dos que exercendo o poder que real ou putativamente detêm: mandam, e os sujeitos «passivos» que, a gosto ou contragosto, com mais recalitrância ou docilidade maior, inscrevem o seu agir num horizonte suposto de «obediência».

As *relações de poder* - não já por definição categorial, mas por prática comprovável - não se encontram também, por outro lado, isentas, se bem que em medida diferenciada, de *acção recíproca*. Não é apenas a *resistência* (mesmo quando vencida) que não deixa de interferir sobre a instância estatuinte; a submissão incondicional também retroage sobre o comando (no presente e no futuro). Por outras palavras, o sentido da *determinância* estará claramente definido em cada circunstância em que uma relação de poder se verifica, mas nunca é absolutamente unidireccional, mesmo nas suas figuras mais imperativas. Ambos os pólos da relação efectuam «aprendizagens» no seu decorrer que podem vir a repercutir-se em comportamentos subsequentes.

As *relações de poder* são assimétricas, mas até só o são porque encerram (e visam domesticar) uma vitalidade tecida e entretecida de *contradições*. Se não houvesse, ao menos, a suspeita de contradição, a modalidade de relação eleita, para esse caso determinado, não revestiria a forma do «poder» impondo acatamentos. Por isso, o estádio histórico da *correlação de forças* num sistema dado (e, não raro, nas suas envolvências imediatamente metassistémicas) é essencial à determinação concreta de uma *relação de poder*, às formas que assume, ao desenvolvimento que segue, às inflexões que vem a conhecer.

É que as *relações de poder* no marco de uma sociedade determinada constituem elas próprias também *um terreno de luta*, desde logo efectiva ou, pelo menos, potencial. Por muito «consensualizada» que esteja uma determinada dominação material - em virtude do funcionamento bem sucedido (do ponto de vista dos dominantes) de diversificados mecanismos de «coesão» e «estabilidade» sociais (que, no limite, podem restringir-se à mais férrea e multifacetada violência repressiva) -, uma vez que a contradição tenha fundamentos reais, nunca a possibilidade da luta contra os seus aspectos opressivos se encontra de antemão eliminada pelo simples espectáculo fáctico de uma positividade consagrada.

O «estabelecido» tem decerto muita força - senão não era obviamente «o estabelecido» -, mas encontra-se interiormente trabalhado por outras forças (objectivas e subjectivas) que não param o seu labor histórico do ser, mesmo quando visivelmente dominadas ou genericamente desatendidas. Era o que, designadamente, Hegel ou Marx tinham em mente quando, em circunstâncias diferenciadas, curaram de aludir à metáfora da «toupeira» que subterraneamente escava os caminhos do porvir.

O real, de facto, não se resume, na sua própria realidade devenida, à montra ou à vitrine em que é correntemente exibido; é mais rico do que aquilo que imediatamente parece mostrar ou do que aquilo que nele é em exclusivo posto em evidência. Ao fazer este reparo, não estamos a invocar uma conveniente observação consoladora para transitório alívio de situações de infortúnio; trata-se, pelo contrário, de uma séria advertência permanente, a ter incontornavelmente em conta para todo o ponderar (activo e transformador) das realidades.

2. Um espesso manto de ilusão tem recoberto as relações dos intelectuais com o Poder. Isto é, a nudez crua da «verdade» poderá não transparecer, mas domina, porque a fantasia, mais do que revelar-se diáfana translucidez, tem contribuído fortemente para o obscurecimento do que deveria dar a ver e, por consequência, para o perdurar (em larga medida, intocado) do seu comando efectivo.

A majestosa ficção do Filósofo-rei só encontra paralelo (embora muitos séculos volvidos) no piedoso voto do Rei-filósofo. À

venturosa teorização platónica da *República*, respondem as desventuras sicilianas narradas na *Carta VII*. Marco Aurélio excogitou sentenças moralizantes à maneira estóica, do mesmo passo que agravava a diferenciação em juízo entre as classes altas (os *honestiores*) e as, camadas, baixas (os *humiliores*); o grande Frederico II (para alarmada indignação de Voltaire e precavida confirmação de Diderot) não deixou de «espremer» variadas «laranjas» do seu pomar...

Em suma, os filósofos não chegaram a reinar, e os reis pouco filosofaram. O «saber ao poder» permaneceu uma palavra de ordem largamente ambígua, pesem embora resultados não despidendo a que aportou. Talvez seja a própria maneira de colocar o problema que careça de fundamental revisão.

O preceptorado de príncipes por intelectuais ilustres teve os seus dias; a industrialização das elites ainda tem os seus adeptos - em registo religioso jesuítico ou «opusdeico», ou em versão laica (com recurso ao aparelhamento figurado de cantarias, ou não). Também se ensaiaram beneméritos cruzadas de «instrução» dos «estratos inferiores» da sociedade, todavia mais apostadas em valorizar a autoridade dos ensinantes, e em reproduzir dualizações sociais, do que em emancipar realmente discípulos e mestres num horizonte de humanidade igualmente partilhada. A caridade da esmola, mesmo a revestido das mais nobres intenções, sempre careceu de efectivo mordente sobre as realidades para as poder transformar desde o interior.

Também houve quem se persuadissem de que catapultar «o saber» para a esfera do comando social era desajustado, já que ele enfermava de muito vício antigo e continuava a trazer colado a si

Como se o Poder fosse um fantasma indeterminado e indiferente; como se um Poder de classe (instalado) não tivesse de ser derrubado por outro poder (revolucionante)...

Enfim, aventuras e desventuras de uma história atribulada das relações dos intelectuais com os poderes...

3. Menos mistificatória - *apesar de tudo* - talvez tenha sido a sentença moderna de que o *saber é um poder*. O «Knowledge is power» de Thomas Hobbes tem, de algum modo, que ser perspectivado à luz do «Natura enim non nisi parendo vincitur» de Francis Bacon, que abre ao saber todo um decisivo espaço (*não incondicionado*) de intervenção numa dinâmica de transformação da realidade.

O saber confere, na verdade, poder. Os serviços de informações (em vias de reciclar a bisbilhotice a soldo em indústria de espionagem) sabem-no bem. O grande capital conglomerado (dito generosamente *trans-nacional*, porque efectivamente só quando, e na estrita medida em que, foi do seu interesse curou de atender a pátrias) controla estrategicamente, patrocina e rendibiliza, numa escala alargada, esse saber, como ingrediência de um *poder* que passa, compreensivelmente, por interpostos manuseios e pela instrumentalização final do *Poder*.

A questão é, na realidade e concreção da sua verdade (a tal de nudez crua), bem mais complexa do que à primeira vista parece. O saber confere poder a quem sabe? ou ao Poder que sabe?; o saber outorga poder ao Poder? ou é o Poder que permite ao saber (algum) poder?

Visto por outro ângulo: que espaços de poder advêm às comunidades do saber? E, mais directamente: como se relacionam estas comunidades com a Comunidade - em cujo âmbito societal histórico se inscrevem, e de que o próprio Poder (formalmente) emana para, retrospectivamente, melhor sobre ela e nela se exercer?

Dizia Michel Foucault que «não se sabe ao certo quem tem o poder», mas que, em contrapartida, «se sabe muito bem quem o não tem». As questões de identificação da titularidade não serão seguramente despididas. No entanto, o problema real que nos confronta não é o de uma habilitação de propriedade em sede judicial, é, sim, o de como fazer do poder do saber meio de democratização de um Poder colocado ao serviço da Comunidade, a fim de reverter em seu benefício, *realmente socializado*, adquiridos de humanidade que historicamente se refugiram e enriquecem.

4. Esquemáticamente, há três teses que me parecem fundamentais e nucleares, numa abordagem destas temáticas a ser prosseguido no sentido de uma intervenção transformadora:

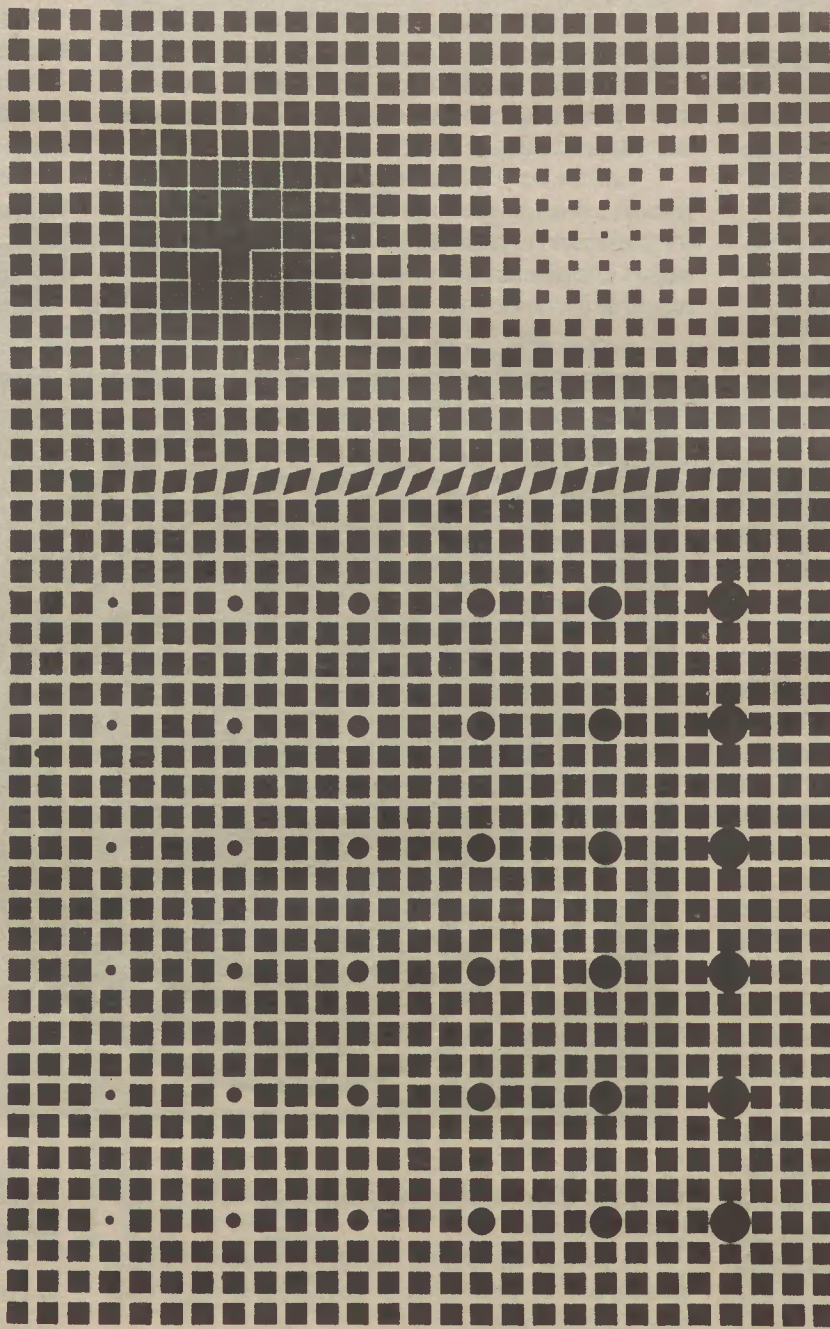
a) o poder mais radical do saber (que, inclusivamente, se lhe encontra na raiz e nos devolve à sua constitutiva razão de ser) é a *emancipação* dos humanos, de todos os homens e do homem todo - não é a exploração de sempre novas oportunidades de *negócio*, o requinte na domesticação (reprodutiva) dos desfrutados, ou o sofisticar actualizado de antigas escravizações;

b) o Poder andarà envolto em auras de mistério (tirando até disso acrescido partido), mas em si mesmo não é um ente místico; é uma *relação* entre humanos, concretamente determinável e susceptível de refiguração. Ainda que tacticamente propenso a resguardar-se em esferas de secretismo (onde só na aparência se dilui, mas apenas para reforçar e «subtilizar» o núcleo mais duro da sua dominação), o Poder nunca é, porém, um centro indeterminado que prossegue o poder pelo poder, nunca é um exercício que *em abstracto* se exerce. Está sempre orientado por e para interesses *concretos* (sendo que, como é sabido, o «concreto», em termos dialécticos, não se identifica com o imediatamente palpável);

c) o poder do saber, por sua vez, também não é uma entidade pairante, bacteriologicamente pura e higienicamente neutra, cuja cura estivesse encomendada a confrarias sacerdotais de recorte vário (a que, em alguns casos, nem seria estranha a transmissão por parentela). Por um lado, o poder do saber repousa, escora e dinamiza estruturas económicas e políticas; por outro lado, mais alargadamente, é função da socialidade que o sustenta, lhe dá força e de que é expressão. O saber não desempenha apenas (por acréscimo benevolente ou por condescendência «ética») funções sociais; ele próprio é, de raiz, uma função ou valência social, que jamais alcança emigrar de um horizonte comunitário.

muita ganga morta, quando não era apenas mais um porta-voz tecnocrático do próprio Poder instalado. Gritou-se, então, pela «*Imaginação ao poder*». Desligada de uma força social efectiva que lhe desse braço, corpo e fôlego de materialização - não pôde muito, e imaginou bem menos do que prometia.

É claro que não faltaram ainda vozes e coros (de câmara) para, na ressaca de desencantos vários e na labilidade dos empenhamentos, propugnar o combate estrénuo contra «o Poder» *in genere*, contra qualquer Poder - se não irremediavelmente demonizado, pelo menos infectado pelo estigma de uma inaceitável hegemonia.





É no quadro complexo desta dinâmica - objecto de luta, de conquista de posições e de hegemonias que se - colocam as contendas sociais pelo acesso, orientação e exercício do poder do saber, e do Poder *tout court*.

5 Duas grandes questões entrelaçadas se nos colocam, pois, como dificuldade, desafio e tarefa: a) a democratização (ou socialização) do saber, em termos de apetência, de acesso, de direcção, de disponibilidade, de fruição e de materialização na esfera prática do seu emprego para refiguração de comportamentos e realidades;

b) o exercício democrático (ou socializado) do Poder, no quadro de uma partilha esclarecida, responsável e eficaz, no sentido de uma produção de efeitos apontados a uma elevação global dos níveis históricos de humanidade.

No fundo, trata-se de uma tomada a cargo efectiva e em avanço da qualidade da cidadania, não apenas no âmbito formal dos seus mecanismos ou na esfera privada dos interesses e dos direitos, mas segundo um vector empenhado na configuração conjunta de um destino comum.

O que está verdadeiramente em causa não é, frente à vontade (ostensivamente imperante) do Poder, desencadear uma vontade (apenas desejosa) de poder. O que está em causa tão-pouco é uma mera substituição das personalidades que integram os grupos de poder que repartem entre si, e a mando de outrem, as faixas visíveis do Poder.

O que está verdadeiramente em causa é a assunção e a protagonização socializadas do saber e do Poder para os colocar ao serviço da ecúmena, num desígnio conjunto de moderação do mundo e da vida (onde os projectos individuais, a não secundarizar, necessariamente se inscrevem e têm de ser atendidos) à altura do estádio de possibilidades reais que o desenvolvimento histórico efectivamente permite e abre.

Não se trata apenas da participação (que importa decerto incrementar) dos intelectuais na definição (técnica) das políticas, isto é, de uma efectivação do poder que o saber proporciona. Trata-se, fundamentalmente, de uma elevação do teor médio da cidadania - ciente, responsável e interveniente na configuração solidária dos seus destinos. Não é assunto só de intelectuais ou de «políticos»; é coisa de todos, porque é causa de humanidade.

Emerge, assim, no seu sentido mais amplo, o vector constitutivo de uma democracia cultural em avanço, como possibilidade e exigência do nosso tempo. Uma democracia cultural que, sem menosprezo das dimensões singulares (e até privadas) da fruição e do enriquecimento humano multilateral, se abre, todavia, à perspectivação do próprio viver colectivo numa base sustentada e sustentável. Não se trata tanto de fabricar um «homem novo», mas de retomar, com seriedade e de novo, a funda implicação do que significa ser homem, isto é, de tomar a cargo a própria humanidade como matéria, fulcro e meta da nossa inscrição de realidade na história.

Como já Hegel punha de sobreaviso, contrastando tentações ilustradas de beneficência intelectual, não é mister que os filósofos passem a desempenhar-se da «cura de almas da razão por conta do povo». Trata-se, sim, de que os povos se encarreguem assumidamente de um cuidar da nacionalidade, no quadro de um amplo e diversificado movimento onde, certamente, os intelectuais encontram global e dialogadamente o seu lugar, talvez mais como «funcionados da humanidade» (para recordar uma expressão de Husserl) do que como «mestres» e «educadores» de massas ignaras (de quem se espera e cobra, a par de reverência, gratidão).

É por aqui que passa, é para aqui que aponta, o projecto revolucionário comunista de trabalhar as realidades da história num inequívoco e radical sentido fraterno de humanidade. Mais do que «desenterrado» - o que, entre outras coisas, pressuporia o seu passamento e sepultamento -, o que ele tem, hoje em dia, é de continuar a ser equacionado e retomado para que, enterrando-se no sentir, na consciência e no agir dos humanos - de que, no fundo, é expressão - possa frutificar em actos de reordenamento do nosso espaço histórico societal, presente e futuro.

Lisboa, 29/04/1995.

Autoridade marítima O PSD não sabe nadar...

Abriu a 1 de Junho a época balnear e, com ela, uma panóplia de problemas hibernados ao longo do ano surge à luz do dia.

Cabe ao Instituto de Socorros a Náufragos, como subsistema do Sistema de Autoridade Marítima, o acompanhamento desta matéria.

Mas como subsistema que é, uma parte dos problemas tem origem nas indefinições e choques de competências com que se debate o Sistema de Autoridade Marítima, que aguarda há dois anos e meio o diploma regulamentar, a partir do qual passará para a orgânica do MDN, sob dependência directa do Ministro.

Calcula-se que 8 milhões de pessoas passam pela costa portuguesa na época estival. Seria injusto não reconhecer o esforço desenvolvido pelo ISN ao longo de décadas, mas as mutações verificadas na sociedade implicam um novo quadro conceptual sobre esta matéria, bem como novos e adequados meios. A segurança nas praias hoje é muito mais do que aprender a bola de quem ali joga afectando os outros utentes. A segurança nas praias hoje é, entre tantas outras coisas, definir, por exemplo, como deve ser a utilização das motas de água. Faz poucos dias que faleceu um jovem na Lagoa de Albufeira por ter levado uma pancada de uma mota de água.

Em declarações ao *Correio da Manhã* de 30/5, o Director do ISN diz "estamos no limite das nossas possibilidades". É importante que o Director do ISN diga, com a autoridade própria de quem o diz, para que não se escamoteie a realidade. Claro que sempre podemos questionar a razão pela qual o diz agora e não há um ano, mas isso, para o caso, não nos parece relevante.

No mesmo dia, mas agora o *Público*, dava conta do mal-estar dos concessionários de bares e restaurantes da costa oeste - Caparica/Fonte da Telha, que ameaçavam não abrir os seus estabelecimentos, como forma de protesto pela burocracia que provoca atrasos na legalização dos mesmos e, consequentemente, na sua abertura ao público, com óbvios prejuízos.

O problema da não abertura dos estabelecimentos tem consequências graves para os utentes das praias na medida em que compete aos concessionários a contratação dos nadadores-salvadores e a aquisição dos meios de salvamento estipulados. Portanto, sem bares e restaurantes não há segurança!

Ora esta é uma outra questão de fundo. Já o afirmámos e não temos dúvidas em repeti-lo que, ao longo da costa portuguesa, existem muitos bares, restaurantes, etc., que são completamente impróprios para estarem abertos ao público. Isto é, pensamos que tem de haver rigor na fiscalização. Mas é igualmente legítimo que os concessionários de tais estabelecimentos exijam celeridade processual, de modo a que no dia da abertura da época balnear possam estar em funcionamento. O que não é de todo em todo aceitável é que a segurança dos utentes das praias esteja dependente de haver quem queira ou não vender bicas e pires de caracóis.

Longe vai o tempo em que uma ínfima percentagem da população usufruía da praia. Em que havia (sem qualquer desprimor para os Joaquins e os Manuéis) o tio Joaquim dos tolhos e o tio Manel banheiro. Esta realidade é tão verdadeira quanto são alguns dos salva-vidas que o ISN possui com mais de 40 anos.

Nisto e em muito mais que aqui não cabe, o Governo do PSD falhou em termos absolutos e relativos. O saldo é um autêntico fracasso. Preocupado em realizar e propagandear a reestruturação nas Forças Armadas; potenciando a vertente armada, ignorou esta componente que está umbilicalmente ligada a uma ramo das Forças Armadas, concretamente a Marinha de Guerra.

A leitura de um artigo publicado na *Revista da Armada* no passado mês de Março, da autoria do Director-Geral de Marinha (órgão que superintende o Sistema de Autoridade Marítima), Almirante Lopes Carvalheira, é elucidativa. Para

o Sr. Almirante: "A Marinha não mais poderá ser a resultante de dois vectores fundamentais, tal como a conhecemos desde há muitos anos: a componente naval militar (...) e a componente de interesse público, também de vital importância no contexto nacional, mormente em tempo de paz". E continua: "Da subordinação institucional das Forças Armadas relativamente ao poder político e das profundas modificações orgânicas operadas nos diversos departamentos do Estado (...), outras responsabilidades surgiram."

Para o Almirante Carvalheira "... enquanto a autoridade administrativa do Estado enfrenta um significativo desenvolvimento das infra-estruturas portuárias e de equipamento náutico, debate-se também com um crescente número de agressões ambientais na área do domínio público marítimo...". E mais diz: "Nestas circunstâncias, a Autoridade Marítima, que é suportada por um orçamento restrito, confronta-se actualmente com inultrapassáveis constrangimentos orgânicos e financeiros, que limitam o seu apropriado funcionamento e reapetrechamento, cada vez mais necessários como consequência da maior exigência e especialização exigida à actividade fiscalizadora e de polícia."

Não pretendendo fugir ao essencial (Que Sistema de Autoridade Marítima? Com que competências? Com que enquadramento orgânico? Com que meios humanos e materi-



ais? Com que planeamento quanto a investimentos?, etc.), torna-se indispensável três comentários.

O primeiro para dizer que o Sr. Almirante nada adianta quanto ao pensamento da Marinha relativamente à problemática. Isto é: deve ou não o Sistema manter-se na dependência da Marinha? Existem ou não partes do Sistema que devam sair do mesmo para um outro quadro de dependências? E, em caso afirmativo, quais? Que propostas, que estudos, que iniciativas tomou a Marinha visando a clarificação por parte do poder político?

O segundo comentário é para concordarmos inteiramente com a afirmação de "maior exigência e especialização exigida à actividade fiscalizadora e de polícia". Só nos causa algum espanto que a Direcção Geral de Marinha só tenha, com formação jurídica, dois oficiais... a contrato.

E, por último, a incrível situação em que se encontra o pessoal que opera nesta área - Quadro do Pessoal Militarizado da Marinha. Sem Estatuto profissional, num inadequado regime de equivalências aos militares no plano retributivo, etc., etc. Uma situação que não serve a Autoridade Marítima e, consequentemente, o país. Uma situação que fomenta as coisas mais incríveis.

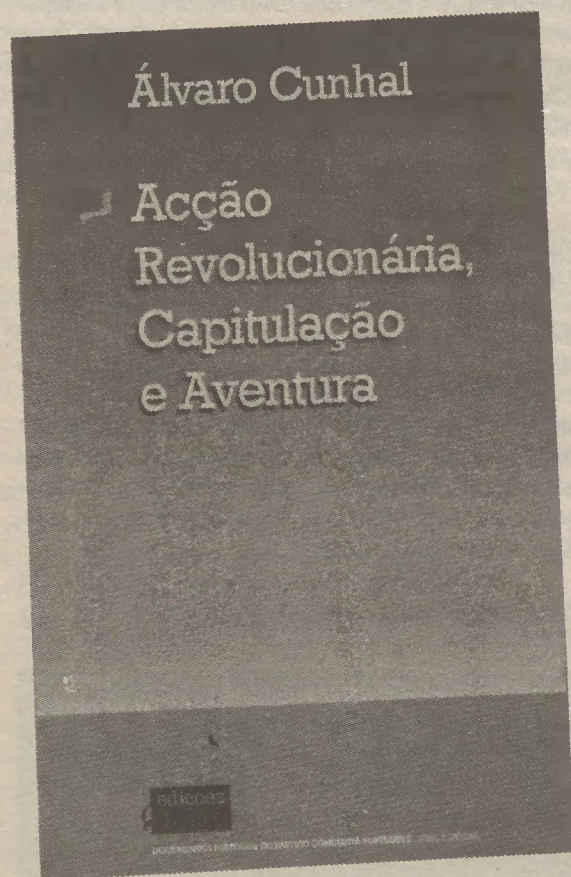
O Governo do PSD tem enormes responsabilidades pela situação existente, situação esta que não pode deixar de causar preocupação a todos aqueles que desejam um Portugal independente e soberano, numa Europa de paz e cooperação. É que não podemos ignorar, muito pelo contrário, que, no quadro da União Europeia, às nossas águas territoriais passa a ser aplicado o conceito de fronteira externa e o conceito de interesse comunitário à nossa zona económica exclusiva.

O PSD, que tem agora um Comandante (Azevedo Soares) em timoneiro, pelos vistos não sabe nadar e quer arrastar-nos no remoinho do desastre.

Urge, pois, mudar de política, fortalecendo a esquerda necessária - a CDU - contribuindo assim para que a rota de afundamento seja travada e invertida.

R. F.

Álvaro Cunhal Acção Revolucionária, Capitulação e Aventura



Os últimos tempos da ditadura fascista, que imediatamente precederam a Revolução de Abril, ou seja, a crise geral da ditadura e o governo de Marcelo Caetano, os objectivos da revolução antifascista, a actuação e as alianças das várias forças políticas constituíram um dos pratos fortes da campanha reaccionária contra a Revolução de Abril desencadeada a propósito das comemorações do seu 20º aniversário.

Ora a natureza da ditadura, a época de Marcelo Caetano, os objectivos, posições e actividades das várias forças políticas, constituem matérias do ensaio agora editado, significativas não apenas relativamente à vida nacional nessa época mas também para o conhecimento e a compreensão de tudo quanto se lhe seguiu no quarto de século desde então decorrido — a luta revolucionária para pôr fim à ditadura, o 25 de Abril, a revolução democrática e a contra-revolução até aos dias de hoje.

Preço: 1995\$00

Desejo receber o livro *Acção Revolucionária, Capitulação e Aventura*, de Álvaro Cunhal, à cobrança, acrescido das despesas de porte.

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____

Telef. _____

Enviar para Edições «Avante!», SA
Alameda St. António dos Capuchos, 6-B
1100 LISBOA

O moderno

Maquiavel está na moda

Há dias, a TV2 transmitiu um interessante filme inglês onde era comparada a obra de Maquiavel, "O Príncipe" (?), com todas as suas recomendações sobre *como manter o poder defendendo-se das emoções*, com os últimos governantes britânicos que, ao que parece, seguiram os seus ensinamentos. Era elucidativa da distância que separa essa elite agarrada como ostra ao poder e a população em geral não apenas em relação aos recursos de que dispõe - riquezas, instrução, acesso a informações, poder de decisão unilateral, etc. - mas do *frio uso da razão* no fortalecimento do poder contra as *emoções e sentimentos* que movem a humanidade e alimentam a *sua razão* e, provavelmente, a sua ingenuidade.

Lendo "O Erro de Descartes" (?), do notável cientista-escriptor A. Damásio, fica-se a pensar no condicionamento do que se chama *razão* pelas vivências dos indivíduos e a perspectiva que têm de *mando*. São duas *razões* a serem confundidas, a do *domínio, fria e desumana*, e a da *busca do equilíbrio em benefício da colectividade*. Deixemos de ingenuidades de *aldeões*. O *castelo* de que nos fala Paraire é uma fortaleza e os seus senhores são frios e maus.

David Rockefeller na sua proposta de um *Conselho da Terra* (Earth Council) em 1991, utiliza uma linguagem ecológica e globalizante para a humanidade. Mas F. Paraire chama a atenção para o seu objectivo claro de *gestão política centralizada* através do BM, do FMI, do GATT/OMC, e, por outro lado, da ONU e da NATO. Estava lançado o *modelo do internacionalismo patronal* que seria o esteio fundamental do neoliberalismo. Toda esta máquina de dominação, que resultou no esmagamento do Rwanda, da Somália, da Jugoslávia, do Haiti, de Granada, do Iraque, beneficiou-se directamente do que se chamou a *década perdida*, de 1980, que afundou ainda mais as economias da América Latina, da África, de países pobres da Ásia.

Tudo isto floresceu com a extinção da URSS, do movimento comunista internacional e o enfraquecimento dos movimentos sindicais. Como antídotos surgiram acções humanitárias e encontros *planetários* como os do Rio em 92 para tratar das questões ecológicas, do Cairo em 94 para os problemas demográficos, de Copenhaga em 95 para tratar a política social e o direito dos trabalhadores. Enquanto os povos ficam condicionados a esses *blá-blá* universais, como diria o Bispo de Dili, evolui o modelo da *mundialização* que estandardiza os comportamentos nos domínios culturais, económicos, sociais e políticos enquadrados pela nova força do imperialismo: o *mercado*.

Com o pretexto de reduzirem os efeitos da pobreza que condena à morte de 13 a 18 milhões de pessoas em cada ano e 40 mil em cada dia, segundo a ONU grandes verbas são canalizadas sob a forma de ajuda mas ficam pelo caminho para pagamento de salários aos próprios peritos ocidentais e compra de equipamentos produzidos pelas empresas multinacionais. As ajudas dos países ricos para os pobres, segundo Paraire, criam um fluxo semelhante ao dos *toxicodependentes* deixando-os inteiramente à mercê das elites privilegiadas. A democracia nesta situação traduz-se em *pobreza para a maioria, poder de decisão para alguns*.

Não admira que as populações locais comecem a construir as suas *hortas colectivas* mas também as suas *milícias populares*, ao reconhecerem que estão mais distantes da protecção do Estado que dos seus deuses.

EUA querem ser o centro do mundo

Mais esperto que os seus comparsas do mundo desenvolvido os EUA lançam como vanguardas as instituições internacionais: ONU, OSCE, etc. Cortam-lhes os recursos quando começam a levar muito a sério os programas de protecção para que foram criados, mas *apoiam-nas* para darem a cara nas acções repressoras. Nessa acção de *tirar a brasa com a mão do gato* são os soldados europeus ou do Terceiro Mundo que morrem em nome de causas *humanitárias* mal explicadas e os países da União Europeia que pagam as facturas.

Com os cordéis da *mundialização* centralizado no punho norte-americano, os governos mais frágeis que buscam *um lugar naquela constelação* começam a oferecer prendas como vassallos aos imperadores. Uma publicação editada em França denuncia a recente entrega da empresa brasileira Vale do Rio Doce que detém recursos no valor de 350 mil milhões de dólares à privatização pela módica quantia de 15 mil milhões de dólares. Mas não

Por caminhos rebuscados, de alta tecnologia e aprofundado conhecimento científico, a humanidade está a ser conduzida a uma situação de dominação comparável à que existiu na Idade Média. Desde a década de 1970, desenvolve-se com grande subtilidade a ideia de que os povos são *irmãos*, os interesses são *os mesmos* no sentido da sobrevivência com tranquilidade não só deles próprios como da natureza, a harmonia entre todos os elementos tem como imagem ideal a *aldeia global*. Neste mundo congestionado por guerras, misérias e *vírus* de todo tipo, este plano ganhou contornos de *paraíso na Terra*. Quem hoje explica com clareza o verdadeiro objectivo de tal ficção é Philippe Paraire, doutor em filosofia e especialista em problemas de desenvolvimento, na sua obra mais recente. (?)

A ideia de uma aldeia planetária, quando havia um poder socialista, diz o autor, sugeria nos anos 70 uma concepção solidária para o futuro da humanidade. Com a implosão do sistema socialista na Europa começou-se a perceber que a teoria da aldeia-mundo estava envolta por uma bruma de onde surgia um *castelo* que centraliza o poder e dirige a mundialização dos capitais: FMI, Banco Mundial e GATT (hoje chamado Organização Mundial do Comércio). Aí, acima da humanidade, são traçados os planos de dominação para o século XXI.

Temos uma certa dificuldade em acreditar que os poderes mundiais seguem estratégias maquiavélicas. No entanto, hoje, 25 anos passados, assistimos a crimes impensáveis pela sua maldade e pela impunidade com que se repetem: as redes de droga, de prostituição, o tráfico de crianças e de órgãos humanos, a comercialização, junto às escolas, de autocolantes que transmitem através da pele LSD e estericina, campanhas de solidariedade com povos que morrem à fome e cujos benefícios vão enriquecer algumas instituições e personalidades, corrupção avassaladora e tráfico de influências, venda a saldo de empresas de interesse público e nacional, a manipulação da justiça pelas elites dominantes, o esvaziamento do Estado que era a única estrutura necessariamente patriótica e imparcial em relação aos cidadãos. É hora de perdermos a ingenuidade, de confiarmos de olhos fechados nos mandantes da nossa *aldeia global*.

P. Paraire pergunta: Vamos acreditar que o FMI e o BM falharam na luta contra o desequilíbrio monetário e o subdesenvolvimento por simples incompetência? Que os governos ligados ao patronato e ao capital internacional lutam contra o subemprego e pela defesa do nível de vida dos trabalhadores enquanto mantêm na inactividade milhões de pessoas e praticam salários baixos que garantem maiores rendimentos às empresas multinacionais? "Seria ingénuo crer que uma situação que há décadas beneficia uma pequena elite não seja produzida por esta pequena elite."

Uma aldeia à beira-mar plantada

Quando vemos neste país de apregoados *brandos costumes* que um Primeiro-Ministro e seus acompanhantes foram assassinados e que só 15 anos depois são comprovadas as causas do acidente que configuram um *atentado* e, o que é mais grave, já se prevê que mesmo sendo descobertos os responsáveis pelo crime não haverá punição porque pelo atraso na revelação serão beneficiados pela prescrição do prazo de condenação... Quando vemos que enquanto as grandes empresas e as elites gozam da protecção de polícias privadas, a população é obrigada a resolver pelos seus próprios meios as constantes ameaças à sua segurança enquanto o Ministério (ir)responsável liquida as esquadras mesmo junto de bairros assolados por traficantes de droga e prostituição... Quando temos na comunicação social, das revistas e jornais à televisão, uma enxurrada de crueldades transmitidas com técnicas aperfeiçoadas para formar novas mentalidades e, como contrapeso, conversas amenas sobre a educação das crianças e adolescentes... Quando vemos juizes do Tribunal da Família aconselharem um pai omisso a não cumprir o acordo que o obrigaria a actualizar a pensão devida a um filho enquanto responsabiliza a mãe abandonada a suportar sozinha todos os encargos e ainda respeitar os *direitos* paternos... Quando vemos que as associações de solidariedade social se multiplicam para substituir as instituições estatais de segurança social e o sistema de saúde que estão a ser destruídos pelos governantes...

São tantas as desgraças meticulosamente criadas por quem arrecada impostos e promove faustos banquetes para a elite, que só quem não *quer entender* é que ainda lhes dá crédito.

feudalismo

■ Zillah Branco



precisamos atravessar o Atlântico para verificar esta *liquidação* dos recursos nacionais, pois Portugal tem feito o mesmo com as principais empresas públicas - TELECOM, PORTUGAL, bancos, PETROGAL etc. - e acaba de oferecer de mão beijada a base militar das Lages dispensando as rendas antes cobradas e oferecendo a *chave de entrada* em sectores estratégicos como a educação, a saúde, a segurança social, etc. Tal generosidade é justificada pelo Ministro como um gesto que eleva Portugal à situação de parceiro do Império. Os governantes luzem as suas estrelas e os aldeões ficam com cara de parvos sem saber como irão pagar o custo da *prenda*, sem conseguirem vender a batata produzida, tendo de enterrar a laranja que não alcança o tamanho-modelo, sem combustível para manter o forno da indústria vidreira aceso, sem saída para os seus problemas. Invejamos os indígenas que nem entendiam a língua dos governantes, mantinham-se fechados nas tribos cumprindo os seus rituais, como se o resto do mundo não lhes dissesse respeito. Refugiam-se na ignorância, na alienação do "não entender de política".

A década perdida... para os países pobres

A década de 1980 ficou conhecida como a *década perdida*. Mas só o foi para os povos do Terceiro Mundo. Entre 1980 e 87, segundo P. Paraire, os países da África perderam 150 mil milhões de dólares. Por exemplo, na Costa do Marfim, em 1970, o valor de um tractor correspondia a 3 toneladas de banana; em 1990 a proporção alterou-se para 20 toneladas por tractor. Em Cuba, comprava-se, com uma tonelada de açúcar, uma de petróleo; passou-se a pagar 7 toneladas de açúcar pela mesma quantidade de petróleo. O milagre fora causado pelas regras de comercialização criadas pelo poder central acima das aldeias do mundo.

Foi desenhada a *nova ordem global* apoiada no subdesenvolvimento, na pobreza, no endividamento, no subemprego e no desemprego, nos conflitos étnicos e no desastre ecológico. Como factor de dinamização, a indústria bélica desenvolveu-se estimulando as guerras internas. É a *recolonização* do mundo. Não se pode negar tratar-se de uma *inteligente e maquiavélica* estratégia de dominação. Mas é *inteligente* para os senhores do *castelo* e não para os aldeões que serão chamados a avalizar a sua permanência no poder com o seu apoio eleitoral.

A *aldeia-mundo* é um mito bem montado onde se confunde *global* com *central*, como diz Paraire, e os *donos do poder* com *Deus*, pode-se acrescentar já que o desespero neste final de século tem substituído a ciência pela crença religiosa. Esta confusão, explica o autor, resulta de um artifício teórico que pressupõe para um problema global uma solução a partir do seu centro. Nada mais falso, acrescenta, pois todas as interações que produzem uma situação social, económica ou ecológica estão ligadas entre elas mas não necessariamente a um centro. As relações *laterais* podem ser mais determinantes que as relações *radiais*. "O centro não é mais que um ponto entre outros, privilegiado pelo pensamento, talvez, mas não pela realidade."

Curiosamente, A. Damásio no seu estudo sobre a emoção, a razão e o cérebro humano apoia-se na ideia de que "a mente existe dentro de um organismo integrado e para ele; as nossas mentes não seriam o que são se não existisse uma interacção entre o corpo e o cérebro durante o processo evolutivo, o desenvolvimento individual e o momento actual". É aliciante que em ramos científicos tão diferentes estão a ser superadas as ideias mecanicistas que transformaram uma avançada visão *sistémica* desenvolvida na década de 70 num círculo fechado subordinado ao seu centro. A ideia de *poder*, com a sua versão autoritária, parece estar em via de extinção para bem da democracia.

A aceitação de um ponto central de onde emana o conhecimento da realidade, onde se acumulam os recursos e onde são tomadas as decisões é a negação da *democracia*, da *participação*, dos *direitos do homem*. Paraire, que também publicou "L'Utopie verte, écologie des riches, écologie des pauvres", ainda desenvolve duas interessantes constatações: "o alto comando planetário nada sabe das situações concretas" e "as micro-lutas podem alcançar uma grande força, como os grãos de areia numa barragem". A sua confiança no futuro da humanidade quando ela recusa a escravização não é um mero voto optimista. Quando vemos a elite no auge da sua afirmação, ridiculamente trajada, pagando fortunas para exibir uma aparência artificial, repetindo frases feitas sem interesse e sentido, damos-nos conta de que vive na estratosfera do mundo real atirando para trás os problemas humanos que não sabe resolver, livrando-se à custa do dinheiro do conhecimento que traduz a vida. Fazem lembrar as oligarquias escravocratas que, ao verificarem que os escravos haviam fugido organizados, ficavam absolutamente incapazes de preparar o pequeno-almoço e a papa do bebé.

Por outro lado, o fortalecimento dos *grãos de areia* e o desenvolvimento das *micro-lutas* aprofundam as contradições próprias da existência desse superpoder *central e autoritário*. Como a evolução das sociedades é cada vez mais rápida, esta nova era de domínio feudal será curta. Bastará contrapor o internacionalismo dos povos ao do patronato.

(1) - Paraire, Philippe - "Le Village-Monde et son Château", Le Temps des Cerises, France/1995

(2) - Maquiavel, Nicoló - "El Principe", ed. Santiago/Rueda, Argentina/1968 (a obra original datada do século XVI nesta edição contém os comentários de Napoleão Bonaparte).

(3) - Damásio, António R. - "O Erro de Descartes", Publ. Europa-América, Lisboa/1995.

PONTOS CARTEAIS

Exponog 1

Fernando Nogueira esteve em Matosinhos, na Exponor, a confraternizar com os órfãos do seu partido, que choraram de comoção com a promessa de nova paternidade. Entre abraços, beijos e autógrafos, Nogueira emocionou-se e falou ao coração das gentes, garantindo que também ele é homem para trocar os "privilégios, as benesses e as influências" por "sentimentos e afectos", e enaltecendo a "pequena potência de grande alma" que é Portugal.

Embalado no conto do vigário, Nogueira vociferou contra os políticos "que fazem da palavra o seu modo de vida", e quando já todos temiam que fizesse ali mesmo um voto de silêncio, eis que o homem se lança numa tirada sobre o "Estado aliado, amigo e parceiro" dos que "não têm emprego". Com amigos destes, quem precisa de inimigos? Mas a coisa não se ficou por aí, que o dirigente do PSD e ex-ministro até há escassos meses fez questão de se afirmar defensor da "solidariedade" e da "família", de um Estado

onde ninguém "tenha necessidade de colocar os seus pais em lares de terceira idade", o que calou fundo nos velhinhos e o pôs a léguas de distância dos palavrosos políticos da nossa praça. Distraído com as emoções, Nogueira louvou ainda a "hospitalidade portuguesa", que acredita ser "um seguro contra o racismo e a intolerância". Não fez referência aos incidentes racistas da véspera, sábado, no Bairro Alto, em Lisboa, nem ao jovem negro assassinado, nem à dezena de feridos. Por

economia de palavras, sem dúvida. Um verdadeiro Exponog.

Exponog 2

A acompanhar Nogueira estiveram várias figuras do PSD local e nacional, mas a mais notada foi Manuela Teixeira, secretária-geral da Federação Nacional dos Sindicatos da Educação. Com lugar na mesa de honra do evento, não faltou quem visse no facto a sua eventual inclusão para a lista de deputados do

Porto. Falso alarme, como a própria viria a afirmar à imprensa. "Recebo convites desde o tempo de Francisco Sá Carneiro. Agradeço, mas não aceito. Estou casada com o sindicalismo" - disse ao DN. É pena. Este é um daqueles casos em que bem se justificaria o divórcio.

Exponog 3

Outra figura que não faltou à chamada, em Matosinhos, foi Filipe Menezes, que certamente a pensar na batalha em preparação contra os espanhóis fez questão de saudar o "herói da Pátria" Soares Carneiro (general já temos!), lembrar Vasco da Gama e Camões, o que dá sempre jeito para animar as hostes. Menezes solidarizou-se ainda com a juventude, tadinha, que já não é o que era nos seus tempos, em que ser jovem era "caçar, pescar e passear", como de resto sabem todos os adultos contemporâneos de Filipe Menezes, em particular os filhos dos operários e camponeses, tão dados ao desporto e aos tempos livres no tempo do fascismo. Lamentando as "doenças, a toxicoddependência" e "um sistema de ensino de uma competitividade desumana" que massacram a juventude e com que obviamente nada têm a ver os sucessivos ministros da Educação dos sucessivos governos PSD, Filipe Menezes pronunciou-se a favor de um "capitalismo saudável" e fechou a sua intervenção com chave de ouro, citando o novo best seller nacional de António Damásio, "O Erro de Descartes": o século XXI vai ser o daqueles que sentem em primeiro lugar. Está explicado o mistério. O que eles fazem para se agarrar ao tacho!

FRASES da SEMANA

"Isto é um autêntico centro cultural das vacas."

☞ (Carlos Carvalhas, sobre o Matadouro Regional do Vale do Sousa, citado em «Diário de Notícias», 10.06.95)

"A escolha não está entre a Coca e a Pepsi."

☞ (Carlos Carvalhas, em Braga, citado em «Público», 11.06.95)

"O que nos interessa é estar no pelotão da frente do desenvolvimento. Não interessa estar no pelotão da frente da moeda única se não estivermos no do desenvolvimento. Até porque nós também temos uma moeda única, que é o escudo."

☞ (Carlos Carvalhas, no Seixal, citado em «Diário de Notícias», 05.06.95)

"(...) a escolha de Cavaco Silva para a presidência parece-me representar a adesão a uma certa forma de ver o presente: muitos "factos", Portugal tentando convencer-se de que pedala na cabeça do pelotão e a abanar a cauda por ser considerado bom aluno, boas estradas para uns partirem de visita ao interior no fim-de-semana e outros o abandonarem para sempre, mesas de cabeceira virgens de jornais ou livros, o culto da eficácia que se autodomina avessa à política e por isso é sempre politicamente correcta."

☞ (Júlio Machado Vaz, sociólogo - «Público», 08.06.95)

"Arrogância, ignorância e incompetência foram as características de Santana Lopes na Secretaria de Estado da Cultura. Como benfiquista, só espero que agora leve o Sporting à ruína. E, para ajudar, que leve também com ele a Zita Seabra: para o grupo coral do Sporting, para qualquer lado."

☞ (João Botelho, realizador de cinema, em «Os Donos da Bola» / SIC, citado em «Público», 11.07.95)

"Tudo o que fiz foi de acordo com as instruções que recebi. Apenas faço aquilo que me dizem para fazer. É por isso que não me podem demitir."

☞ (António Rodrigues, delegado regional de Évora do INDESP, sobre ilegalidades naquele organismo - «Semanário», 10.06.95)

"Fernando Nogueira não percebeu que as hipóteses que tinha de ganhar as próximas eleições e suceder a Cavaco Silva passavam por ser o herdeiro do cavaquismo, o continuador da sua obra, o garante da estabilidade - e não o cozeiro de tudo isto."

☞ (José António Saraiva, «Política à Portuguesa» - «Expresso», 10.06.95)

"Fui enganado por Ramos Horta."

☞ (Lopes da Cruz, «embaixador» de Jacarta para os assuntos de Timor - «Expresso», 10.06.95)

PONTOS NATURAIS

Pessoal

Sócrates

E Sócrates disse aos seus discípulos quando já o obrigavam à taça de cicuta:

- *Aqui é necessário perguntar quem está a ser condenado.*

Espártaco

Preparava-se o cerco ao acampamento de Espártaco. Escreve aquele senador romano:

- *As ideologias morreram.*

Espártaco está aqui ao pé de mim, a dividir comigo o seu pão e o seu vinho. O senador e o Império romano esses é que já se perderam na escuridão.

Esopo

REPÓRTER - *Por que escreveu as suas fábulas?*

ESOPO - *Ainda é cedo para responder a essa pergunta. Os poderosos ainda riem com elas. Mas se eu explicar, quem deixa de rir sou eu.*

Vidro

Disse o operário da Marinha Grande:

- *A polícia pensou que este vidro se quebrava à bastonada. Mas como, se outras não conseguiram quebrá-lo a tiro?*

Meus amigos

Tenho amigos que antes do 25 de Abril estiveram presos anos e anos. Outros foram mortos. Tal era então a remuneração dos cargos políticos.

Cristo

- *Não pensem* - disse Cristo aos poderosos -, *não pensem que não vou conseguir safar-me daqui.*

D. Dinis

Assim falou D. Dinis para os seus versos:

- *Não temais pela vossa fragilidade. Quando todos os meus castelos estiverem em ruínas, andareis vós voando por cima deles.*

Sei agora que a sombra que passou rente à minha janela era, não uma andorinha, mas uma cantiga de amigo.

Mandela

No leilão londrino disse o pregoeiro:

- *Vão à praça os sapatos de Mandela quando Mandela saiu da prisão.*

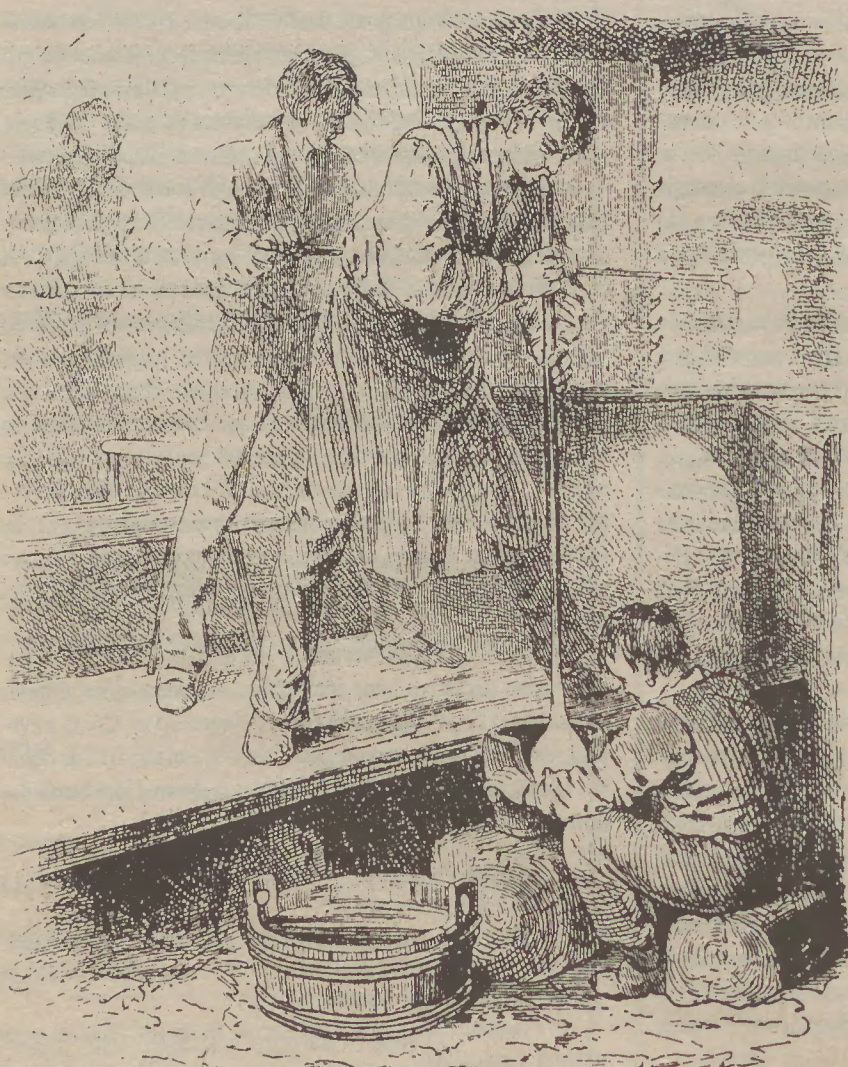
Comentário do futuro para o vizinho do lado:

- *Dei-lhos quando era novo...*

E depois de uma pausa:

- *Espera lá. Ou deu-mos ele a mim?...*

Mário Castro



CDU A Esquerda necessária para uma nova política

CDU - Coligação Democrática Unitária PCP-PEV



Álvaro Cunhal em Vila do Conde

Sexta-feira, dia 16, às 20h
Jantar de confraternização
na sede do Rancho das Rendilheiras da Praça

Barreiro

Domingo, dia 18, na Quinta dos Amassadores (Santo António da Charneca)
Piquenique CDU a partir das 13h com a participação de candidatos e de Álvaro Cunhal

BARREIRO

5ª ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO DO SECTOR FERROVIÁRIO

Sábado, 17, às 15h, no CT Concelhio do Barreiro.
Participa como convidado o camarada Jerónimo de Sousa

Quarta-feira, dia 14, em Vila Nova de Gaia
Salão Nobre da Liga das Ass. Socorros Mútuos
Debate

promovido pela Comissão Concelhia do PCP:
«A Segurança dos Cidadãos»
Com a participação de
João Amaral, deputado da AR
Antero Pires, vereador da CM Gaia

Iniciativas do PCP no concelho de Sintra...

Colares - Plenário de militantes da freguesia, com a participação de Jaime da Mata: sexta-feira às 21h30, no CT de Mucifal.

Montelavar - Pkenário de militantes das freguesias de Montelavar e Pero Pinheiro: sábado, 17, às 21h30, no CT de Montelavar, com António Cordeiro.

Sintra - Plenário de militantes de Sta. Maria, S. Miguel e S. Martinho: quarta-feira, 21, às 21h30, no CT de Sintra. Plenário da célula da Câmara/SMAS: quinta, 22, às 21h, no CT de Rio de Mouro.

... e no concelho de Almada

Debate sobre Segurança Urbana, com a participação de José Neto: sexta-feira, 16, às 21h30, no G.D. estrelas das Trocatas.

Almada - Plenário de militantes da freguesia, com a participação de Rui Paixão: sábado, 17, às 15h30, no CT Alberto Araújo.

Fim-de-semana de convívio na Pateira de Fermentelos

- excursão organizada pela Com. Dinamizadora do CT de Arroios/Lisboa:

Dias 17 e 18 de Junho, com dormida na Estalagem da Pateira

(Inscrições: cam. Ivone, tel. 8138119.

Concentração: sábado à 06h45m

na Av. Gen. Roçadas, junto à Nuno Gonçalves)

Vila Franca de Xira

ENCONTRO CONCELHIO DA CDU

com a participação de
José Casanova
Daniel Branco
Rosa Saúde
Segunda-feira, 19, às 21h30,
Sala Polivalente da Biblioteca de Alverca

Faro

«Desporto e Associativismo»

- debate público moderado por António José Boronha com a participação do árbitro Veiga Trigo, Carlos Rabaçal, Veloso Gomes e Carlos Boto
No Instituto da Juventude, quarta-feira, 14, às 21h30

LUSTOSA (Lousada)

Visita/Encontro CDU - População de Lustosa com a presença dos candidatos às Legislativas Cristiano Ribeiro e José Calçada

Tema:
OS LIXOS
Quinta-feira, 15, às 10h30, junto ao Café Avenida

Actividades da CDU no Distrito de Braga

Quarta-feira, 14, 21h30:

- Sessão com o Cabeça de Lista da CDU, António Lopes na freguesia de Arnoso / Sta. Eulália (V. N. Famalicão)
- Outras sessões em Cabreiros e Gualtar (Braga) e S. Martinho (Barcelos)

Sexta-feira, 16, 21h30:

- Sessão com António Lopes em Maximinos (Braga)
- Sessões em Forjães (Esposende), Rio Côvo / Sta. Eugénia (Barcelos) e Prado (V. Verde)

Sábado, 17:

- Visita de A. Lopes e outros candidatos à freguesia de Gondar (Guimarães): contactos com a população e instituições locais a partir das 15h, à noite jantar de eleitos, candidatos e activistas.
- Sessões em Lagoa (V.N.Famalicão), às 15h, e em Cantelães (Vieira do Minho), Ribeirão e Oliveira S. Mateus (V.N.Famalicão), Couto Cambeses e Moure (Barcelos)

Domingo, 18:

- Visita de candidatos e eleitos autárquicos à freguesia de Arcozelo (Barcelos)

● Carlos Carvalhas no Distrito de Santarém

Sábado, 17 de Junho
Visita às zonas industriais de PORTO ALTO e SAMORA CORREIA, à zona de Habitação Social e a equipamentos colectivos - com início em Porto Alto às 10h15.
Visita às obras de restauração do PALÁCIO DA COMPANHIA, na Pç. da República em Samora Correia - às 12h
Apresentação dos candidatos CDU do Distrito: almoço no restaurante «ADIAFA» (Campo da Feira, Santarém) - às 13h30
Visitas ao Açude da Agolada e ao Rio Sorraia, em Coruche - a partir das 16h

... e no Distrito de Castelo Branco

Terça-feira, 20 de Junho
Visita a Belmonte: a partir das 18h
Tortosendo - Jantar de apoiantes CDU: às 20h, na Escola C+S
Covilhã - Festa-convívio CDU no Jardim da Covilhã: a partir das 21h30

● Em Coimbra

Na próxima quarta-feira, 21, o Secretário-geral do PCP e o cabeça de lista da CDU pelo Distrito de Coimbra, Prof. António Avelãs Nunes, são recebidos pelo Magnífico Reitor da Universidade de Coimbra na Reitoria da Universidade.
A convite da Associação Académica de Coimbra, a partir das 15h Carlos Carvalhas participa num debate com estudantes, no Auditório da Reitoria, sobre as propostas do PCP para o Ensino Superior.

FEIJÓ

Passeio e almoço no CT de Peniche promovido pela C. Freg. do Feijó, do PCP, domingo, 2 de Julho
(Inscrições: tel. 2590820)

Viagens a Cuba

promovidas pela Associação de Amizade Portugal-Cuba Havana-Pinar-Trinidad-Cienfuegos-Guaná Varadero-Holguim-Guardalavaca-Santiago Partidas a 21 e 27 de Julho
Inscrições e informações na Associação de Amizade - Tel. 3857305



Encontro Luso-Espanhol Recursos Hídricos e o(s) Plano(s) Hidrológico(s)

O Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia / Esquerda Verde Nórdica do Parlamento Europeu, que promoveu no passado mês de Abril, em Toledo, um Encontro Hispano-Português sobre a situação dos rios ibéricos, dá agora continuidade a esse debate no Encontro Luso-Espanhol que nos próximos dias 16 e 17 decorre em Portalegre, com a participação de deputados, eleitos em autarquias e especialistas portugueses e espanhóis.

Pinhal das Marinhas • Esposende **2 de Julho**

GRANDE CONVÍVIO NORTE

Onde se integra o tradicional Passeio das Mulheres CDU

PCP-PEV a esquerda necessária para uma nova política

Com a presença dos Candidatos Cabeça de Lista às Eleições Legislativas de **CARLOS CARVALHAS** Secretário Geral do PCP

atrás o teu farnell

Inscrições nos Centros de Trabalho do PCP

TEATRO

CADEIA DA RELAÇÃO

Porto. De 3ª a sáb. às 22.00, dom. 16.00. PORTO D'HONRA, textos de Benjamin Veludo, Manuel Dias e Norberto Barroca, encenação de Norberto Barroca, pelos Seiva Trupe.

CASA DAS ARTES

Porto, R. António Cardoso, 175. Tel. 6004301. De 3ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00. OS POLÍCIAS, de Mrozek, encenação de Helder Costa, pelo Teatro Experimental do Porto.

COMUNA

Lisboa, Pç. Espanha. Tel. 7271818. De 5ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. A PULGA ATRÁS DA ORELHA, de George Feydeau, encenação de João Mota, pelo Teatro da Comuna. *Café-Teatro* - às 00.30: ATÉ AS CORISTAS FALAM, encenação de Fernando Gomes. *Sala Nova* - todos os dias às 21.30: A NOSSA ALDEIA, de Carlos Jorge Pessoa, pelo Teatro da Garagem.

MUSEU CONDES DE CASTRO GUIMARÃES

Cascais. Marçacões: tels. 4670320 e 4867933. De 3ª a dom. às 21.30. ESTÁ LÁ FORA UM INSPECTOR, de J. B. Priestley, pelo Teatro Experimental de Cascais.

PALÁCIO RIBAMAR

Algés. 6ª e sáb. às 21.30. LORCA ESPANHA CUMPLICIDADES, dramaturgia e encenação de Armando Caldas, pelo Intervalo - Grupo de Teatro.

TEATRO CINEARTE

Lisboa, Lg. de Santos, 2. Tel. 3965360. - De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00: O AVARENTO, de Molière, encenação de Helder Costa. - De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00: NÃO HÁ NADA QUE SE COMA, de Francisco Pestana, encenação de Rui Luís Brás. - De 4ª a sáb. às 22.00, dom. às 17.00: MARLY, A VAMPIRA DE OURINHOS, de Carlos Queiroz Telles, encenação de Maria do Céu Guerra.

TEATRO IBÉRICO

Lisboa, Rua de Xabregas, 54. De 5ª a dom. às 21.30. O VENENO DO TEATRO, de Rodolfo Sierra, encenação de José Blanco Gil, pela Companhia do Teatro Ibérico.

TEATRO MUNICIPAL S. LUIZ

Lisboa, R. António Maria Cardoso. Tel. 3471279. *Sala Estúdio* - 2ª às 21.30: EUROPA NÃO! PORTUGAL NUNCA!!, de Mário Viegas.

PALAVRAS CRUZADAS

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
1	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
2	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
3	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
4	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
5	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
6	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
7	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
8	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
9	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
10	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
11	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
12	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
13	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■

HORIZONTAIS: 1 - Tubérculo muito empregado na alimentação; dispor em camadas. 2 - Antes de Cristo (abrev.); pedra de moinho; criado grave; exprime alternativa; fragmentos que andam suspensos no ar. 3 - Pron. demons. este; substância doce fabricada pelas abelhas; chefe etíope; substância que existe no estado gasoso. 4 - Prolongamento dos lados de um corpo (pl.); friccionar contra o ralador; invulgar. 5 - Mulher que cria uma criança alheia; estabelecimento de caridade; fruto da azeitona. 6 - Instrumento agrícola para lavar terra (pl.); colocara o selo em. 7 - Caminhar para lá; indicativo de afirmação; acolá. 8 - Fazer ataque a; solicitar. 9 - Reza; abatimento; ovário de peixe. 10 - Patrões; deixas de andar; pequeno mamífero roedor. 11 - Caminhavas para lá; substância que se emprega para condimentar as comidas; tinta de pintar; espírito. 12 - Brisa; crença; aperto com nó; seguia até; Rádio (s.q.). 13 - Tirara à força e repentinamente; caminho apertado entre montes.

VERTICAIS: 1 - Roupão exterior, parte inferior e geralmente levantada do chapéu; damas de companhia. 2 - Concluir; conquistara. 3 - Mistura de terra e água; pequenos círculos. 4 - Abreviatura de «ano mundi»; que ou aquela que sofre de sadismo (pl.); quarta nota da escala musical. 5 - Modo de dizer; reza; existir. 6 - Época fixa, assinalada por um acontecimento importante (pl.); corta rente. 7 - Fileiras; projétil metálico, esférico ou alongado, de armas de fogo. 8 - Nome da décima sexta letra do alfabeto grego, correspondente ao «p» latino; pôr limites em; nome de letra «t». 9 - Referente à boca; haste de madeira com que se joga o bilhar. 10 - Argolas; tudo o que carrega ou oprime. 11 - Tira da calça, que rodeia a cintura; a pessoa ou coisa de que se fala; curso natural de água. 12 - Ouro (s.q.); utensílio de cozinha para ralar; aparência. 13 - A fêmea do gato; imposto sobre o Valor Acrescentado (pl.). 14 - Afeição como convém; mordiscara. 15 - Flor das roseiras; nome de letra «h»; folha de palmeira, preparada para nela se escrever (pl.).

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

HORIZONTAIS: 1 - Pomares; mói; cem. 2 - Avaros; morar; lá. 3 - Local; peças. 4 - Asas; filas; mota. 5 - Pés; pilar. 6 - Ar; furar; calar. 7 - Rás; limitar; rás. 8 - Podar; mesas; sé. 9 - Camas; mar. 10 - Arar; rifar; bota. 11 - Dores; sarar. 12 - Os; sisak; falara. 13 - Sol; zás; remaras.

VERTICAIS: 1 - Paladar; calos. 2 - Ovos; rapar; só. 3 - Macas; somar. 4 - Aras; dar. 5 - Rol; pulas; diz. 6 - És; ferir; rosa. 7 - Pisam; miras. 8 - Mel; rim; fel. 9 - Moças; temas. 10 - Óras; casar; fé. 11 - Ias; parar; sam. 12 - Mil; bala. 13 - Solar; corar. 14 - El; taras; tara. 15 - Matar; separas

XADREZ

DXVI - 15 DE JUNHO DE 1995
PROPOSIÇÃO N.º 1995X045
Por: PHILIPP STAMMA
Traité sur le Jeu des Échecs, Paris, 1737

Pr: [6]: Ps. f2, h6 - Bc5 - Ts. c8, h1 - Rh7
Br: [5]: Pg5 - Cc6 - Bd2 - Tf6 - Rf7

Mate em 4 lances

PROPOSIÇÃO N.º 1995X046
Por: HENRI RINCK
Bohemia, 1921

Pr: [2]: Tb7 - Rb8
Br: [4]: Cs. b4, b6 - Bd3 - Rg2

Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º DXVI

N.º 1995X045 [Ph. S.]: 1. g6+, ~; 2. g7+ ~; 3. Th6+, Th6; 4. Cg5#
N.º 1995X046 [H. R.]: 1. Ca6+, Ra7; 2. Cc8+, Ra8; 3. Rh1, Tb2 (g7); 4. Bc4, Tb7; 5. Cd6 (c5)+ e.g.

A. de M. M.

DAMAS

DXVI - 15 DE JUNHO DE 1995
PROPOSIÇÃO N.º 1995D045
Por: G. L. GORTMANS
1001 Miniaturen, 1938

Pr: [6]: 11-12-19-23-37-45
Br: [7]: 21-32-34-41-48-49-50

Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO N.º 1995D046
GOLPE N.º 124
[Apresentado] Por: WILLIAM F. RYAN
[Sem indicação de autor]
In Tricks, Traps & Shots, 1950

1. 10-14, 22-18; 2. 12-15, 23-20; 3. 8-12, 27-22; 4. 12-16, 31-27; 5. 16x23, 28x12; 6. 7x16, 24-20; 7. 16x23, 27x20; 8. 3-7, 32-28. DIAGRAMA
Pr: [9]: 18-20-21-22-25-26-28-29-30;
Br: [9]: 1-2-4-5-6-7-9-11-14. Br. +}

Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º DXVI

N.º 1995D045 [G. L. G.]: 1. 21-26, (37x46 D); 2. 16X29, (46x23); 3. 50-44, (28x50); 4. 29-24, (19x39); 5. 49-44+
N.º 1995D046 [W. F. R.]: 9. 14-19, 22-15; 10. 7-12, 15-8; 11. 11-14, 18-11; 12. 6-31-D+

A. de M. M.

FILMES

QUINTA, 15

Carrossel
«Carousel» (EUA/1956). Real.: Henry King. Int.: Gordon MacRae, Shirley Jones, Cameron Mitchell, Barbara Ruick, Claramae Turner. Copr, 123 min. *Ver Destaque.* (14.30, SIC)

As Escarpas do Medo
«Let's Scare Jessica to Death» (EUA/1971). Real.: John Hancock. Int.: Zogra Lampert, Barton Heyman, Kevin O'Connor, Bretchen Corbett. Cor, 88 min. *Terror.* (01.15, Canal 1)

SEXTA, 16

Escândalo no Colégio
«How To Be Very, Very Popular» (EUA/1955). Real.: Nunnally Johnson. Int.: Betty Grable, Robert Cummings, Charles Coburn. Cor, 86 min. *Comédia Musical.* (14.30, SIC)

Caravana da Coragem
«Caravan of Courage - An Ewok Adventure» (EUA/1985). Real.: John Korty. Int.: Eric Walter, Aubree Miller, Warwick Davis. Cor, 92 min. *Ver Destaque.* (21.30, Quatro)

O Segredo da Porta Fechada
«Secret Beyond the Door» (EUA/1948). Real.: Fritz Lang. Int.: Joan Benett, Michael Redgrave, Anne Revere, Barbara O'Neil. P/B, 94 min. *Ver Destaque.* (00.15, TV 2)

Rainha por Nove Dias
«Lady Jane» (Gr.Br./1985). Real.: Trevor Nunn. Int.: Helena Bonham Carter, Cary Elwes, John Wood, Jane Lapotaire, Sara Kestelman. Cor, 135 min. *Ver Destaque.* (02.10, Canal 1)

SÁBADO, 17

Poirot e o Jogo Macabro
«Dead Man's Folly» (EUA/1986). Real.: Clive Donner. Int.: Peter Ustinov, Jean Stapleton, Constance Cummings, Tim Pigott-Smith. Cor, 80 min. *Telefilme.* (17.40, Canal 1)

Corrupção
«The Big Heat» (EUA/1953). Real.: Fritz Lang. Int.: Glenn Ford, Jocelyn Brando, Alexander Scourby, Lee Marvin, Gloria Grahame. P/B, 86 min. *Ver Destaque.* (23.35, Quatro)

Cinco Anos Depois
«One-Eyed Jacks» (EUA/1960). Real.: Marlon Brando. Int.: Marlon Brando, Karl Malden, Pina Pellicer, Katy Jurado, Ben Johnson, Slim Pickens. *Ver Destaque.* (23.40, TV 2)

Nunca Digas Adeus
«Continental Divide» (EUA/1981). Real.: Michael Apted. Int.: John Belushi, Blair Brown, Allen Goorwitz, Carlin Glynn, Tony Ganos. Cor, 99 min. *Comédia Romântica.* (0.05, Canal 1)

O Discreto Sentido do Pudor
«Il Comune Senso del Pudore» (It./1975). Real.: Albert Sordi. Int.: Alberto Sordi, Claudia Cardinale. Cor, 124 min. *Comédia.* (00.15 SIC)

O Carrasco
«The Hangman» (EUA/1959). Real.: Michael Curtiz. Int.: Robert Taylor, Tina Louise, Fess Parker, Jack Lord, Mickey Schaughnessy. P/B, 87 min. *«Western».* (01.45, Canal 1)

DOMINGO, 18

A Casa dos Espíritos
«House of the Spirits» (EUA/Port./Din./Alem./1993). Real.: Bille August. Int.: Jeremy Irons, Meryl Streep, Winona Ryder, Glenn Close, Antonio Banderas. Cor, 135 min. *Drama/Romântico.* (22.30, SIC)

SEGUNDA, 19

O Bando de Spike
«The Spikes Gang» (EUA/1974). Real.: Richard Fleischer. Int.: Ron Howard, Lee Marvin, Charlie Martin Smith, Arthur Hunnicut. Cor, 94 min. *«Western».* (14.30, SIC)

Passarinho da Ribeira
(Port./1959). Real.: Augusto Fraga. Int.: António Silva, Deolinda Rodrigues, Maria Cristina, Manuel Santos Carvalho, Paiva Raposo. P/B, 75 min. *Melodrama.* (21.30, Quatro)

Exterminador Implacável 2: O Dia do Julgamento
«Terminator 2: Judgment Day» (EUA/1991). Real.: James Cameron. Int.: Arnold Schwarzenegger, Linda Hamilton, Edward Furlong. Cor, 131 min. *Ver Destaque.* (22.20, SIC)

Club Fed
«Club Fed» (EUA/1991). Real.: Nathaniel Christian. Int.: Burt Young, Lance Kinsey, Judy Landers, Sherman Hensley, Karen Black. Cor, 91 min. *Comédia.* (01.35, Canal 1)

TERÇA, 20

Monterey Pop
«Monterey Pop» (EUA/1969). Real.: James Desmond, Barry Feinstein e D. A. Pennebaker. Int.: Albert Maysles, Otis Redding, The Mamas and the Papas, Jimmy Hendrix, The Who. Cor, 86 min. *Ver Destaque.* (14.30, SIC)

O Meu Pai Adolescente
«The Summer My Father Grew Up» (EUA/1991). Real.: Michael Tuchner. Int.: John Ritter, Margaret Whitton, Joe Spano. Cor, 89 min. *Telefilme Dramático.* (21.30, Quatro)

As Damas do Bosque de Bolonha
«Les Dames du Bois de Boulogne» (Fr./1944). Real.: Robert Bresson. Int.: Paul Bernard, Maria Casarès, Eléna Labourdette. P/B, 90 min. *Ver Destaque.* (22.45, TV 2)

Falcões
«Hawks» (EUA/1988). Real.: Robert Ellis Miller. Int.: Timothy Dalton, Anthony Edwards. Cor, 103 min. (00.40, SIC)

Espelho de Uma Vida
«All the Way Home» (EUA/1963). Real.: Alex Segal. Int.: Jean Simmons, Robert Preston, Aline MacMahon, Pat Hingle, Michael Kearney. P/B, 103 min. *Ver Destaque.* (02.00, Canal 1)

QUARTA, 21

Miami
«Moon Over Miami» (EUA/1941). Real.: Walter Lang. Int.: Don Ameche, Betty Grable, Robert Cummings, Carole Landis. Cor, 89 min. *Ver Destaque.* (14.30, SIC)

O Caça-Polícias
«Beverly Hills Cop» (EUA/1984). Real.: Martin Brest. Int.: Eddie Murphy, Judge Reinhold, John Ashton, Lisa Eilbacher, Ronny Cox. Cor, 105 min. *Ver Destaque.* (22.10, Canal 1)

O Veredicto
«The Verdict» (EUA/1982). Real.: Sidney Lumet. Int.: Paul Newman, Charlotte Rampling, James Mason, Jack Warden, Milo O'Shea. Cor, 123 min. *Ver Destaque.* (21.30, Quatro)

Encontro de Gigantes
«Robot Wars» (EUA/1992). Real.: Albert Band. Int.: Don Michael, Barbara Crampton, James Staley, Lisa Rinna, Danny Keekoona. Cor, 70 min. *Ficção Científica.* (00.50, Canal 1)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

Associação de Municípios para a Área Socioeconómica

1ª MOSTRA DE TEATRO DE LINGUA PORTUGUESA malapošta

ELINGA - Angola
TRIGO LIMPO - Portugal
GUNGU - Moçambique

12 de Junho a 2 de Julho

PONTO DE PARTIDA - Brasil
INTEGRADA - Angola
TEATRO MALAPOŠTA - Portugal

e... MÚSICA muita MÚSICA

PROGRAMA

2ª Feira 12 21:30 "Cooperação - Contributo para o desenvolvimento e modernização dos teatros de cada país" - DEBATE

3ª Feira 13 21:30 "O Pássaro e a Morta" ELINGA (Angola)

4ª Feira 14 21:30 "Restos de Lixo" INTEGRADA (Angola)

5ª Feira 15 16:00 "O Pássaro e a Morta" ELINGA (Angola)
21:30 "Restos de Lixo" INTEGRADA (Angola)

6ª Feira 16 21:30 "Oh Sá Ministro" GUNGU (Moçambique)

Sábado 17 21:30 "Oh Sá Ministro" GUNGU (Moçambique)

Domingo 18 21:30 ESPECTÁCULO MUSICAL em Odivelas (Parque Maria Lamas)
GUNGU (Moçambique) - PONTO DE PARTIDA (Brasil)
FINKA PÉ (Cabo Verde) - METOS DE GUMBÊ (Guiné)
KODJALAN (Timor)

2ª Feira 19 21:30 "Ciganos" PONTO DE PARTIDA (Brasil)

3ª Feira 20 21:30 "Ciganos" PONTO DE PARTIDA (Brasil)

6ª Feira 23 21:30 "A Roda da Noite" TRIGO LIMPO - ACERT

PROGRAMAÇÃO

Quinta, 15

CANAL 1

08.00 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.30 Táxi
10.00 Viva a Manhã
11.30 Culinária
11.45 A Traidora
12.20 O Avô e Eu
13.00 Jornal da Tarde
13.50 Sonhos de Mulher
14.30 Malha de Intrigas
15.40 Corpo Santo
16.35 A Família Trapp
17.00 A Minha Amiga Lúcia
17.25 Acrobatas Detectives
17.45 Com a Verdade M' Enganas
18.10 Marimar
19.00 Os Andrades
19.35 Boião de Cultura
20.00 Telejornal
20.45 Desencontros
22.00 Roleta Russa
23.00 Marginalidades
24.00 24 Horas
00.40 Remate
00.55 Ténis
01.15 As Escarpas do Medo
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

11.00 Missa (até às 12.00)
15.00 Ténis
17.00 Perigo nas Montanhas
17.55 Escola Paraíso
18.20 Rua Sésamo
18.50 Caderno Diário
19.00 Um, Dó, Lí, Tá
20.10 Timewatch

Sexta, 16

CANAL 1

08.00 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.30 Táxi
10.00 Viva a Manhã
11.30 Culinária
11.45 A Traidora
12.20 O Avô e Eu
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Sonhos de Mulher
14.30 Malha de Intrigas
15.40 Corpo Santo
16.35 A Família Trapp
17.00 A Minha Amiga Lúcia
17.15 Acrobatas Detectives
17.30 Com a Verdade M' Enganas
18.10 Marimar
19.00 Os Andrades
19.35 Boião de Cultura
20.00 Telejornal
20.45 Desencontros
22.00 Isto Só Vídeo
22.40 Concurso 1, 2, 3
00.25 24 Horas
01.05 Remate
01.20 Ténis
01.40 Contos Assombrosos
02.10 Rainha por Nove Dias
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

15.00 Ténis
17.00 Uma Família Feliz
18.00 Escola Paraíso
18.30 Rua Sésamo
18.50 Caderno Diário
19.00 Um, Dó, Lí, Tá
20.10 O Mundo em Guerra

Sábado, 17

CANAL 1

08.00 Programa Infantil/Juvenil
11.30 Clube Disney
13.00 Notícias
13.30 Beverly Hills
14.15 Made in Portugal
14.50 Sonhos de Mulher
15.35 Eternos Novatos
16.05 As Aventuras de Brisco County Jr.
16.50 Arca de Noé
17.40 Poirot e o Jogo Macabro
19.00 A Grande Pirâmide
19.55 Totoloto
20.00 Telejornal
20.55 Seleção de Esperanças
18.10 Parabéns
23.45 24 Horas
00.05 Nunca Digas Adeus
(ver «Filmes na TV»)
02.00 O Carrasco
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

09.00 Universidade Aberta
12.00 Euronews
13.00 Parlamento
14.00 Jogo Falado
15.00 TV2 Desporto
16.00 Para Além do Ano 2000
19.35 Forum Musical
20.35 Praia da China
21.25 Música dos Outros
22.00 TV2 Jornal
22.30 Dinheiro em Caixa
23.05 TV2 Desporto
23.40 Cinco Anos Depois
(ver «Filmes na TV»)

Domingo, 18

CANAL 1

08.00 Programa Infantil/Juvenil
12.30 Sem Limites
13.00 Jornal da Tarde
13.15 Top +
14.15 Beverly Hills
15.00 Jogos de Praia
16.05 86-60-86
16.45 Pedro Abrunhosa - «Viagens...»
17.10 A Lei de Burke
18.05 Eféreás
19.10 Apanhados
19.50 Joker
20.00 Telejornal
20.45 Casa Cheia
21.25 Nico DE Obra
22.00 Eu Tenho Dois Amores
23.20 Paixões
00.10 24 Horas
00.30 No Calor da Noite

TV 2

09.00 À Mão de Semear
09.30 Caminhos
10.10 Novos Horizontes
10.30 70 x 7
11.00 Missa
12.00 Regiões
13.00 Euronews
14.00 Blanche
15.00 TV2 Desporto
19.30 Música ao Domingo - «A Arte do Maestro» - II
20.30 Portugal Sem Fim - «Judeus» - I
22.00 TV2 Jornal

Segunda, 19

CANAL 1

08.00 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.30 Táxi
10.00 Viva a Manhã
11.30 Culinária
11.45 A Traidora
12.20 O Avô e Eu
13.00 Jornal da Tarde
13.50 Sonhos de Mulher
14.45 Malha de Intrigas
15.35 Corpo Santo
16.25 A Família Trapp
16.50 A Minha Amiga Lúcia
17.15 Acrobatas Detectives
17.30 Com a Verdade M' Enganas
18.10 Marimar
19.00 Os Andrades
19.35 Boião de Cultura
20.00 Telejornal
20.45 Desencontros
22.00 Pedro Abrunhosa e Bandemónio nos Coliseus
23.15 Zona+ Carlos Cruz
00.40 24 Horas
01.20 Remate
01.35 Club Fed
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

16.00 Televidas
17.00 Casa Caçador
18.00 Escola Paraíso
18.30 Rua Sésamo
19.00 Caderno Diário
19.05 Um, Dó, Lí, Tá
20.05 Que Família
20.40 Magazine - «Saúde»

Terça, 20

CANAL 1

08.00 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.30 Táxi
10.00 Viva a Manhã
11.30 Culinária
11.45 A Traidora
12.20 O Avô e Eu
13.00 Jornal da Tarde
13.50 Sonhos de Mulher
14.45 Malha de Intrigas
15.35 Corpo Santo
16.25 A Família Trapp
16.50 A Minha Amiga Lúcia
17.15 Acrobatas Detectives
17.30 Com a Verdade M' Enganas
18.10 Marimar
19.00 Os Andrades
19.35 Boião de Cultura
20.00 Telejornal
20.45 Desencontros
22.00 Todos ao Molho e Fé em Deus
22.35 Despedida de Solteiro
23.30 Prova Oral
01.05 24 Horas
01.45 Remate
02.00 Espelho de Uma Vida
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

17.00 Immenhof
18.00 Escola Paraíso
18.30 Rua Sésamo
19.05 Um, Dó, Lí, Tá
19.55 Rotações
20.55 Magazine - «Cinema»
21.30 RTP/Financial Times

Quarta, 21

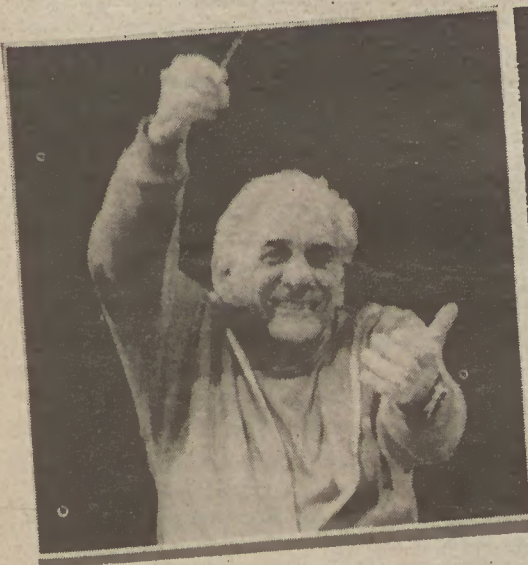
CANAL 1

08.05 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.30 Táxi
10.00 Viva a Manhã
11.30 Culinária
11.45 A Traidora
12.20 O Avô e Eu
13.00 Jornal da Tarde
13.50 Sonhos de Mulher
14.45 Malha de Intrigas
15.35 Corpo Santo
16.25 A Família Trapp
16.50 A Minha Amiga Lúcia
17.15 Acrobatas Detectives
17.30 Com a Verdade M' Enganas
18.10 Marimar
19.00 Os Andrades
19.35 Boião de Cultura
19.45 Vamos Jogar no Totobola
20.00 Telejornal
20.45 Desencontros
21.40 Falhas e Fífias
22.10 O Caça-Polícias
(ver «Filmes na TV»)
23.55 24 Horas
00.35 Remate
00.50 Encontro de Gigantes
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

17.05 Visões
18.00 Os Amigos de Gaspar
18.00 Escola Paraíso
18.30 Rua Sésamo
19.00 Basquetebol - Campeonato Europeu
20.35 Universidade Aberta

Leonard Bernstein entre os grandes maestros evocados na série que lhes é dedicada: domingo na TV2 • Jorge Palma na «Música dos Outros» desta semana: sábado no Canal 1 • Abrunhosa e os Bandemónio no último dos Coliseus' Lisboa 94: segunda à noite no Canal 1



21.00 Magazine - «Ver Artes»
21.30 RTP/Financial Times
21.40 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.35 Acontece
22.45 Enriquecer
23.40 Musical: «Uzeb»
00.35 NBA
01.50 Souvenirs

SIC

11.00 As Receitas do Dia
11.30 Por Amar-te Tanto
12.30 Quatro por Quatro
13.30 Notícias
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 Primeiro Jornal
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 Carrossel
(ver «Filmes na TV»)
16.00 Buérré
17.40 Notícias
17.50 Praça Pública
18.20 Tieta do Agreste
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Irmãos Coragem
21.35 Os Trapalhões em Portugal
22.15 A Máquina da Verdade
23.15 A Noite da Má-Língua
00.20 Último Jornal
00.35 Internacional SIC

QUATRO

10.00 Clube da Manhã
12.00 Missa
13.40 Jornal da Uma
14.30 A Hora do Recreio
15.50 Marchas de Lisboa (Compacto)
19.25 Novo Jornal
20.20 MacGyver
21.15 Fora de Jogo
21.40 Pelo Contrário
23.30 TVI Jornal
24.00 Indochina 1 - Burma
00.30 Dar que Falar
01.25 O 8º Dia



SIC

11.00 Buérré
13.45 Portugal Radical
14.20 Quatro por Quatro
15.20 Dra. Quinn
16.25 Cosby Show
17.00 Muita Lôco
18.00 Médicos Sem Fronteiras
19.00 Tieta do Agreste
20.00 Jornal da Noite + A Semana
21.20 Irmãos Coragem
22.15 Big Show Sic
00.15 O Discreto Sentido do Pudor
(ver «Filmes na TV»)
02.50 Último Jornal

QUATRO

10.00 Clube da Manhã
11.30 Animação
11.30 Informação religiosa
13.15 Jornal da Uma
13.30 Caixa Alta
14.05 Contra Ataque
15.40 Telemotor
16.25 Os Caloiros
17.00 Jovens Universitários
17.30 O Céu como Horizonte
18.00 Em Busca de ...
18.45 Trocado em Miúdos
19.25 Telejornal
20.00 Caixa Alta
20.00 África Aqui
22.10 Ficheiros Secretos
23.15 Últimas Notícias
23.35 Corrupção
(ver «Filmes na TV»)

22.35 Domingo Desportivo
23.30 Sempre ao Domingo

SIC

11.00 Buérré
13.45 Vida Selvagem
14.50 Norte e Sul
16.55 La Stangata
19.00 Madona de Cedro
20.00 Jornal da Noite de Domingo
21.25 Uma Noite de Sonho
22.30 A Casa dos Espíritos
(ver «Filmes na TV»)
01.00 O Senhor que se Segue
02.05 Último Jornal
02.20 No Fim do Mundo

QUATRO

10.00 Clube da Manhã
10.45 O 8º Dia
12.15 Missa
13.30 Portugal Português
15.15 Jornal do País
15.50 Mini Gladiadores
16.30 Babylon 5
17.30 Adultos à Força
18.30 O Poder da Lei
19.25 Telejornal
20.10 Bang-Bang
20.35 Detectives na Onda
21.55 Não te Enerves
22.10 Cluedo
23.15 Jornal do Mundo



21.00 Segunda Parte
21.25 Ver para Ler
21.30 RTP / Financial Times
21.40 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.35 Acontece
22.45 Magazine: «Teatro»
23.10 Teatro - «La Musica»
24.00 Símbolo de Comando
00.55 NBA
02.10 Souvenirs

SIC

11.00 As Receitas do Dia
11.30 Por Amar-te Tanto
12.30 Quatro por Quatro
13.30 Notícias
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 O Bando de Spike
(ver «Filmes na TV»)
16.00 Buérré
17.40 Notícias
17.50 Praça Pública
18.20 Tieta do Agreste
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Irmãos Coragem
21.40 Não Se Esqueça da Escova de Dentes
22.20 Exterminador Implacável II
(ver «Filmes na TV»)
00.55 Último Jornal
01.10 Flash Back

QUATRO

11.30 Lumen 2000
12.00 O Barco do Amor
13.00 Jornal da Uma
13.40 Éramos Seis
14.35 A Escolha É Sua!
16.30 A Hora do Recreio
17.25 Jornal Nacional
17.50 Caprichos
18.45 O Preço da Paixão
19.25 Novo Jornal
20.20 MacGyver
21.15 Fora de Jogo
21.30 Passarinho da Ribeira
(ver «Filmes na TV»)
23.20 TVI Jornal
23.50 Por Trás do Crime
00.15 Dar que Falar
01.15 Novos Ventos

SIC

11.00 As Receitas do Dia
11.30 Por Amar-te Tanto
12.30 Quatro por Quatro
13.30 Notícias
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 Monterey Pop
(ver «Filmes na TV»)
16.00 Buérré
17.40 Notícias
17.50 Praça Pública
18.20 Tieta do Agreste
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Irmãos Coragem
21.40 Não Se Esqueça da Escova de Dentes
22.20 Casos de Polícia
00.25 Último Jornal
00.40 Falcões
(ver «Filmes na TV»)

QUATRO

11.30 Lumen 2000
12.00 O Barco do Amor
13.00 Jornal da Uma
13.40 Éramos Seis
14.35 A Escolha É Sua!
16.30 A Hora do Recreio
17.50 Caprichos
18.45 O Preço da Paixão
19.25 Novo Jornal
20.20 MacGyver
21.15 Fora de Jogo
21.30 Marchas de Lisboa
21.30 O Meu Pai Adolescente
(ver «Filmes na TV»)
23.30 TVI Jornal
24.00 Jornal de Negócios
00.30 Dar que Falar
01.30 Caixa de Perguntas

21.25 Ver para Ler
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.45 Reportagem
23.45 Pecados
00.40 O Super Inimigo
01.30 Motores
02.45 Souvenirs

SIC

11.00 As Receitas do Dia
11.30 Por Amar-te Tanto
12.30 Quatro por Quatro
13.30 Notícias
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 Miami
(ver «Filmes na TV»)
16.00 Buérré
17.40 Notícias
17.50 Praça Pública
18.20 Tieta do Agreste
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Irmãos Coragem
21.45 Agora É a Sua Vez
22.45 S6 para Inteligentes
00.20 Último Jornal
00.35 Tostões e Milhões

QUATRO

11.30 Lumen 2000
12.00 O Barco do Amor
13.00 Jornal da Uma
13.30 Éramos Seis
14.25 A Escolha É Sua!
16.30 A Hora do Recreio
17.25 Jornal Nacional
17.50 Caprichos
18.45 O Preço da Paixão
19.30 Novo Jornal
20.20 MacGyver
21.15 Fora de Jogo
21.30 O Veredito
(ver «Filmes na TV»)
24.00 TVI Jornal
00.30 Directa
01.00 Dar que Falar

Por isto e por aquilo...

Carrossel

(Quinta, 14.30, SIC)

Um operador de um carrossel casa com uma jovem empregada de bar, de quem tem uma filha. Transformando-o a ocasião em ladrão, acaba por ser abatido pela polícia mas, no Além, propõem-lhe o regresso à Terra, durante 24 horas, para salvar a sua filha - o que aceita. Rodado em *Cinemascope* (previivelmente «cortado» na TV), esta é uma adaptação ao cinema do musical homónimo de **Rodgers & Hammerstein**, uma fantasia que entretém longos momentos, designadamente, pelas canções excelentes, como *If I Loved You* ou *You'll Never Walk Alone*.

Caravana da Coragem

(Sexta, 21.30, Quatro)

O argumento deste telefilme de grande espectáculo parte de uma história original de **George Lucas**. Quanto aos simpáticos *Ewoks*, já os conhecemos de *O Regresso de Jedi*, visto na semana passada. E tudo se desenrola, como não podia deixar de ser, num longínquo planeta, com as aventuras mirabolantes de dois miúdos para salvar os pais das garras de um tenebroso monstro. É uma seqüela da terceira parte de *Guerra das Estrelas*, agora encolhida para o tamanho mais caseiro (mas sempre insuficiente) da caixinha televisiva.

O Segredo da Porta Fechada

(Sexta, 00.15, TV 2)

Filme muito mais amado pela crítica europeia do que pela crítica americana, *O Segredo da Porta Fechada* está, para **Fritz Lang**, como *Rebecca* ou *Suspicion* está para **Alfred Hitchcock**. Criando através da movimentação da câmara, da exploração do cenário e da utilização da música um insuportável e ao mesmo tempo fascinante ambiente de *suspense*, Lang faz-nos penetrar na história terrível de uma mulher que suspeita que o homem com quem casou, obcecado pelas recordações do passado, acabará por matá-la... Os principais papéis estão a cargo de **Joan Bennett** e **Michael Redgrave**.

Rainha por Nove Dias

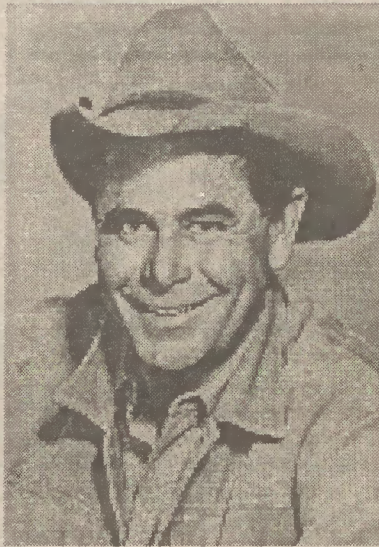
(Sexta, 02.10, Canal 1)

É um drama histórico que nos dá conta das manobras e imbróglios que transformaram uma jovem de 16 anos (durante 9 dias) rainha do trono de Inglaterra. Uma reconstituição cuidada e um ambiente requintado que nada têm a ver com as habituais fitas de pacotilha que o *Canal 1* costuma transmitir a esta hora. Vá lá saber-se porquê...

Corrupção

(Sábado, 23.35, Quatro)

O inspector **Bannion** encarrega-se da investigação do crime



Gloria Grahame e Glenn Ford, intérpretes principais de «Corrupção», uma obra-prima de Fritz Lang

ser extremamente original quando o comparamos com outros exemplares do género, em particular pela lentidão com que a história é contada e encenada, mais parecendo estarmos perante um filme japonês. É a história do assalto de dois bandidos a um banco, no México, que acaba mal, porque ambos se vêem cercados. E pior acaba para um deles que, tendo permanecido à espera dos reforços que o outro (com o produto do roubo debaixo do braço) ficara de ir buscar, acaba por ser preso. Até que, depois de anos de cárcere, volta à região do crime para se vingar do companheiro que o enganara e que, entretanto, se tornara *sheriff*. Além de um bom filme, *Cinco Anos Depois* tem uma interpretação arrasadora de **Marlon Brando**.

Monterey Pop

(Terça, 14.30, SIC)

Contando com alguns dos maiores êxitos musicais dos artistas envolvidos (ver *Ficha Técnica*), *Monterey Pop* é um dos primeiros (e continua a ser um dos melhores) documentários realizados durante uma manifestação musical de grande espectáculo - no caso, o *Festival Pop de Monterey*, de 1967.

Espelho de Uma Vida

(Terça, 02.00, Canal 1)

Trata-se da adaptação ao cinema da peça homónima de **Tad Mosel**, por sua vez inspirada em *Uma Morte na Família*, romance semi-biográfico de **James Agee**. Situada em 1951, no Tennessee, é a história de uma família que fica desamparada após a morte do marido e pai. Extremamente bem intencionado e com preocupações de fidelidade, do ponto de vista da reprodução do ambiente da época, o filme peca pela desastrosa distribuição de intérpretes, independente da sua qualidade objectiva, com **Robert Preston** e **Jean Simmons** aparentando idades manifestamente desadequadas às das personagens originais.

Miami

(Quarta, 14.30, SIC)

Uma agradável comédia musical a servir de pano de fundo à história de três raparigas que viajam para Miami em busca de fortuna... Belíssima fotografia a cores e bons números musicais, para hora e meia de simpático entretenimento.

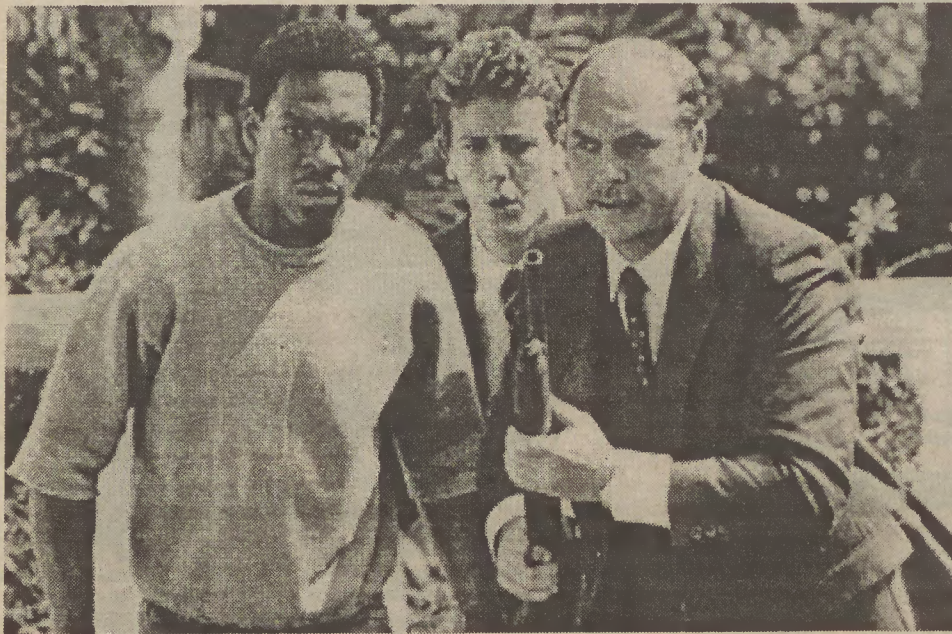
O Caça-Polícias

(Quarta, 22.10, Canal 1)

É um **Eddie Murphy** em estado puro e original num policial a um tempo repleto de momentos de irresistível sátira e de seqüências bem sérias e dramáticas, numa subversão completamente anárquica dos códigos do género e



Um fotograma de «Exterminador Implacável 2», de John Cameron



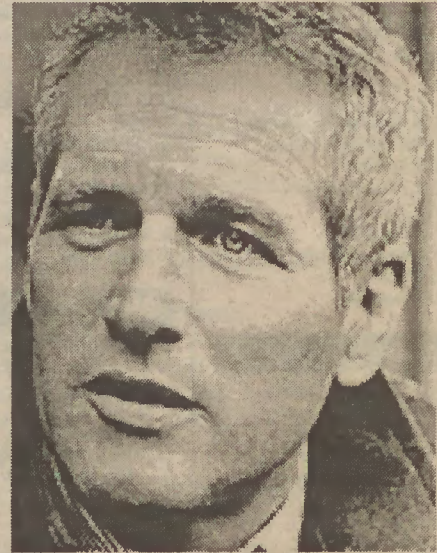
Uma cena de «O Caça-Polícias», com Eddie Murphy

que vitimou um polícia. Mas uma outra personagem duvidosa, *Lagana*, tenta impedir que a verdade venha à superfície e procura abater o inspector. Mas é a mulher deste que é morta, o que faz o nosso «herói» abandonar a polícia para se vingar, ajudado por uma amante do homem de mão de *Lagana*. **Bannion** consegue, finalmente, dismantlar o bando deste e regressar à polícia. Trata-se de uma obra-prima do filme negro, com o tema da vingança a ser transportado por **Fritz Lang** para o meio dos polícias corruptos e dos *gangsters* sádicos - tudo filmado através de uma esplêndida fotografia a preto-e-branco, opressiva e fabulosa nas cenas nocturnas. A não perder.

Cinco Anos Depois

(Sábado, 23.40, TV 2)

Realizado por **Marlon Brando** - que positivamente «estoirou» com o orçamento inicial de 1,8 milhões de dólares para o fazer subir a 6 milhões e demorou 6 meses na sua rotação em lugar das previstas 6 semanas! - este *western* acaba por



Charlotte Rampling e Paul Newman, intérpretes principais de «O Verdicto», de Sidney Lumet

rejeitando, ainda, os ingredientes de uma receita que, infelizmente, depois foi repetida e degradada pelo mesmo actor, sem sucesso nem proveito. Já foi várias vezes transmitido nas nossas televisões. Pelo que se aconselha a escolha do filme da *Quatro*, que passa à mesma hora e é relativamente menos conhecido.

Exterminador Implacável II: O Dia do Julgamento

(Segunda, 22.20, SIC)

Insólita mescla de homem e robot, *Terminator* é um andróide indestrutível que veio do futuro para lutar contra as forças do mal e, assim, salvar a humanidade da destruição nuclear: era este o traço essencial do primeiro filme da série *Exterminador Implacável* (1984) que constituiu um grande êxito de bilheteira e, através da originalidade e espectacularidade dos efeitos especiais, marcou então pontos na história do cinema de ficção científica, transformando-se num filme de culto. Sete anos depois, o seu realizador **James Cameron** reincide na continuação da saga do nosso robot, desta vez desenvolvendo ainda mais todas as potencialidades da indústria do espectáculo - o que lhe valeu nada menos do que quatro *Oscars*, a premiar um objecto cinematográfico de grande impacto visual, ao qual é impossível ficar indiferente, mas que sobretudo privilegia as impressionantes potencialidades tecnológicas de um cinema intensamente comercial.

O Verdicto

(Quarta, 21.30, Quatro)

Com um argumento admiravelmente escrito por **David Mamet**, *O Verdicto* é um excelente filme com **Paul Newman** na pele de um advogado em dramática crise de alcoolismo que agarra com ambas as mãos um caso de negligência médica para voltar a afirmar-se como um dos melhores na sua profissão. Um thriller que progressivamente se transforma num drama de tribunal - dos melhores que nos foram dados a ver ultimamente - com excelentes diálogos e cuidada caracterização das personagens. Para além disso, um par de magníficos actores britânicos - entre os quais **James Mason** - ajudam a dar credibilidade a esta história que se desenrola em Boston, mas **Paul Newman** (brilhantemente dirigido por **Sidney Lumet**) tem aqui, certamente, uma das suas melhores interpretações.

Serviços públicos e vícios privados

■ Francisco Costa

Poderia supor-se que, depois de enormidades como «Não se Esqueça da Escova de Dentes», seria difícil à SIC inventar (ou importar) produtos televisivos de qualidade se possível mais rasteira. Puro engano! Nas últimas semanas, a estação de Carnaxide foi ainda capaz de lançar para o ar mais duas coisas abjectas que, aqui há uns anos, dificilmente se acreditaria alguma vez pudessem ser mais do que hipóteses, quanto mais ver a luz do dia. Mas viram! São elas - para quem gosta de ser avisado - o «Big Show SIC», animado por uma azougada personagem que já dera nas vistas nas «obras completas» de Filipe La Féria, e uma outra produção de contornos sinistros - «Agora é a Sua Vez!» - onde já se vai ao ponto de o público presente recambiar os prestáveis concorrentes para os bastidores de onde vieram, quando estes lhe não agradam, bastando para tal premir o botão de um comando! Assim se transformam agora em pequenos e anónimos títeres os membros das plateias ululantes que, a troco de uns tostões, cada vez mais se prestam a povoar os estúdios televisivos. É já o máximo denominador comum da pura alienação colectiva, com direito a transmissão pública!

Mas, perante estes assomos de ressonâncias inqualificáveis, que faz o Canal 1 para reconquistar o terreno que deixou livre à concorrência?

Imbecilidade e reaccionarismo à solta!

Não contente em copiar à pressa e com mimética subserviência modelos alheios que ela própria acabou por estimular - ao desencadear, como antecipação ao pré-arranque das televisões privadas, uma estratégia de programação de baixíssimo nível - a RTP dá sinais do maior descontrolo e incompetência, sendo rara a semana em que não altera tudo aquilo em que dias antes terá apostado para estancar o seu próprio descalabro, sendo certo que tudo continua a ficar rigorosamente na mesma. Ou ainda pior! Como agora acontece com a zona de programação que antecede o *Telejornal*.

Um exemplo: a reposição que, todos os fins de tarde, o Canal 1 há dias iniciou de uma série em tempos produzida no Porto (e já transmitida há anos no mesmo canal, sem qualquer notícia de particular sucesso) é bem demonstrativa do lamentável vazio de soluções que os seus responsáveis revelam. Chama-se ela «Os Andrades» e, tal como o nome indica, pretende dar-nos a ver o quotidiano de uma família. Uma família em que os filhinhos andam a estudar, o paizinho é empregado de escritório e a mãezinha é modista doméstica. E todos moram em casa da sogra. Até aqui, tudo bem! Nada de particularmente original, é certo - mas de que originalidades se podem gabar (salvo honrosas excepções) a maioria das *sitcom's*, como sempre habituadas a regorgitar sobre as mesmas e repetitivas receitas?

O problema é que, em «Os Andrades», as coisas são muito piores do que, apesar de tudo, é minimamente aceitável para o género. Não se adivinha, na série, qualquer ideia consistente de uma história ou de um fio condutor e as graças são do nível do mais grosseiro. As personagens, pela fragilidade da sua composição e pelo vazio das suas cabecinhas, são pura e simplesmente inexistentes e os actores e actrizes que lhes dão corpo demonstram uma confrangedora e correspondente incompetência, deixados que são à solta, sem que qualquer ideia de «direcção» ali se veja presidir. Tudo rodeado por uma componente técnica, em particular a realização televisiva, que se revela do maior primarismo e indigência.

Mas, mais grave do que tudo isto, é o tipo de mensagem fascistóide e altamente reaccionária que transpira por todos os poros: no único episódio que tive o azar de ver - e cujo tema essencial era a participação do «cabeça de casal» numa greve a realizar no seu escritório - quase que em cada linha de diálogo proferida havia uma referência a... «comunistas»: eles estavam por detrás da «greve geral» e faziam piquetes «para bater nos que vão trabalhar», enquanto, na rádio, alguém tinha ouvido dizer que «a polícia correu à trolhada os comunistas dos piquetes de greve». Para tudo aca-

bar com uma vizinha da família a estranhar o aspecto de «dois barbudos e um preto» (*sic*) que ajudavam o chefe de família a pintar uns cartazes («parecem comunistas!»); a revelar que, na empresa de que o marido era dono, «ele resolveu a greve à trolhada!»; a criticar o Governo (!) por não ser como o seu valente esposo, «caso contrário não andava por aí essa rebaldaria»; e a terminar a sua tirada com a seguinte sentença: «Que país este! Já não se pode ir trabalhar! Malditos comunistas!»

É caso para perguntar em que ficção de país vivem os autores de uma série televisiva que tantas saudades parece nutrir pela há muito defunta e enterrada televisão fascista; e que «serviço público» é este que, vinte e um anos depois de Abril, se mostra tão indiferente às suas responsabilidades em termos de pedagogia cívica e tão avesso à normalidade democrática!

E tu, leitor, para que serve o teu telefone?

TV2 - uma mal disfarçada estratégia de destruição?

Dir-se-á que apenas resta como alternativa ao espectador inconformado - porventura cada vez mais acochado pelos epítetos de estranho membro de uma qualquer e aberrante *élite* - o refúgio da TV2. Sem dúvida que, em geral, se não assistem neste canal aos atropelos à cultura - ou simplesmente à inteligência ou à dignidade humana - tão amplamente vulgarizados no canal vizinho.



Mas nem tudo corre ali bem - resta saber com que grau de premeditação...

Incompreensíveis são, por exemplo, a proliferação de debates sobre futebol ou algumas repetições de documentários que, para encher espaço de emissão, ali têm sido transmitidos nos últimos tempos e que (já nem sendo preciso conferir a data bastante recuada da sua produção) ridiculamente desadequados se apresentam face às realidades do presente. Como inaceitável começa a configurar-se a repetitiva fórmula do *TV2 Jornal* que, embora apostando com acerto na recusa liminar das malfetorias da «informação-espectáculo» mas padecendo de não ter uma Redacção própria, o que o leva a servir-se com exagerada frequência da repescagem de materiais do

Telejornal do Canal 1, se arrisca a ser desmobilizador na pouco apelativa e dinâmica linguagem televisiva com que continua a ser concebido - como se nada houvesse a fazer, nesta matéria, mesmo que remando contra a corrente das modas e dos tiques alheios. E ainda mais desajustada se revela a própria grelha de programas, no seu todo, que não mostra ser suficientemente agressiva e imaginativa para se constituir, no horário nobre, como verdadeira alternativa aos outros canais. Por exemplo, no campo das séries.

Dramas e tragédias que a ficção ajuda a trazer a lume

Que pode explicar, a propósito, ter sido relegada para um período próximo da madrugada a transmissão de uma série como «*Longe de Liverpool*», sem dúvida uma das mais impressionantes transmitidas nos últimos anos em qualquer canal nacional? Aqui te deixo, leitor, como que um «levantar do véu». E não te zangues comigo por não te ter avisado. Protesta, antes, com a RTP que assim cometeu o crime de deixar cair na quase-clandestinidade...

Na destruída Inglaterra do pós-guerra de 39-45, milhares de crianças órfãs ou abandonadas pelos pais (que buscavam no revolver do seu trágico quotidiano as formas por vezes mais dramáticas e degeneradas de recuperar as vidas destroçadas) eram entregues a orfanatos ou pensionatos para estes se ocuparem da sua educação. Mas poucos sabem que os programas de imigração compulsiva de crianças foram responsáveis pelo envio de mais de 130 mil do Reino Unido para o exterior, em particular para colónias britânicas, mais tarde países integrantes da «Commonwealth». Só para a Austrália, foram enviadas, após 1945, mais de 10 mil crianças.

Pois esta série de ficção, baseada nestes factos reais, deu-nos a ver em quatro episódios a saga de um pequeno grupo dessas crianças, acabando por centrar-se em particular na de um rapaz e de uma rapariga, que em 1951 chegam às rudes paragens australianas. Meninas e meninos obrigados a deixar de saber o que é a escola, a ser grandes antes do tempo, a enfrentar as mais violentas agruras do trabalho forçado infantil e dos rigores do clima, a conviver com o assédio sexual, a exploração do corpo e do espírito, a brutalidade, a maior das misérias e degradações - mas também a aprender os primeiros passos da luta corajosa e perseverante pela reafirmação da dignidade humana.

Produzida pela *Australian Broadcasting Corporation* em cooperação com a *BBC*, esta série veio revelar, de novo, uma das mais pujantes cinematografias televisivas actuais, combinando a vitalidade e respiração dos grandes espaços cénicos com a grande tradição do cru e duro realismo britânico de que é herdeira e, acima de tudo, apostando na criação de uma obra intensamente progressista no conteúdo e na forma. É da maior justiça deixar aqui nota dos seus principais responsáveis criativos: Sue Smith e John Alsop, no argumento; Stephen F. Windon, na direcção de fotografia; Michael Jenkins, na realização; sem esquecer os jovens actor e actriz que deram corpo às impressionantes personagens de Bert e Bettie, esses insuperáveis Kevin Jones e Christine Tremarco.

Em suma, um altíssimo momento de ficção televisiva desprezado de forma absurda pela RTP e que nos leva à sua inevitável comparação com outros organismos do «serviço público» de televisão que, recusando em plena competição de «mercado» a destruição da sua capacidade produtiva, não se envergonham de assumir esse serviço. A tempo inteiro!

O certo é que, na minha memória de espectador privilegiado, não deixam de ecoar as palavras duras dos excertos de «*Faces in the Street*», de Henry Lawson; ou os sons de «*Working Class Hero*», na voz de John Lennon (com que acabava o último episódio da série); ou, ainda, os gritos de revolta de Bert, esse vilipendiado jovem de 13 anos, perante a polícia que sobre ele com a maior brutalidade se abatia: «*Fuck the Queen! Fuck the ruling class!*»

de FOICE

Da raiz ao pico

'Da raiz ao pico' podia ser o nome duma telenovela portuguesa a estrear em Outubro com a nova grelha do Canal 1 - o tal que tanto se gabou de ser o 1º que acabou por passar a 2º, uma malvadez infame da população, vingança mesquinha dos teledependentes, que depois de darem a cara e o dedinho maroto à publicidade da pública se passaram com armas e bagagens para a privada concorrência -, numa tentativa de recuperar os bons velhos tempos.

'Da raiz ao pico' podia também ser o nome de uma colectânea de sofridos poemas de Manuel Monteiro, ou de fados canalhas de Mendes Bota bem ao gosto do nacional-cançonetismo, ou ainda o mote para a anunciada batalha jurídica do século de Carlos Lage contra a incineradora de Estarreja, ou mesmo título de capa do novíssimo manual de boas maneiras e melhores princípios do candidato a deputado laranja à moda de Nogueira.

Podia ser tudo isso e muito mais, mas não é.

'Da raiz ao pico' ficará nas crónicas da odisséia nacional dos tempos modernos como o lema da saga do engenheiro Guterres na sua épica maratona do Largo do Rato a S. Bento. Pouca coisa, dirão os de ideias estreitas e vistas curtas, convencidos de que é só seguir a linha do eléctrico e já está, Lisboa é uma cidade à medida do país, fica tudo ao virar da esquina, os vizinhos espanhóis ao alcance de um braço e o mar ao alcance do outro. Pois sim. Isso é para quem não sabe dos labirintos urdidos desde os primórdios da nacionalidade para despistar infieis e outras forças de bloqueio. Lembremos o anátema do Papa contra D. Afonso Henriques - não fosse o rei guerreiro deitar-lhe a mão e ainda hoje o mensageiro papal andaria por aí feito alma penada sem chegar ao destino; ou D. Sebastião, perdido no nevoeiro e sem caminho de regresso; ou, já nos nossos dias, as travessias no deserto a que são obrigadas tantas figuras públicas, o que é obra num país que é um oásis; ou ainda os casos misteriosos do emprego, da retoma, do crescimento económico, que existem de certeza absoluta porque até a OCDE fala disso e três ministros se juntaram para lhes passar o respectivo certificado reconhecido e autenticado, e por aí andam sem se lhes conhecer paradeiro, mais incógnitos do que carvão de azeitona em mina de carvão.

Quem não se deixa enganar, embora se engane bastante com essas miudezas do PIB e das percentagens, é o engenheiro Guterres, versado em minas e armadilhas, alçapões e ratoeiras, discursos e promessas, corridas de fundo e escaladas a pulso, como agora se ficou a saber em reportagem directa e pela voz do próprio, ainda arquejante do esforço mas cheio de legítimo orgulho. Tudo começou no Fundão, há cerca de um mês. Local escolhido para ponto de partida da volta socialista a Portugal de lés-a-lés (o percurso de Lisboa até lá não conta) tem toda a simbologia do regresso às origens, pois foi lá que Guterres veio ao mundo, incógnito ainda mas fadado já para grandes voos, como se viria a comprovar com o seu advento na política, registado para a posteridade em fotos da época que o mostram de patilhas à marialva, calças à boca de sino e seco de carnes, quem diria - quem o viu e quem o vê, ó engenheiro!

A coisa correu sem problemas de maior até tropeçar no PIB, nuvem cerrada a obscurecer um caminho que se pretendia luminoso. Não fora Guterres um sempre-em-pé e teria desistido, mas o homem não é desses. A prová-lo está a decisão de terminar a volta no ponto mais alto do país, o Pico, que escalou a pulso e onde chegou arfando, mas feliz, só para dizer aos portugueses que era bem capaz de chegar às alturas.

Uma dúvida momentosa se coloca, no entanto. Chegado ao ponto mais alto sem que lhe tenham crescido as asas, que resta a Guterres? Dir-se-ia que a partir de agora é só ir descendo, descendo. Que raio de simbologia!

■ AF

Violência racista faz um morto em Lisboa

Manifestação anti-racista convocada para 6ª-feira

A morte de um jovem negro e ferimentos em outros doze foi o resultado de um ataque organizado quando cerca de meia centena de «skinheads» começaram a agredir negros que se encontravam nas ruas, na madrugada de domingo passado, no Bairro Alto em Lisboa. Alcindo Bernardo Monteiro, 27 anos, fora internado no Hospital de São José e não resistiu ao coma profundo. Na sequência das agressões Alcindo Monteiro sofreu um traumatismo craniano e fracturas graves no corpo, incluindo a coluna, acabando por morrer na segunda-feira. No funeral que à hora do fecho da nossa edição se previa para quinta-feira, de manhã, no Barreiro, estará representada uma delegação do PCP, que assim exprimirá a sua indignação pelo ocorrido e solidariedade para com a família. Está marcada para sexta-feira, às 19 horas, no jardim de S. Pedro de Alcântara, em Lisboa, uma manifestação anti-racista, convocada por três dezenas de associações de imigrantes e organizações anti-racistas. O PCP associou-se a esta iniciativa e apela à participação.

Durante duas horas - entre a uma da manhã e as três - o grupo de «skins» atacou sistematicamente todos os negros que foi encontrando no Bairro Alto, utilizando matracas, ferros, navalhas e outras armas. Os espancamentos foram-se sucedendo, obrigando os muitos bares da zona a fecharem as portas, para garantir a segurança de quem lá estava dentro, mas impedindo a entrada a muitos que procuravam abrigo do ataque.

A polícia, que só actuou duas horas depois do início do ataque, acabou por prender nove ele-

mentos dos «skins», enquanto dezenas de pessoas davam entrada no hospital, vítimas das agressões. Os presos foram mantidos em prisão preventiva pelo Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa.

Inúmeros partidos e organizações condenaram os actos de racismo de domingo passado. O PCP emitiu a nota que publicamos nesta página, condenou os actos em si e lamentou a morte que se registou acrescentando que «junta a sua voz à de todos os cidadãos que justamente reclamam do Governo e das

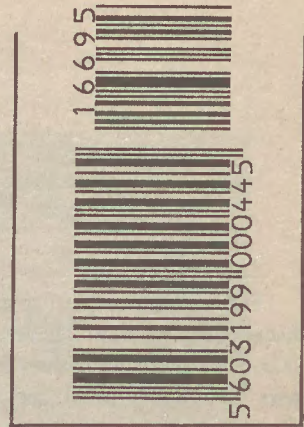
autoridades policiais e judiciais uma política de firme combate e exemplar punição dos grupos e actividades de carácter fascista e racista».

A Frente Anti-Racista também condenou estes acontecimentos verificados no Bairro Alto, e disse em comunicado que «entende que este acto se insere numa escalada de recrudescimento do racismo e da xenofobia em Portugal e na Europa, motivada por uma profunda crise económica, social e cultural».

A CGTP-IN considerou este «acto bárbaro e racista» como surgindo de um «quadro político e social favorável ao aumento da violência, cada vez mais incontrolável» a que «não é também alheia a política do Governo relativamente à segurança interna».

A Inter refere os problemas sociais, o desemprego e um Governo «que não assume as responsabilidades para responder aos verdadeiros problemas» como causas que favorecem a violência e refere os «bodes expiatórios» que têm sido alvo as comunidades de etnia cigana, os toxicod dependentes e os imigrantes. «Há racismo em Portugal, é preciso lutar contra ele», diz a nota da CGTP.

Por seu lado, o Partido Ecológico «Os Verdes» reclama «dos poderes públicos e políticos uma criminalização sem ambiguidades, contra a prática usual, de todos os implicados» naqueles acontecimentos.



Afirmam «Os Verdes» que esta violência e brutalidade racista «para a qual têm há muito chamado a atenção», não é um fenómeno novo e acusam o Governo «não só de total indiferença perante ele, mas mesmo de cumplicidade no silêncio a que se remete, designadamente face a inqualificáveis comportamentos das polícias e das forças de segurança que dele dependem e que na maior impunidade permanecem».

Finalmente o Partido Ecológico exige «efectivas medidas de segurança para todos os cidadãos, de políticas de integração para os imigrantes, de adopção de uma estratégia anti-racista, e pela condenação clara de actividades neo-nazis e todas quantas outras que estimulem o racismo, a intolerância e a violência».

A Câmara Municipal de Lisboa exigiu «um rápido e completo apuramento das responsabilidades» pelos incidentes. «Torna-se exigível esclarecer quem, de forma organizada, levou a cabo uma sistemática agressão a cidadãos negros durante um tão longo período de tempo, de cerca de duas horas», afirma, em comunicado, a vereadora responsável pela Acção Social, Sara Amâncio.

A autarca refere também que «a segurança dos cidadãos exige que não seja possível a grupos organizados cometer violências sem que sejam rapidamente detidos».

PCP exige medidas políticas

Em nota distribuída segunda-feira à comunicação social pelo Gabinete de Imprensa do PCP, a propósito dos actos de violência racista no domingo passado, lê-se:

1. Os trágicos acontecimentos da madrugada de domingo, no Bairro Alto, de que resultou a morte de um cidadão africano e a agressão indiscriminada de muitos outros, provocada pela violenta investida de um grupo de neo-fascistas, não pode passar sem o mais vivo repúdio e a mais firme condenação do Partido Comunista Português.

2. O PCP chama a atenção para a responsabilidade que não pode deixar de ser atribuída ao Governo e ao Ministério da Administração Interna, por uma política totalmente incapaz de prevenir situações como esta, cujo desfecho era previsível. São de exigir prontamente, ao Comando da PSP, as explicações e a responsabilização pelo

atraso de uma intervenção que, a ser pronta e eficaz, evitaria os bárbaros actos praticados.

3. Os comportamentos e atitudes de cariz racista e xenófobo a que com frequência crescente se assiste na sociedade portuguesa não podem desligar-se do quadro de uma profunda crise económica e social que conduz à exclusão, à marginalidade e à intolerância, cuja responsabilidade cabe por inteiro ao Governo PSD e à sua política, particularmente inoperante nos aspectos da legalização, apoio social e integração de largos estratos da comunidade africana residente no nosso país.

4. Por outro lado, o recrudescimento dos fenómenos e movimentações de natureza fascista ou fascizante em Portugal, com a violência que arrasta e o clima de insegurança de que são geradores, necessitam de um firme e frontal combate por parte das forças políticas, dos movimentos e organizações sociais, de

todos os democratas, com vista a exigir aos órgãos de soberania, não apenas a clara condenação mas, sobretudo, a interdição dos movimentos e organizações que perfilhem a ideologia fascista, tal como prescreve a Constituição da República.

5. O PCP junta a sua voz a todos aqueles que, por motivo

destes tristes e lamentáveis acontecimentos, elevam o seu protesto em ordem a exigir que estas situações não se repitam e que o Estado tome as medidas políticas que lhe competem, como garante da segurança e tranquilidade pública a que todos temos direito.

Lula da Silva em Portugal

Luiz Inácio Lula da Silva, presidente do Partido dos Trabalhadores (PT), do Brasil, vem a Portugal onde permanecerá nos dias 18 e 19 do corrente. A visita de Lula faz-se a convite do núcleo PT-Lisboa e inclui uma série de encontros com entidades representativas dos trabalhadores, partidos políticos e autoprídades portuguesas. O núcleo PT-Lisboa promove no próximo domingo, às 18 horas, um debate que terá lugar no Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços, na rua Almirante Barroso, nº 3, em Lisboa.